



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

MARCUS VINICIUS CUNHA OLIVEIRA

**A estrada para o “progresso”:
política, cultura e natureza em Bragança, Pará (1970-1996)**

BELÉM/PARÁ
2015

MARCUS VINICIUS CUNHA OLIVEIRA

**A estrada para o “progresso”:
política, cultura e natureza em Bragança, Pará (1970-1996)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Professor Doutor Márcio Couto Henrique (FAHIS/UFPA)

BELÉM/PARÁ
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Oliveira, Marcus Vinicius Cunha, 1982-

A estrada para o progresso: política, cultura e natureza em Bragança, Pará (1970-1996) / Marcus Vinicius Cunha Oliveira. - 2015.

Orientador: Márcio Couto Henrique.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2015.

1. Bragança (PA) História, 1970-1996. 2. Bragança (PA) Desenvolvimento. 3. Turismo Bragança (PA). I. Título.

CDD 22. ed. 981.15

MARCUS VINÍCIUS CUNHA OLIVEIRA

**A estrada para o “progresso”:
política, cultura e natureza em Bragança, Pará (1970-1996)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia. Orientador: Prof. Dr. Márcio Couto Henrique (FAHIS/UFPA).

Conceito: _____

Aprovado em: ____/____/2015

Banca Examinadora:

Orientador: _____

Professor Doutor Márcio Couto Henrique
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Avaliador Interno: _____

Professor Doutor José Luís Ruiz-Peinado Alonso
Universidade de Barcelona/ Espanha

Avaliador Externo: _____

Professor Doutor Flávio Leonel Abreu da Silveira
Universidade Federal do Pará (UFPA)

*À Corina de Souza Cunha e Raimundo Ovídio da Cunha (in memoriam), meus avós,
bragantinos que viveram da terra e dos rios.
À Corina Cunha, minha amada mãe, que lutou, com todas as forças, contra inúmeras
adversidades para que eu estudasse.
À minha linda família, Ana Claudia e Ana Luíza, que amo incondicionalmente.*

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos iniciais não poderiam ser direcionados a outra pessoa que não à Dona Corina Oliveira, aquela que, além de colocar-me no mundo, fez de tudo para que eu desse certo, fosse “alguém na vida”, um professor, um mestre... Dedicou sua vida inteira à minha irmã e a mim, nas horas mais difíceis, quando os recursos foram escassos, ela sempre fazia milagres para que nós pudéssemos nos alimentar e estudar. Além disso, quando nem eu mesmo acreditava que pudesse vencer nos estudos, ela incentivou e demonstrou uma confiança tão grande que jamais atreveria decepcioná-la. Sem você, mãe, jamais estaria aqui escrevendo estas linhas!

Agradeço ao meu pai, Dercio Oliveira, que me ensinou muito sobre a vida com seus exemplos de dedicação, persistência, companheirismo e humildade. O título de Mestre também é seu, pai. À minha irmã Diane Oliveira, que sempre apoiou e acreditou em mim, pagou minha inscrição no vestibular em 2003, me amparou durante algum tempo na vida e se orgulha muito do irmão. Ao meu cunhado, Paulo Quaresma, e meus sobrinhos, Rafael e Alice Quaresma, pelo carinho e atenção durante minhas idas à Belém para as aulas do mestrado.

Às minhas “Anas” Claudia e Luíza, meus esteios, minha família amada que está comigo em todos os momentos. Sou muito grato pela paciência, amor e incentivo que vocês dedicaram a mim durante esses dois anos de estudo. Muitas vezes, dias e noites, de corpo presente, viajava mentalmente em meio às minhas fontes e teorias, o que me tornava ausente. Outras vezes, longe fisicamente, assistindo aula em Belém ou nas pesquisas de campo, pegava-me pensando em vocês. Mesmo com tudo isso, o nosso amor resistiu e tornou-se ainda mais forte.

Aos amigos e irmãos, Anderson e Anderlon Andrade, pela amizade, incentivo, troca de ideias e confiança. Devo ao último, a formatação deste trabalho.

Aos amigos “Nego Bill”, “Zé da Poita”, Nilton César, Von Ranzeras, Edilson Vulcão, Aldair José, Rondinelli Costa, Levi Freitas, Mamede Alves, Marcos Felipe, Eldivane ou “Pipi”, Wagner Wandenkoken, Antônio Widenilson “Baga” e Tony Bonfim, em especial, à Osimar Barros, companheiro desde os tempos de graduação, insistiu para que eu tentasse o mestrado dando conselhos regados à vinho e teorias da história.

Sou grato também à prefeita municipal de Augusto Corrêa, Romana Reis, e a secretária municipal de educação, Osmarina Matos, pela liberação das atividades na secretaria para cursar as disciplinas e realizar as pesquisas. Agradeço também aos colegas de trabalho:

Aurenir, Ivanez, Humberto, Leila, Laiana, Keilla Costa, Patrícia Kuroki, Sileide, Mara Fabiane, Daniel Rodrigues e Jô Ferreira pela paciência, compreensão e companheirismo.

Agradeço aos diretores das escolas estaduais em que trabalhava quando iniciei meus estudos, Helena Teixeira, Valéria e, em especial, Estélio Leite, que, em um momento de muitas dificuldades relacionadas à burocracia, que o processo de licença impunha, foi essencial com sua compreensão, paciência e profissionalismo.

À Secretaria Estadual de Educação do Estado do Pará (SEDUC), que apesar da burocracia imposta, proporcionou-me o afastamento das atividades docentes para cursar o mestrado com remuneração. Farei valer o investimento da qualificação e levarei essa experiência acadêmica para a sala de aula.

Aos moradores da Vila de Bacuriteua, em Bragança, em especial aos bravos mariscadores de caranguejo, sempre cordiais, educados e acolhedores, mesmo diante de muitos problemas de saúde adquiridos nas lides cotidianas no manguezal. Em especial, a André Tavares, mais conhecido como “Pocó”; seu José da Silva, o “Delegado”; Reinaldo da Silva ou “Bolo”, Orivaldo, Elinaldo da Gama, Manoel Paixão e Pedro Paulo da Silva, conhecido por “Moreno”. Muito solícitos, foram indispensáveis na realização da pesquisa com suas indicações, explicações, trocas de ideias e amizade.

Agradeço também à Débora Fonteles, Angélica de Oliveira, Marília Alves e Priscila Dutra, funcionárias da biblioteca do Campus de Bragança, pela gentileza, eficiência e cordialidade que sempre tiveram quando estive escrevendo, estudando ou pesquisando na biblioteca. O rico acervo da biblioteca está em boas mãos.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia pela oportunidade da qualificação de alto nível e aos professores da Faculdade que, com suas experiências e sabedoria, somaram bastante na construção desta pesquisa. Em especial, aos professores Rafael Chambouleyron, José Maia Bezerra Neto, José Alves de Souza Junior, Cristina Cancela e Francivaldo Nunes.

Sou grato aos colegas de turma do mestrado e doutorado Alex Raiol, Amilson Pinheiro, Tunai Almeida, Edivando Costa, Marina Hungria, Marcelo Lobo, Elielton Gomes, Marília Imbiriba, Tatiane Sales e Reinaldo, nossas conversas, troca de experiências e debates em sala foram extremamente importantes para minha formação e amadurecimento da pesquisa.

Agradeço também a Larissa Fontinelle pelo trabalho de revisão gramatical e Rafaela Alves pela elaboração do *abstract*. Além de gentis, são grandes profissionais.

Foi essencial a esta pesquisa, o professor Ipojucan Campos, grande incentivador, que em várias conversas, auxiliou no início do trabalho, indicando leituras, métodos, problemas e lançando desafios e provocações. Nossas conversas foram de grande valia. Devo muito a este amigo e serei eternamente grato.

Ao Márcio Couto Henrique, minha sincera gratidão, além de um grande historiador e orientador, com suas indicações e críticas precisas, foi um grande amigo, compreendendo minhas limitações e dificuldades, foi paciente, atendeu sempre de forma respeitosa e cordial, não só nas reuniões presenciais, mas também por outros meios comunicativos, como telefone, SMS ou redes sociais. Com sua larga experiência, sempre esteve disposto a dar um conselho, uma indicação, um apoio profissional, um elogio ou a fazer uma crítica. Nossas conversas e reuniões foram importantes para o amadurecimento da dissertação e da minha formação intelectual.

Por fim, agradeço à Universidade Federal do Pará, instituição da qual tenho imenso orgulho em fazer parte, local onde passei parte valiosa da minha vida, espaço de formação profissional, de sociabilidade e de experiências maravilhosas. Obrigado por mais uma oportunidade de qualificação!

*Chegou a hora de comprarmos um
par de sapatos resistentes para
caminhadas, e não poderemos evitar
de sujá-los com a lama dos caminhos.*

Donald Worster

**A estrada para o “progresso”:
política, cultura e natureza em Bragança, Pará (1970-1996)**

Marcus Vinícius Cunha Oliveira

Resumo:

Este trabalho estuda a construção da estrada Bragança-Ajuruteua, PA-458, no Pará, Brasil, no período de 1970-1996. A rodovia, que aterrou 26 km de manguezal, provocou alterações no meio ambiente e, conseqüentemente, à vida de vários indivíduos que vivem dos recursos naturais desse ecossistema. O trabalho tem como objetivo compreender as permanências e as mudanças provocadas pela rodovia na relação homem/natureza e as diversas interpretações dos homens sobre esse espaço por meio da análise de discursos políticos, reportagens da imprensa escrita, fotografias, literatura local, etnografia e relatos orais de mariscadores de caranguejo, sujeitos profundamente envolvidos com o manguezal. A partir disso, constatou-se que o desenvolvimento pensado pelas autoridades políticas e pela elite local, com a exploração turística da praia de Ajuruteua, foi projetado com uma visão de natureza separada da cultura, uma natureza utilitária e contemplativa que negligenciou as comunidades locais e as condições de preservação do ecossistema. Porém, mesmo diante disso, sujeitos que tiveram suas vidas impactadas pelo empreendimento “fabricaram” estratégias para se adaptar a nova realidade e usaram a rodovia a favor da sua vida cotidiana.

Palavras-chaves: Bragança. Praia de Ajuruteua. Natureza. Turismo. Desenvolvimento.

**THE ROAD TO THE “PROGRESS”:
politics, culture and nature in Bragança, Pará.**

Abstract:

This paper studies the construction of Bragança-Ajuruteua road, PA-458, Para, Brazil, in the period of 1970-1996. The highway, which covered 26 km of mangrove, caused changes to the environment and consequently the lives of several individuals who live from the natural resources of this ecosystem. The study aims to understand the permanence and the changes caused by the highway in the relationship man / nature, and the many interpretations of the men on this space, through the analysis of political speeches, news reports, photographs, local literature, ethnography, and oral reports of the people who works with crabs, these people are deeply involved with the mangrove. From this, it was found that the development thought by the political authorities and the local elite, with the tourist operation of Ajuruteua Beach, was designed with a nature vision separated from culture, a utilitarian and contemplative nature that neglected local communities and the preservation conditions of the ecosystem. However, even before that, people whose lives were impacted by the project, "created" strategies to adapt to new realities, and they used the road in favor of their daily life.

Key words: Bragança, Ajuruteua beach, Nature, Tourism, Development.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Limites do Município de Bragança. Fonte: Sousa, 2012.	26
Figura 2: Floresta de manguezal em Bragança, às margens da PA-458. Fonte: Oliveira, 2014.	31
Figura 3: Reinaldo Tavares da Silva, mariscador, coletando caranguejo entre as raízes aéreas do manguezal. Fonte: Oliveira, 2014	31
Figura 4: Mariscador fabricando seu “porronca” antes de adentrar o manguezal. Fonte: Oliveira, 2014.	34
Figura 5: Reinaldo Tavares da Silva caminha, carregando o caranguejo, em meio às raízes aéreas no manguezal.	35
Figura 6: Inauguração da PA-458 por Jader Barbalho, destaque no Diário do Pará. Fonte: Diário do Pará, 1º caderno, Belém, 27 de dezembro de 1991, p. 1.	50
Figura 7: :Inauguração da PA-458 por Jader Barbalho, destaque no Diário do Pará. Fonte: Diário do Pará, 1º caderno, Belém, 27 de dezembro de 1991,p.8	50
Figura 8: Capa do jornal “A Província do Pará”, inauguração da PA-458. Fonte: A Província do Pará, Belém, 27 de dezembro de 1991.	51
Figura 9: Reportagem do jornal “A Província do Pará”, inauguração da PA-458. Fonte: A Província do Pará, Belém, 27 de dezembro de 1991.	51
Figura 10: :Imagem de Ajuruteua inexplorada. Fonte: Jornal “A Província do Pará”, Belém, 9 de fevereiro de 1975, p.11.	59
Figura 11: Capa do Jornal “O Semanário”. Fonte: O Semanário, Bragança, 15 a 22 de julho de 1995.	66
Figura 12: Foto do núcleo dos pescadores, paisagem “pitoresca”. Fonte: Jornal “A Província do Pará”, 9 de fevereiro de 1975, p.11	68
Figura 13: Localização de Bacuriteua e da PA-458 (linha vermelha). Fonte: Sousa, 2012.	77
Figura 14: Mariscador retornando do mangue de bicicleta. Fonte: Oliveira, 2015.	84
Figura 15: Reinaldo Tavares (à esquerda) e Pedro Paulo da Silva (à direita) fazendo sua refeição (manga, farinha, sardinha e carne enlatadas e camarão) às 7h da manhã na pequena embarcação antes de entrar no manguezal. Fonte: Oliveira, 2014.	90
Figura 16: Sapato do mariscador Reinaldo da Silva. Fonte: Oliveira, 2014.	91
Figura 17: Luva do mariscador Reinaldo da Silva. Fonte: Oliveira, 2014.	91
Figura 18: Reinaldo Tavares utilizando o método do “braço” para capturar o caranguejo. Fonte: Oliveira, 2014.	93
Figura 19: André Tavares com o seu gancho. Fonte: Oliveira, 2013.	94
Figura 20: José da Silva com o gancho. Fonte: Oliveira, 2013.	94
Figura 21: Área de manguezal, as margens da PA-458, atingida pelo aterramento. Fonte: Oliveira, 2014.	96
Figura 22: Mariscador esperando ônibus no final da tarde. Fonte: Oliveira, 2014.	98
Figura 23: Carro do marreteiro apanhando os mariscadores na vila do Bacuriteua nas primeiras horas da manhã para leva-los ao manguezal. Fonte: Oliveira, 2014.	103
Figura 24: Pedro Paulo da Silva, “Moreno”, saindo do mangue para despejar uma parte dos caranguejos capturados na canoa. Fonte: Oliveira, 2014.	124

Figura 25: pêras de caranguejos, o que equivale à 1302 crustáceos, capturados por 5 tiradores em 1 dia de coleta. Fonte: Oliveira, 2014.....	124
Figura 26: Mariscador Francisco Ferreira da Silva entrando no manguezal escolhido. Fonte: Oliveira, 2014.....	125
Figura 27: Reinaldo Tavares da Silva, procurando tocas entre as raízes para tirar o caranguejo. Fonte: Oliveira, 2014.....	125
Figura 28: Reinaldo da Silva fuma e observa o ambiente para escolher o lugar para coletar o caranguejo. Fonte: Oliveira, 2014.....	126
Figura 29: Reinaldo da Silva (à esquerda) e Pedro Paulo da Silva durante a saída da pequena embarcação até o local de captura. Fonte: Oliveira, 2014.....	127
Figura 30: O manguezal visto de dentro. Fonte: Oliveira, 2014.....	128
Figura 31: O Ataíde representado em um bloco de carnaval em Bragança, no ano de 2012. Fonte: Secretaria de cultura de Bragança, 2012.....	133

LISTA DE SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BASA	Banco da Amazônia S/A
CEL	Conhecimento Ecológico Local
COMARA	Comissão de Aeroportos da Região Amazônica
DER	Departamento de Estradas e Rodagem
DVD	Digital Versatile Disc
EBTU	Empresa Brasileira de Transportes Urbanos
EFB	Estrada de Ferro de Bragança
EMBRATUR	Empresa brasileira de turismo
FRN	Fundo Rodoviário Nacional
GUEAJA	Grupo Universitário de Educação e Alfabetização de Jovens e Adultos
IBAMA Renováveis	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECOS	Instituto de Estudos Costeiros
MADAM	The Mangrove Dynamics and Management Program - Manejo e Dinâmica em Áreas de Manguezais
PARATUR	Companhia Paraense de Turismo
PDA	Planos de Desenvolvimento da Amazônia
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POLAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais
PRO-ÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PSD	Partido Social Democrático
RESEX	Reserva Extrativista
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente

SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento Econômico da Amazônia
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: Superando mitos e generalizações pessoais	17
1. A ESTRADA PARA O “PROGRESSO”	22
1.1 Do mangue ao caos.....	22
1.2 O caminho ao paraíso: “um sonho dos bragantinos”	36
1.3 A invenção da “princesinha do Atlântico”	56
2. DO PONTO DE VISTA DO MARISCADOR	71
2.1 Desfazendo as amarras	71
2.2 O mariscador.....	74
2.3 “A família pode não ter o almoço, mas a janta tem!”.....	82
2.4 “O mangal é pra todo mundo”	86
2.5 O caranguejo ficou mais vasqueiro!	95
2.6 O mariscador e o “patrão”	100
3. EXPERIÊNCIAS CULTURAIS EM UM LUGAR “VISAGENTO”	111
3.1 O caranguejo é mina	111
3.2 O mangal é muito visagento!.....	127
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
5. REFERÊNCIAS	156

INTRODUÇÃO

Superando mitos e generalizações pessoais

Por ser filho de uma bragantina, sempre tive ligação muito próxima com a cidade de Bragança, no Pará. As férias escolares durante a infância, quando ainda morava em Ananindeua, eram sempre na antiga vila de Urumajó, hoje município emancipado Augusto Corrêa e, nos finais de semana, nas felizes idas à praia de Ajuruteua, junto à família. A alegria em ir para o “interior” contagiava a todos de casa, pensávamos que lá teríamos contato mais íntimo com a natureza, durante as brincadeiras de criança em meio aos pés de cajueiros e mangueiras do quintal da casa da minha avó, nos pequenos igarapés, nos estreitos caminhos da roça, nos jogos de bola nos campos de capoeira e nas pescarias. Após cursar História, no Campus da Universidade Federal do Pará, em Bragança, e, em seguida, ser aprovado em concurso público para docente nesta mesma cidade, estreitei ainda mais os laços com o que classificava como um “paraíso”, sobretudo com a praia de Ajuruteua.

Desde sempre, a paisagem “contemplada” nas margens da estrada (PA-458), que liga a sede da cidade de Bragança à praia, foi fonte de curiosidades e questionamentos, dos perigos que as seis pontes precárias de madeira representavam, passando pela “exótica” (para mim, é claro!) floresta de mangue, pelos inúmeros homens e, algumas vezes, mulheres, que emergiam das entranhas desse ecossistema com aparência cansada, de peles negras castigadas, pés rachados e carregando galhos repletos de caranguejos sob os ombros.

Essa “estranha” paisagem, com o passar do tempo, suscitava-me inúmeras imagens que traziam consigo questionamentos, como: de que forma foi construída essa estrada sobre o manguezal? Quais as implicações desse empreendimento para o homem e para a natureza? Qual é a relação desses homens com a natureza? Como esses sujeitos detêm tanto conhecimento sobre esse ambiente? Quais são esses conhecimentos? Qual o valor desses saberes? Qual a história desses homens? Sem saber, na época, emergiam aí os problemas que instigaram a realização do presente trabalho.

No início, o maior empecilho foi discernir a intrínseca relação entre história e natureza, o que saltava como resquício de uma formação pautada na ciência humana estritamente humanista e tradicionalmente resistente à ideia de que a cultura fosse de alguma forma limitada ou condicionada por fatores naturais.

Convém ressaltar que, esse paradigma é produto do estabelecimento, pela ciência moderna, da razão (com bases matemáticas) como critério de conhecimento e a lógica formal (matemática) como sustentáculo da objetividade que comprometeu, ainda no século XIX, a

interpretação do planeta Terra e de seus componentes, possibilitando a formulação de algumas matrizes teóricas das Ciências Sociais e Humanas que passaram a perceber a natureza e a sociedade de forma dualista e em oposição, esta, em ordem vertical na qual o ser humano detém o conhecimento sobre a natureza para dominá-la (MOURÃO, 2011, p.45-46).

Essa separação dualista se reflete em vários trabalhos historiográficos em que se desconsidera a relação da história social com os condicionantes ambientais em toda e qualquer sociedade, sobretudo em espaços altamente urbanizados, onde se acredita não haver implicações ambientais na vida social, o que é um grande engano. É comum, ainda, encontrar trabalhos que (in)conscientemente estão assentados em teorias pensadas a partir de uma dicotomia equivocada que separa cultura e natureza, esquecendo que a própria noção de natureza é de ordem cultural derivada de uma classificação pautada em critérios culturais e em determinados espaços temporais (SILVEIRA, 2009, p.72).

Os homens, em qualquer sociedade, estão em constante contato com a natureza ao promover diferentes modalidades produtivas e reprodutivas, no campo ou na cidade; e nesse processo elaboram tratos específicos com a natureza, criam representações, valores, signos, símbolos, éticas e memórias (MOURÃO, 2010).

Fugindo de uma perspectiva dualista, o primeiro capítulo prende-se à análise das diferentes representações culturais sobre a natureza em Bragança durante a construção da rodovia PA-458 (Bragança-Ajuruteua), no período de 1970 a 1996, os diversos conceitos utilizados que serviram de argumento para a construção da rodovia, sobretudo, entre políticos, poetas e jornalistas; e, também, à análise das implicações desse empreendimento por parte de mariscadores de caranguejo¹ da comunidade de Bacuriteua, sujeitos que foram diretamente afetados por essa ação antrópica sobre o meio natural não-humano.

A construção de uma rodovia na Amazônia, grosso modo, no período da ditadura civil-militar entre 1964-1985, tinha finalidades bem delimitadas, como facilitar o deslocamento de comunidades isoladas e contribuir com a ocupação de áreas para atividades, o que, em geral, promovia devastações das áreas florestais (FIGUEIREDO, 2007, p. 21). A PA-458, levando em conta os documentos oficiais dos governos estadual e municipal, tinha como propósito primeiro alavancar o turismo na cidade de Bragança ao dar acesso à praia de Ajuruteua e, conseqüentemente, recolocar a cidade no caminho do “desenvolvimento”.

¹ Mariscador foi o termo usado por um extrativista, que vive da coleta de caranguejo no manguezal, para se identificar durante minha pesquisa de campo. Como será discutido no segundo capítulo, esse trabalhador pode ser identificado, também, por outras categorias como coletor, caranguejeiro, tirador, etc.

Com esse intento, adjetivações sobre a natureza de Ajuruteua de vários tipos foram intensamente repetidas e incrementavam discursos que tinham a intenção de vender o espaço dentro de uma lógica mercantil produzida pelo processo global que não respeitou os limites ambientais nem as comunidades pesqueiras que habitam o lugar.

À primeira vista, não há citação na documentação oficial levantada que considere as necessidades desses sujeitos, sobre seu isolamento ou sobre sua integração no projeto turístico. Não observei qualquer avaliação dos efeitos que a ação antrópica poderia provocar sobre o ecossistema, suas necessidades e seus limites. Há, apenas, uma observação de Jader Barbalho, no Jornal “A Província do Pará”, no dia 27 de dezembro de 1991 (1º caderno, p.8), dia da inauguração da rodovia, defendendo que se deveria pensar nas outras atividades econômicas, pois apenas o turismo não daria conta de sustentar a economia do município. Os alardes que reclamavam o projeto turístico preocupavam-se exclusivamente em exaltar as supostas belezas naturais de uma natureza “virgem”, “inexplorada” e com uma presença humana inexpressível que garantia uma “paisagem natural” de grande potencial atrativo para os moradores dos centros urbanizados.

Após algumas leituras (CAMPOS, 2012; DO VALE OLIVEIRA, 2013) e das primeiras entrevistas, constatei que as percepções dos mariscadores de caranguejo que moram na comunidade de Bacuriteua sobre a introdução do empreendimento rodoviário eram positivas, o que à primeira vista contrastava com a impressão dada pelo resultado da maioria dos trabalhos originados nas Ciências Naturais e Ciências Sociais² sobre a mesma rodovia, nos quais as implicações negativas sempre tinham destaque. Esse problema norteará as discussões do segundo capítulo dessa dissertação, preocupado em dar voz a alguns sujeitos esquecidos nesse episódio da história de Bragança, que tiveram sua dinâmica social e sua relação com a natureza não-humana profundamente alteradas, mas que observam a estrada agora como elemento indispensável em suas vidas.

Com essa intenção, busquei adentrar nos interstícios da relação homem/manguezal por meio dos relatos orais que recuperam, mesmo que de forma parcial, “fatos que revelam a intensidade com que foram vividos” (MONTENEGRO, 2010, p. 55-56). Sabendo de seus atropelos e exageros nos interstícios da narrativa, com usos de metonímias, metáforas e ironias, além do tom épico que por vezes tangencia os acontecimentos, obtive informações dos mariscadores para conhecer a sua leitura da instalação do empreendimento rodoviário e sua percepção da natureza.

² Conferir: Carvalho, 2000; Fernandes et al, 2007; Ferreira, 2009; Maneschy, 1993; Nascimento, 2008.

Esse método permitia dar voz aos indivíduos que são estereotipados, por vezes animalizados (BRAGA, 2013) por olhares estranhos àquele ambiente e à atividade que exercem. Esses sujeitos sociais anônimos adquirem visibilidade através de narrativas que descrevem com imensa riqueza nos detalhes e experiências cotidianas não assistidas nos desvãos da história (MONTENEGRO, 2010, p.69).

É importante destacar que, por conta do meu envolvimento afetivo como morador de Bragança, foi necessário lançar mão do estranhamento como método durante todo o tempo da pesquisa, sobretudo durante a etnografia, fase importantíssima para a elucidação da memória dos mariscadores. Henrique (2010) em texto intitulado *Ser educador: uma experiência modificadora de si* demonstrou-me, utilizando-se de Foucault (1988), como poderia realizar a tarefa de estranhar coisas que são comuns para mim a partir de uma chave: o distanciamento. Ou seja, “distanciar-se de si, das coisas que estamos acostumados a ver diariamente e, mais precisamente, é necessário distanciar-se da maneira como estamos habituados a ver as coisas que vemos diariamente” (HENRIQUE, 2010, p.190). Esse distanciamento representa uma “postura antropológica” tomada pelo historiador.

Para Ginzburg (1991), há proximidades entre o trabalho do historiador e do antropólogo, suas bases são textuais e em ambos os casos nós temos textos que são intrinsecamente dialógicos. Nesse caso, o papel do historiador, ao lançar mão da postura antropológica, deve ser procurar e analisar “as formas simbólicas – palavras, imagens, instituições, comportamentos – em cujos termos as pessoas realmente se representam para si mesmas e para os outros...” (GEERTZ, 1998, p.90).

A etnografia está fundamentalmente imersa na escrita, do início ao fim, e esta requer uma tradução da experiência para a forma textual. Não obstante, “o processo é complicado pela ação de múltiplas subjetividades e constrangimentos políticos que estão acima do controle do escritor” (CLIFFORD, 1998, p.20-21).

Mesmo diante dos perigos da subjetividade, do historiador e do informante, inserida nos diálogos e registros orais, entendo essa análise de fundamental importância para delinear a história desses sujeitos e da natureza no contexto proposto, haja vista que, de acordo com Portelli (1996, p.03), a subjetividade é o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados e assim, perde-se a possibilidade de compreender o sujeito em suas intenções e suas subjetividades. Aí escapam informações nos meandros de sua

fala, contra as intenções de quem os produziu, pois aí emergem vozes incontroladas (BLOCH, 2001; GINZBURG, 2007).

Dado esse caso específico, a antropologia foi indispensável na tentativa de interpretação do imaginário cultural dos mariscadores de caranguejo. Estes, ao longo dos diálogos, apresentaram imensa gama de conhecimentos sobre o ecossistema através de estratégias utilizadas para resistir às intempéris do manguezal durante o trabalho, tornar sua atividade mais produtiva, preservar as espécies do ecossistema e manter-se seguros diante dos perigos; mas, também, por meio dos seus diversos mitos, que, assim como as estratégias citadas, estão marcados por forte “ânsia de conhecimento objetivo”(LÉVI- STRAUSS, 1989), e que longe de ser resultado de ilusões afastadas da realidade, estão repletos de elementos que compõem a realidade desses sujeitos. Essa é a discussão central do terceiro capítulo, voltado a compreender o imaginário, a visão idílica dos mariscadores de caranguejo a partir da análise de sua memória e de alguns aspectos culturais, em especial, seus mitos e lendas locais relacionados ao manguezal (considerarei dois em especial, Ataíde e Curupira, os mais populares entre meus interlocutores), espaço de trabalho onde estes constituíram territorialidade e fazem parte da paisagem.

A constatação levantada por Lévi-Strauss (1989) está intimamente próxima ao processo de construção do imaginário pelo “percurso antropológico”, proposto por Gilbert Durand (1984), no qual as representações subjetivas explicam-se pelas acomodações anteriores do sujeito ao meio objetivo. O que comprova que não é possível dissociar cultura e natureza, assim como ajuda a compreender que as impressões que temos sobre a paisagem são construções culturais, o espaço é construído socialmente. Esta territorialidade é configurada por gama imensa de conhecimentos produzidos a partir de suas longas experiências com o meio físico e com as relações sociais estabelecidas.

Andar no manguezal lodoso, conhecer os caminhos em um verdadeiro labirinto, reconhecer as áreas em que há caranguejos, a técnica para capturá-lo com as mãos, diferenciar entre caranguejo macho e fêmea, amarrar e carregá-los em galhos por entre as imensas raízes, o reconhecimento dos sons e pegadas de animais e pessoas, nomear os igarapés e praias, defender-se da (o) Curupira e do Ataíde são lições que esses sujeitos podem oferecer.

1. A ESTRADA PARA O “PROGRESSO”

1.1 Do mangue ao caos³

O Brasil possui em seu território uma das maiores áreas contínuas de manguezal do planeta, cerca de 1,38 milhões de hectares, e sua biodiversidade é de extrema relevância para manutenção de milhares de comunidades litorâneas (LARA & COHEN, 2003). Contudo, ao longo da história do Brasil, esses ecossistemas estão sendo reduzidos pela ação humana para inúmeros fins, sobretudo para a urbanização dessas áreas atendendo pressões demográficas e mercadológicas.

Arthur Soffiati (2004) alertou que os manguezais, sobretudo os do Nordeste, Sudeste e Sul, foram capturados pelo processo de globalização através de redes econômicas, dos meios de comunicação e de instituições científicas e que os do Norte já apresentam sinais desse “cansaço”. No Nordeste, um caso exemplar foi o aterramento e a destruição dos manguezais da costa do Recife, alvo de crítica da música “Da lama ao caos”, de Chico Science (SCIENCE, 1994). Mesmo tratando-se de um contexto diverso e realidades sociais diferentes, este evento tem grande valor como objeto de reflexão para minha análise sobre a intervenção nos manguezais em Bragança, Pará, norte do Brasil.

Desde a década de 1970, os manguezais bragantinos foram capturados por esse processo de globalização e já demonstram os sinais de “cansaço” apontados por Soffiati (2004), especialmente depois da construção de uma rodovia que ligou a zona urbana do município de Bragança ao litoral, dando acesso à praia de Ajuruteua⁴, para atender interesses econômicos, tanto com o turismo quanto com a exploração dos recursos naturais inerentes ao ecossistema.⁵

³ Este subtítulo faz referência à música “Da lama ao caos”, da banda Nação Zumbi, escrita por Chico Science em 1994, no contexto do movimento *manguebeat* no Recife, que buscava politizar a música e a cidade a partir de suas *contradições alagadiças*. A música faz uma analogia entre as dificuldades do homem na cidade grande com as do caranguejo fora do mangue. As mazelas da cidade grande representariam imensas dificuldades aos homens, assim como as dificuldades que o caranguejo encontra em um mangue destruído. O caranguejo é tomado como metáfora do homem que se agarrava na lama para sobreviver, sua crítica se direcionava ao processo de urbanização desordenada do Recife, no qual o aterramento da planície costeira culminou com a destruição de seus manguezais e forjou uma sociedade repleta de contradições. Guardando as diferenças contextuais específicas entre o caso da destruição dos manguezais do Recife e a degradação do manguezal em Bragança, no Pará, este trabalho foi de extrema importância para minha reflexão, levando em conta, especialmente, que se trata do mesmo tipo de ecossistema e evoca consequências de uma relação entre o homem e o mundo natural mediado por necessidades mercadológicas. Para saber mais sobre o movimento *manguebeat*, ver: MENDONÇA, 2004.

⁴ De acordo com os moradores locais este nome significa “terra do Ajuru”, Ajuru é o nome dado a uma fruta típica da região. Ajuruteua pertence à planície costeira bragantina, do município de Bragança, situada em uma ilha de mesmo nome que é banhada pelo oceano atlântico, na baía do rio Caeté, junto a ela está situada duas comunidades, a vila dos pescadores e a vila do Bonifácio.

⁵ O “cansaço” apresentado nos ecossistemas de manguezais ainda não aparece como uma das principais preocupações de ambientalistas e das comunidades internacionais, uma vez que suas atenções estão voltadas

O objetivo desse capítulo é discutir as conjecturas que envolvem a construção da PA-458, analisar os discursos que justificaram a construção da rodovia enquanto um salto para o desenvolvimento através do turismo, as projeções políticas sobre a natureza na região, inserindo, também, as representações simbólicas dos elementos naturais na vida humana, no período de 1970 a 1996.

De acordo com Fernandes (2003, p. 9), o município de Bragança está inserido na região que detém uma das maiores reservas de manguezais do mundo, nas latitudes próximas à linha do Equador, no litoral amazônico, entre a foz do rio Oiapoque (Estado do Amapá) e a baía de São Marcos (Estado do Maranhão), região conhecida singularmente como “costa norte” e tem sua preservação ameaçada pela atuação humana. Bragança detém grande parte desse manguezal sob seus limites políticos, porém sua geomorfologia tem mudado significativamente nos últimos anos e o resultado tem sido a retração dos manguezais no litoral, sobretudo por conta do aterramento de parte desse ecossistema para a construção desta rodovia iniciada na década de 1970, o que ocasionou a invasão da areia que cobriu as camadas de lama, a obstrução das águas de maré e asfixiou a vegetação (LARA & COHEN, 2003).

Não obstante a essa intervenção antrópica, em Bragança, assim como acontece com toda a Amazônia, costuma-se exaltar sua suposta potencialidade natural que em grande medida é reproduzida de forma ufanista por seus moradores, poetas, jornalistas e cientistas locais. Com interesses em atrair turistas, contaminado por um ufanismo regionalista e uma ideia de natureza abundante, forjou-se a construção de um espaço, por meio do discurso, onde a paisagem natural seria predominante, o que permitiria sua contemplação e exploração. Em conversas cotidianas ou notícias por meio de jornais, televisão, rádio ou *sites* na internet, as referências sobre a cidade de Bragança foram (e ainda são) geralmente associadas aos aspectos naturais da região como o manguezal, a praia, os peixes, os caranguejos, elementos que segundo essa ideia evidenciaria um sentido de fartura e riqueza natural. Por outro lado, esse interesse em exaltar o ambiente físico da região, apresenta-se ao historiador como objeto fecundo de investigação das políticas voltadas para a natureza adotadas ao longo da história naquela cidade, como o homem pensou e se relacionou com o ambiente.

Essa associação de riqueza natural com o município está presente na Literatura. No romance *Cadunga*, de Bruno de Menezes (1954, p. 115), por exemplo, a cidade é descrita como a “vívida miragem dos nordestinos migradores”, uma clara intenção do autor em exaltar

sobremaneira ao desmatamento para a implantação de atividades agropecuárias, o que, para Leila Mourão (2011), obscurece uma realidade na qual outras questões ambientais resultantes da interação sociedade-natureza, como a utilização histórica da flora, fauna e minerais, além de atividades como o turismo e o avanço da urbanização.

as supostas “riquezas naturais” que alguns retirantes nordestinos buscavam encontrar ao fugir da seca e imigrar para a Amazônia. Armando Bordalo da Silva (1981, p.07-10) ao tratar do folclore da região bragantina, reitera que este é visceralmente impregnado de “elementos da natureza” que cerca o caboclo, este, “abismado” com o “esplendor” da mesma, cria cultura no amalgamento “biológico-meio” que desfruta. Ao descrever a costa em que se situa Bragança, destaca que a mesma é “recortada de furos, baías e ilhas, e onde também deságuam inúmeros pequenos rios, importantes como fertilizadores e como via de transportes, sendo o principal o rio Caité” (1981, p.10). Durante a pesquisa, foi comum encontrar discursos de políticos, jornalistas e poetas que forjaram descrições compostas pela exaltação dos elementos naturais geralmente idealizados e adjetivados como cifras de uma riqueza natural, que deveria ser melhor aproveitada para que pudesse promover o “desenvolvimento”.

Além de possuir um ecossistema de manguezal, além de ilhas, praias e igarapés que recortam seu território, Bragança é o *habitat* de variadas formas de vida que, por sua vez, possibilitaram múltiplas relações entre o homem e a natureza, a exemplo da maioria das cidades da Amazônia. O peixe, o camarão, o caranguejo, a mandioca, são elementos que fazem parte da dieta e das atividades cotidianas de grande parte dos bragantinos, constituem parte da identidade da cidade e são retirados diariamente da terra, dos rios, do mar e manguezais da região, abastecem o comércio local, a capital e outros estados.

Essa característica histórica de proximidade entre o homem e a natureza corrobora com a constatação de que na região amazônica a historicidade da interação homem/natureza é significativa, pois sua constituição socioeconômica e cultural se deu sob as condições impostas pelo meio natural dos rios e das florestas (LEONARDI, 1999; WOLFF, 1999). No que toca aos habitantes do litoral amazônico, na produção de sua condição de existência, como é o caso de Bragança, “exploram diferentes ecossistemas: o mar, os rios e igarapés e os manguezais” (MANESCHY, 1993b, p. 20), gente que transforma a si e o meio (DERGAN, 2006), o que torna essa relação homem\natureza ainda mais ampla e complexa.

Com efeito, essa relação do homem com o mundo natural em Bragança não se deu apenas de forma “harmônica”. Assim como em outras regiões do país e em outras cidades da Amazônia, foi também permeada por tensões, sobretudo quando o homem impôs suas necessidades econômicas em detrimento do meio natural, geralmente respaldado em conceitos de natureza ligados às representações como a do “paraíso perdido” ou da “beleza primitiva da natureza anterior à intervenção humana”, da “exuberância do mundo natural que leva o homem urbanizado a apreciar o belo” (DIEGUES, 1996, p. 59), que resultou muitas vezes na

destruição de seu ecossistema ou na implantação de projetos que negligenciam a existência ou as reais necessidades de uma população local e do próprio ecossistema.

Na segunda metade do século XX, precisamente em 27 de maio de 1975, o vereador Boulanger Ubiraci Nunes destacava em seu requerimento apresentado à Câmara Municipal de Bragança “as excelentes condições que oferecem as belas praias bragantinas” (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1975, s/n), capazes de proporcionar àquela cidade um potencial turístico que lhe traria desenvolvimento econômico e social. Essa constatação seria argumento para uma intervenção antrópica que traria implicações profundas à manutenção do ecossistema local.

O requerimento do vereador, naquele contexto, revelava o desejo de determinado setor da sociedade ao vislumbrar a solução para os problemas econômicos do município, na época assentado nas supostas potencialidades da natureza e que estava na mesma linha das intervenções políticas dos militares pensadas para a Amazônia na década de 1970. O desenvolvimento estaria condicionado a um melhor aproveitamento econômico dos recursos que a natureza amazônica podia proporcionar, as “vantagens comparativas” (PETIT, 2003). Nesse estudo, o espaço é pensado como elemento importante para a construção da história da Amazônia, que abre o campo de “possibilidades”, em que a natureza “atua” de forma importante nas escolhas e nos destinos das histórias dos indivíduos (BRAUDEL, 1966). Os projetos e decisões políticas voltadas para Amazônia estavam, por vezes, assentados em conceitos e concepções projetados sobre o seu ambiente físico.

Banhada pelo rio Caeté⁶, a cidade está localizada na Costa Atlântica (Figura 1), na mesorregião do nordeste paraense ou Planície Costeira Bragantina. Por conta dessa posição, Bragança foi inserida em um dos seis polos turísticos do Estado do Pará, o Polo Amazônia Atlântica ou Extensa Costa Atlântica, do qual fazem parte os municípios pertencentes à Zona do Salgado⁷. Esse zoneamento em “polos” foi criado pela Companhia Paraense de Turismo (PARATUR), na década de 1990, com intuito de regionalizar o turismo como estratégia de desenvolvimento dessa atividade no Pará, que estaria em uma posição estratégica, a “porta de entrada natural da Amazônia brasileira”⁸. Para fazer parte desse destino turístico, além de uma

⁶ De acordo com D’Evreux (2002) Caeté, significa, na língua tupi, “mato bom”, que evocava aparentemente a beleza e a exuberância das águas e matas da região. Já para Chiaradia (2008, p. 132), em seu dicionário de palavras brasileiras de origem indígena, a palavra suscita inúmeros significados, entre eles o de “mato bravo” ou “espinhoso”, se refere também ao antigo território onde hoje se acha a cidade de Bragança.

⁷ De acordo com Ferreira (2009), Bragança é integrante do Polo Turístico Amazônia Atlântica ou Extensa Costa Atlântica, do qual fazem parte os municípios pertencentes à Zona do Salgado: Bragança, Curuçá, Maracanã, Marapanim, Salinópolis, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São João de Pirabas, Tracuateua, Vigia de Nazaré e Viseu. Os demais polos são: Polo Belém, Polo Marajó, Polo Tapajós, Polo Xingu e Polo Araguaia-Tocantins.

⁸ Informação obtida do texto “Ordenamento turístico do estado do Pará”, disponível no site da Secretaria de Estado de Turismo: <http://www.setur.pa.gov.br>, acessado em 07 de março de 2014.

suposta riqueza cultural e histórica, a cidade guardaria um potencial para esse mercado por estar situada às margens do Oceano Atlântico e possuir no litoral vários quilômetros de praias.

Com o propósito de dar acesso à praia e, possivelmente ao “desenvolvimento” potencializado pela capacidade turística, já que se abria “uma nova opção de veraneio para os paraenses” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1975, p. 3), em meados da década de 1970 foi dado início à construção da Rodovia Estadual PA-458, que liga a cidade de Bragança à praia de Ajuruteua, com quase 40 km de extensão, cortando 26 km de floresta de mangue. De acordo com o *site* do programa “Pará a obra-prima da Amazônia”, com nítida intenção de exaltar a região, os 36 km de estrada que dão acesso à Ajuruteua já seriam um prenúncio do suposto “espetáculo” que a natureza teria reservado para aquele pedaço do Pará⁹. A figura abaixo destaca os limites políticos do município de Bragança, na região Nordeste do Estado do Pará, disponível no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

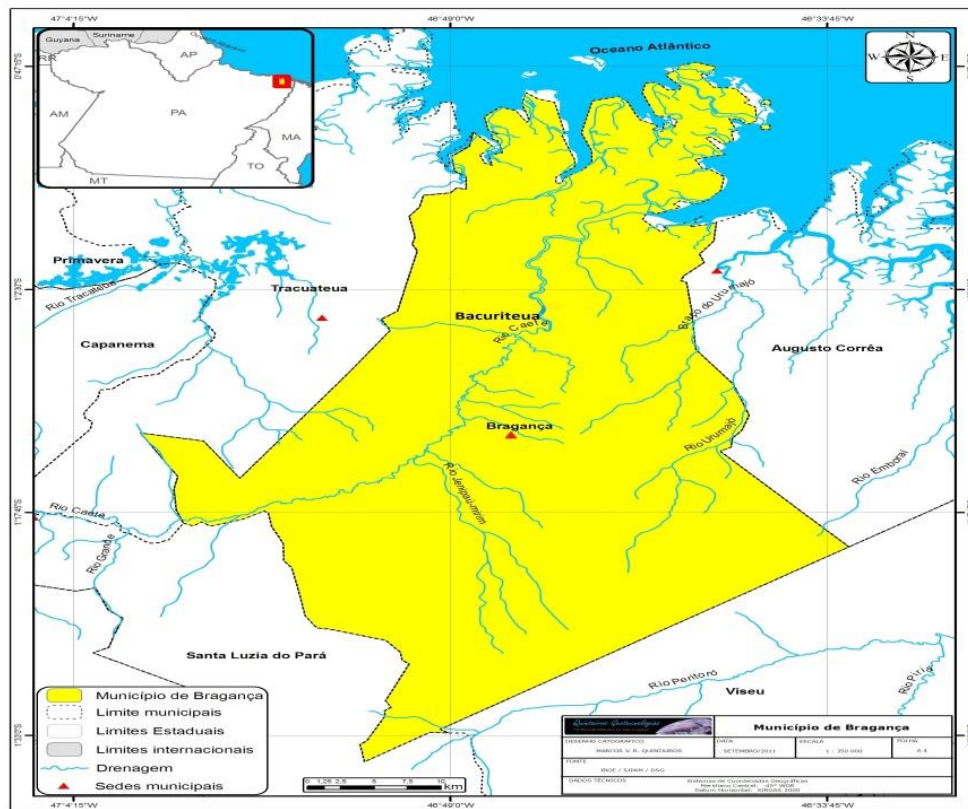


Figura 1: Limites do Município de Bragança. Fonte: Sousa, 2012.

Costa (2013) aponta que um destino turístico só pode ser rentável quando é pensado enquanto sistema, ou seja, conjunto de elementos que interagem e se relacionam entre si e com seus ambientes. Os possíveis benefícios estão relacionados ao fato de o turismo “trazer o consumidor para o local, importar divisas e proporcionar pulverização de seus gastos,

⁹ Disponível no site <http://www.paraturismo.pa.gov.br>, acessado em 07 de março de 2014.

inclusive entre parcelas mais pobres da população” (2013, p. 46). Por outro lado, existem também impactos negativos dessa atividade quando não é pensada enquanto um sistema, que podem ser a inflação e o acréscimo do custo de vida da população local, em razão do maior poder aquisitivo dos turistas; especulação imobiliária; aumento do poder de consumo, o que pode impactar tanto cultural quanto ambientalmente a localidade; por fim, o foco excessivo no turismo, uma espécie de “monocultura”¹⁰, desviando recursos e interesses de outras atividades econômicas regionais “tradicionais” (COSTA, 2013, p. 46).

A construção de uma rodovia, aterrando 26 km de manguezal e proporcionando acessibilidade às várias comunidades que antes eram isoladas ocasionou uma série de mudanças no modo de vida dos moradores locais, não só pelo novo acesso a sede do município, pela conseqüente introdução de novos produtos ou pela dinamização do comércio, mas também pelas alterações no ecossistema, do qual esses sujeitos têm grande dependência econômica, social e cultural.

Alinhado às inovações da história ambiental, procurei considerar a natureza e sua devida importância no processo histórico, pois percebo o homem também como um ser biológico (sensível ao quente, ao frio, ao vento, à seca, à insolação, à pressão das altitudes, que tem a necessidade de buscar e garantir incessantemente sua alimentação e se defender dos perigos de doenças ou de animais), porém, não reduzido a isso¹¹. Nessa perspectiva, o objetivo é perceber a dinâmica dessa interação, os resultados da ação do homem sobre o meio ambiente e as do ambiente sobre a vida humana, a partir das mudanças provocadas pela construção da rodovia.

As percepções do homem sobre a natureza podem ser vislumbradas a partir de suas intervenções sobre esse meio natural. Convém ressaltar que não separo cultura e natureza, entendendo a natureza como produto de uma prolongada atividade humana. Nesse sentido, a expressão “paisagem natural” existiria somente a partir de uma perspectiva reducionista que separa o homem da natureza, considerando as “diversas formas e significações que assume de acordo com as culturas que a representam e agem sobre a mesma, bem como nas variações de

¹⁰ O termo “monocultura” foi usado no trabalho de Costa (2013) para descrever contextos em que o turismo é pensado como único projeto de desenvolvimento capaz de gerar riquezas, o que equivocadamente diminui a importância de outras atividades econômicas que são importantes para o funcionamento do sistema turístico.

¹¹ Vale citar aqui a contribuição para minha análise da leitura do texto *Há uma geografia do homem biológico?* de Fernand Braudel, no qual o autor faz a análise do trabalho de Maximilien Sorre, intitulado *Les bases biologiques de la Géographie humaine, essai d'une écologie de l'homme*. Na obra, Braudel enaltece a maneira que Sorre enxerga o homem e destaca que a originalidade do trabalho provém de uma redução sistemática dos problemas do homem ao plano de sua biologia, quando o homem é estudado não em toda sua realidade, mas somente sob um de seus aspectos, que é na condição de máquina vivente, na qualidade de planta e animal (Braudel, 2013, p. 144).

sentido que conhece ao longo do tempo, considerando a sua historicidade” (SILVEIRA, 2009, p. 71). O próprio termo “paisagem natural” é resultado de uma classificação, de um olhar, de um discurso, uma construção cultural. Portanto, ao observarmos a “paisagem natural” introduzimos e projetamos noções e valores culturais.

As alterações promovidas pela construção da rodovia atingiram um conjunto de elementos que compunham aquela paisagem e desta não se excluem os indivíduos e os outros animais. Ela é, também, a interação dos elementos que compõem o espaço. Assim, a paisagem é composta pela junção das formas, das funções, das estruturas e dos processos nos quais a mesma está inserida. De acordo com Santos, paisagem pode ser entendido como:

[...] tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. [...] A paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço (2008, p. 40).

Esse estudo é dedicado à relação homem/natureza, todavia, “não está dissociada da construção de seu problema teórico, qual seja, o das relações sociais e os vínculos que são estabelecidos com o espaço, moldando o território e afetando a natureza”. (MARTINEZ, 2006, p. 19). Nesse sentido, é importante registrar algumas características geográficas do município: o clima da região é equatorial, quente e úmido, em que há uma estação bastante chuvosa de janeiro a maio, conhecida localmente como inverno amazônico, e uma época de seca no restante do ano, entendida pela população local como verão.

O município de Bragança compõe-se ainda de variadas formas de vida que dependem muito da característica física e econômica do lugar que, grosso modo, são classificadas em pelo menos dois tipos de comunidades humanas: a urbana e a rural¹². Basicamente, com população total de 113.165 habitantes em uma área total de 2.090,23 km², com população urbana de 72.595 habitantes e a rural de 40.570 (IBGE, 2010), apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 1.030.997,03 (IBGE, 2014). Além da sede do município, que representa a área urbana, existe uma zona rural que pode ser caracterizada por pelo menos três tipos de ambientes geográficos que se diferem em vegetação e atividades econômicas predominantes. Existem as regiões onde predominam a agricultura da mandioca e do feijão, localizadas longe

¹² A despeito de utilizar esta forma de classificação de comunidade humana, criticada por Raymond Williams (2011b), estou ciente da tênue fronteira que separa esses dois ambientes e da existência de localidades que poderiam ser consideradas intermediárias por conformar, ao mesmo tempo, elementos reconhecidos tipicamente como pertencentes ao campo e elementos tidos como tipicamente urbanos.

do mar; compõem a zona rural também as regiões dos campos, locais tradicionais na criação de búfalos; e, por fim, as regiões onde, por conta da proximidade do mar ou da maré e do manguezal, há a predominância da pesca e do extrativismo do caranguejo. Detenho-me na última, onde a maioria dos moradores se ocupa do extrativismo do caranguejo e da pesca, especificamente da localidade de Bacuriteua, localizada às margens da rodovia PA-458 e que tem seu limite, na direção norte, pontuado pelo início de uma floresta de manguezal e na direção leste pelo rio Caeté.

A Vila de Bacuriteua, localizada na margem esquerda do rio Caeté, a nove quilômetros da zona urbana da cidade de Bragança, foi escolhida como local de estudo por se destacar como o principal polo pesqueiro do município, realidade intensificada a partir da construção da PA-458. Com uma população de 2.527 habitantes, entre os quais 50,03% são homens (IBGE, 2010), sendo que, entre eles, 67,25% são pescadores (SOUSA, 2012), é notória a importância do ecossistema para seus moradores, realidade que não se reflete apenas no plano econômico, mas também cultural.

Bacuriteua destaca-se pela sua grande participação na produção pesqueira do município. De acordo com Sousa (2012, p. 63), 80% de todo o pescado de Bragança tem como origem os portos dessa Vila, entre todas as espécies, o caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) é o mais capturado.

Antes do empreendimento rodoviário, o espaço definido por este ecossistema era muito maior do que atualmente, especialmente para os mariscadores de caranguejo, porque o transporte e a comunicação eram muito mais demorados. A espacialidade não é fixa em sua dimensão se considerarmos tempos distintos ou as possibilidades dos homens se movimentarem nesse espaço, este se comprime ou dilata-se no tempo de acordo com as possibilidades. Nessa análise o homem, o tempo e o espaço são indissociáveis (BRAUDEL, 1966).

O espaço em destaque é o manguezal, ou mangal, um dos principais ecossistemas costeiros da Amazônia brasileira, que ocupa 4.500 km² na costa do Estado do Pará, correspondendo a cerca de 1/5 dos manguezais de todo o Brasil (MANESCHY, 1993b, p. 23) e situando-se na confluência do ambiente terrestre com o marinho em regiões subtropicais e tropicais. Com suas plantas e animais oriundos da terra e do mar, tem papel importante na história evolutiva das comunidades humanas litorâneas, é fonte indispensável de recursos que têm promovido o estabelecimento e a vivência dessas comunidades. Nesse sentido, “o manguezal nunca pode ser apreendido como espaço estritamente da natureza” (CAMPOS, 2012, p. 383).

Os manguezais de maior biodiversidade são encontrados no norte do Brasil, onde características geomorfológicas similares causaram desenvolvimento de unidades biológicas semelhantes (LARA & COHEN, 2003). Apresentam vegetação sempre verde por conta de sua localização à margem do oceano, nos sistemas de canais dos estuários, ao longo das costas sobre terrenos de aluviões das embocaduras de rios (MANESCHY 1993 *apud* MACIEL 1989). Esses ecossistemas são muito dinâmicos e podem rapidamente expandir ou encolher em resposta à topografia regional ou às mudanças climáticas. São, ainda, sensíveis às inundações promovidas pelo aumento do nível do mar (LARA & COHEN, 2003).

Soffiati (2000) destaca que o manguezal constituiu-se por conta própria nos últimos 60 milhões de anos, fixando-se no espaço intertropical – dilatando e retraindo no tempo – e “desenvolvendo táticas” (aplica uma teoria social das antropossociedades ao mundo natural não humano baseando-se em Certeau (2014))¹³ de existência balizadas por limites impostos pelo clima, salinidade, condições topográficas e geográficas, o que resultou na formação de ambientes de baixa biodiversidade, mas de alta produtividade biológica.

O ecossistema de manguezal, para que se mantenha, necessita de condições específicas, tais como: teor de salinidade adequado à vegetação; costas protegidas de ondas e marés violentas; amplitude de marés e terrenos com fraco declive para permitir que a água do mar penetre; solo composto de *silt* e argila fina, rica em matéria orgânica e temperaturas tropicais. Outra dependência desse ecossistema é referente à livre circulação das águas, pois grande parte do material orgânico (nutrientes) produzido pelas árvores que é importante para a vida da floresta é trazido pelas águas marinhas e continentais (MANESCHY, 1993).

Assim, um aumento do nível relativo do mar pode resultar no recuo dos manguezais em direção ao continente como resultado do aumento da frequência de inundações. A região estudada é caracterizada por penínsulas cortadas por canais de maré que ligam o manguezal ao estuário. Abaixo, em destaque (**Figura 2**), a floresta de manguezal às margens da rodovia, fotografada durante a pesquisa de campo. Um detalhe importante é o contraste da floresta entre o lado direito e o esquerdo da estrada (sentido Ajuruteua-Bragança). Do lado direito um manguezal vivo, com suas árvores de pé; do lado esquerdo, uma floresta devastada e um

¹³ Soffiati (2000), baseando-se em Isabelle Stengers, acredita que um conceito pode migrar de um campo do conhecimento a outro se ele for capaz de organizar e de conferir consistência àquele do qual não é originário. Assim, entende que os conceitos de estratégia e tática, empregados por Michel de Certeau, poderiam ser invocados para explicar tanto as táticas das antropossociedades em suas trajetórias quanto as da natureza não-humana no interior de estratégias dadas, pois, tanto as antropossociedades quanto os manguezais são sistemas complexos que vivem à base de ordem-desordem-interação-organização e neles podemos observar as características da complexidade: indeterminação, imprevisibilidade, auto-organização, autorreprodução, autorreparação, transformação e autoadaptação.

mangue em um processo lento de recuperação e autoadaptação, resultado do aterramento para a construção da rodovia.



Figura 2: Floresta de manguezal em Bragança, às margens da PA-458. Fonte: Oliveira, 2014.

O chamado sistema de manguezal de franja estuarina contém árvores de até 20 metros de altura. As três dominantes são o mangue, ou mangueiro (*Rhizophora mangle*), as Siriúbas, ou siriubeiras (*Avicennia germinans*); e Tinteira (*Laguncularia racemosa*). Uma das características peculiares desse ecossistema é sua capacidade de se adaptar (as táticas sugeridas por Soffiati) a terrenos alagados e sujeitos à intrusão de água salgada, exemplo disso são as raízes “aéreas” (**Figura 3**) que lhe possibilita respirar em condições adversas, como o pouco oxigênio do solo (LARA & COHEN, 2003; MANESCHY, 1993). Essas raízes são tidas como um dos principais obstáculos para os homens que trabalham nesses ambientes. Alguns relataram que além de dificultar a locomoção, as raízes ocasionam acidentes, como quedas e perfurações. Um mariscador de caranguejo relatou que, certa vez, um “toco” pontiagudo atravessou seu pé, impedindo-o que trabalhasse por três meses.



Figura 3: Reinaldo Tavares da Silva, mariscador, coletando caranguejo entre as raízes aéreas do manguezal. Fonte: Oliveira, 2014.

Essa flora fornece inúmeros recursos para o homem, destacando-se, entre eles, as madeiras para carvão, construções, cercados, instrumentos e armadilhas de pesca e pequenas embarcações. As linhas de pesca e as velas das embarcações dos pescadores são pintadas com um corante feito do tanino, extraído das cascas dos mangueiros. Maria Ironilde Gomes da Gama, esposa de André Tavares da Silva, um mariscador da comunidade de Bacuriteua, relatou que a casca da raiz do mangueiro é “boa” para tratar diarreias. Em estudo sobre os *tiradores* de caranguejo de São Caetano de Odivelas, Maneschy (1993), observou que estes também utilizam essas plantas por seus atributos medicinais, exemplo da resina de siriúba para diminuir dores de dente e a ponta da raiz do mangueiro para atenuar a disenteria.

É unânime entre especialistas a constatação de que o manguezal constitui-se enquanto elemento importante no mecanismo de funcionamento em um sistema de “equilíbrio”¹⁴ físico, químico e biológico das regiões costeiras, aspecto que reafirma sua importância na economia pesqueira. Isso se explica pela porção de matéria orgânica produzida pela cadeia detrítica, que compõe o elo básico das cadeias alimentares de importância econômica. Maneschy (1993), tomando por base Maciel (1989), elucida que esse processo inicia com a queda das folhas que alimentam diversos organismos e estes, por conseguinte, são alimentos de outros animais. Essa cadeia segue até os peixes, crustáceos e moluscos. Além disso, a diversidade e complexidade das raízes das plantas típicas proporcionam *habitats* bastante diferenciados para uma grande variedade de espécies animais (NASCIMENTO, 2008).

A diversidade da fauna nos manguezais pode ser notada com a grande variedade de espécies de peixes e camarões estuarinos que crescem neste ambiente. Há, ainda, espécies associadas às raízes das plantas: ostras, mexilhões, caracas (crustáceo da família dos *balanídeos*) e turus (diferentes espécies da família dos *teredinídeos*). Este último, de corpo vermiforme, é muito estimado por populações que habitam regiões próximas aos manguezais, geralmente consumido cru, cozido ou em sopas, é considerado nutritivo e de propriedade afrodisíaca, conforme relato do mariscador André Gama:

Turú é comida muito forte, alimenta as pessoas. O bicho assustenta a gente mesmo, é uma vitamina muito forte porque as pessoas que estão fraca pode tomar o caldo do Turú e comer mermo ele, né que vêm aquela potência

¹⁴ É importante ressaltar a demasiada crença na noção de equilíbrio dada a eventos inerentes da natureza, noção que é herdeira de concepções mecanicistas onde a natureza não humana seria regulada por certa quantidade de regras fixas, que na verdade obscurece a existência de um comportamento complexo presidido por esta, da qual o ser humano emergiu com um cérebro hipercomplexo que passa a desempenhar o papel de elo entre natureza e cultura. A ideia mecanicista de natureza, iniciada com Galileu, passando por Francis Bacon e culminando com as concepções que Newton formula do Universo, contribui com a perspectiva que com o domínio dessas leis o homem detém o domínio sobre a natureza e esta seria apenas um palco inerte das decisões e vontades do homem (SOFFIATI, 2000).

mermo segura na pessoa né? O camarada está desanimado e fica animadinho (risos), ele está triste, de repente ele se anima (GAMA, 2010).¹⁵

A essa biodiversidade é somada a existência de aves de várias espécies, tais como os guarás (*Guara rubra*), as garças (da família *Ardeidae*), gaviões (que podem pertencer às famílias *Accipitridae* e *Falconidae*), pica-paus, maguaris e outras. Há também mamíferos, especialmente macacos e guaxinins (*Procyon Cancrivorus*) (Maneschy, 1993a).

Uma das maiores dificuldades nesse ambiente, relatada por mariscadores de Bacuriteua, é o convívio com os insetos, além dos carapanãs (da família *Culicidae*, de ordem *Diptera*), que são mosquitos sugadores de sangue; existe, ainda, o minúsculo maruim (da família dos *Ceratopogonídeos*), que por conta da sua imensa quantidade nos manguezais, sua dolorida picada e seu tamanho minúsculo é considerado, entre os extrativistas, um dos maiores problemas enfrentados no mangue e para superá-los desenvolvem *táticas* (CERTEAU, 2014). Muitos recorrem às roupas que possam cobrir o corpo inteiro, como camisa com mangas compridas e calças compridas *jeans* para se proteger; ou se utilizam de óleo diesel misturado ao querosene, espécie de repelente caseiro. Todavia, a principal arma dos mariscadores contra esses insetos é o fumo. Antes de adentrar no manguezal, todos preparam seus cigarros de “porronca”, cigarros de tabaco *fabricados* artesanalmente por eles (**Figura 4**). Chamou a atenção o tamanho dos cigarros, uns medindo cerca de 20 cm, cada um fuma em média quatro cigarros por dia. Reinaldo da Silva justificou que quanto maior e mais tempo durar o cigarro é melhor e, enquanto estiver fumando, o maruim “não encosta” (SILVA, 2014).

Cada um é responsável pela fabricação do seu próprio cigarro. Eles fazem, em média, de cinco a oito cigarros cada um, dependendo do tamanho. Porém, é mister ressaltar que seu uso não deriva, de modo geral, do vício, mas sim para superar as agruras provocadas pelos insetos. Quando acompanhei um grupo de mariscadores até o local de coleta de caranguejo, vi que antes de entrar no manguezal é realizada uma compra chamada “despesa”, nesse caso, em um comércio localizado nas margens do rio “Furo Grande”, onde esse grupo também costuma alugar uma canoa para ir até o manguezal. A despesa é feita quando não levam os alimentos

¹⁵ Nas citações de fontes orais mantenho a grafia original dos relatos para garantir a fidelidade “do que foi” e “como foi” narrado e proporcionar ao leitor sua própria interpretação. Sobre a referência da interlocução, optei por usar ao longo do trabalho o sobrenome seguido do ano em que foi realizada a entrevista entre parênteses, dessa forma, padronizo a referência e reconheço meus interlocutores como, também, detentores de um saber produtor de conhecimento. A referência completa sobre os interlocutores e as entrevistas está descrita no final do texto.

de casa, entre os diversos gêneros adquiridos no comércio, o tabaco e o papel são elementos obrigatórios para adentrar no mangue. Além deles, compram alimentos enlatados, farinha, cachaça, biscoitos, camarão e até artefatos explosivos para assustar macacos que, segundo eles, podem comer seus caranguejos já capturados.



Figura 4: Mariscador fabricando seu “porronca” antes de adentrar o manguezal. Fonte: Oliveira, 2014.

O manguezal, composto por todos esses elementos, constitui-se também enquanto território construído socialmente ao qual se atribuem valores, ideais e conceitos de natureza que estão “carregados de quantidade extraordinária de história humana” (WILLIAMS, 2011a, p. 90). A compreensão desse território requer esclarecimento não apenas em seus limites físicos e materiais, é estritamente importante compreendê-lo em sua dimensão simbólica, ou seja, em seu conteúdo. Somente a posse e a apropriação do espaço pelo homem não são suficientes para o entendimento da relação do homem com o meio natural. O poder sobre o espaço está sujeito à relação que o homem estabelece com ele, “o uso, associado ao limite, é uma construção de permanência. Uso do espaço é, em essência, geração de valor, de utilidade.” (HEIDRICH, 2008, p. 299). Andar sobre a lama, raízes, carregando peso, penetrar em um labirinto de canais e furos de rio, por exemplo, requer habilidade e conhecimento do espaço, assim como reconhecer lugares para a coleta do caranguejo ou os sons de animais e diferenciá-los entre as diversas espécies.



Figura 5: Reinaldo da Silva caminha, carregando o caranguejo, em meio às raízes aéreas.

Andar sobre esse solo movediço (**Figura 5**) requer habilidades que são adquiridas por meio da experiência, da repetição das lides cotidianas e da troca de conhecimentos entre eles. Durante minha ida ao manguezal, Reinaldo alertava: “anda rápido, não deixa teu pé afundar, pisa nas raízes...”. Mesmo com o seu conselho e carregando apenas uma câmera fotográfica na mão (diferente de Reinaldo que carregava vários caranguejos amarrados e penduradas em um galho), eu sempre ficava para trás cerca de seis ou sete metros, essa distância não aumentava por conta da paciência do mariscador.

Nesse sentido, o uso do mangue pelo homem, a partir de suas técnicas de manejo, conhecimento do ecossistema e sua cosmologia faz com que sua relação se configure enquanto territorialidade e as alterações nesse ecossistema, ocasionadas pela estrada, transformem também essa relação e os valores atribuídos a ele, pois estes não são fixos, dependem das experiências dos indivíduos com a natureza (WILLIAMS, 2011a), e estes estão sempre em constantes mudanças.

Assim, a relação homem/natureza pode ser interpretada enquanto um processo no qual, por meio de “formas originadas pela natureza em conformação com as ações do ‘animal humano’, emergiriam certas dimensões morfológicas que abarcam pelo menos três níveis: o ‘funcional’, o ‘histórico’ e uma dimensão simbólica” (SILVEIRA, 2009, p. 72).

Portanto, as intervenções humanas em ecossistemas de manguezal configuram alterações não apenas no ambiente, mas no modo de vida das comunidades humanas. Em vista disso, para compreender a história desses sujeitos é indispensável considerar a relação homem/natureza, as intervenções humanas sobre o mundo natural e as intervenções da natureza na vida humana, tendo em vista que muitas mudanças pelas quais os homens passaram em sua história foram resultados das representações que projetou sobre a natureza ou das possibilidades que esta impôs aos homens.

Gostaria de chamar a atenção do leitor para o fato de não ter encontrado nada sobre o manguezal em documentos oficiais que tratavam da construção da rodovia (refiro-me a preocupação pela sua conservação; em jornais, o manguezal foi entendido como um obstáculo ao avanço da rodovia), esse silenciamento, curiosamente, diz muito sobre a pouca magnitude que esse ecossistema assumia nos assuntos políticos, mesmo diante de um significativo número de sujeitos que se utilizavam dele para retirar seu alimento. Para descrever o manguezal, foi necessário, além dos estudos das “ciências da natureza” e das fontes orais, ler o próprio ambiente, nenhuma outra fonte falaria mais, neste caso, que os meios físico-químico e biológico (SOFFIATI, 2000).

1.2 O caminho ao paraíso: “um sonho dos bragantinos”

Na segunda metade do século XX tornou-se pública, especialmente, nos países chamados “desenvolvidos” e industrializados do Ocidente, uma notável mudança de sentimento de alguns homens em relação à natureza. Essa sensibilidade refletia-se em uma contestação das formas pelas quais os homens se relacionavam com o ambiente e utilizavam os recursos oferecidos por ele.¹⁶ Os limites desses recursos passaram a converter-se em signos de preocupação, uma vez que viveu-se naquela época um otimismo “desenvolvimentista” e autoconfiante da sociedade capitalista de consumo que havia alcançado, sobretudo, na chamada “Era de Ouro” (1945-1970), um nível de produção jamais visto. Nesse período, como aponta Hobsbawm (1995, p. 260), “a indústria, e mesmo a agricultura, pela primeira vez ultrapassavam decididamente a tecnologia do século XIX”. A maior preocupação, até então, especialmente desde o incremento da tecnologia no processo industrial do pós-guerra e a crescente ideologia de progresso herdada da Era de Ouro¹⁷, estava voltada para a capacidade

¹⁶ A mudança de sentimento em relação ao mundo natural não é algo novo. Keith Thomas (2010, p. 19) alerta que remonta ao início do período moderno, “foi entre 1500 e 1800 que ocorreu uma série de transformações na maneira pela qual os homens e mulheres, de todos os níveis sociais, percebiam e classificavam o mundo natural ao seu redor... Surgiram novas sensibilidades em relação aos animais, às plantas e à paisagem. O relacionamento do homem com outras espécies foi redefinido; e o seu direito de explorar essas espécies em benefício próprio se viu fortemente contestado”. No entanto, detenho-me aqui no sentimento e nos inúmeros processos políticos e econômicos que culminaram com a institucionalização internacional das práticas ecológicas na segunda metade do século XX, mais precisamente na década de 1970, concretizada pela reunião de autoridades de vários Estados na Conferência de Estocolmo, em 1972.

¹⁷ De acordo com Eric Hobsbawm, a poluição e a deterioração ecológica, apesar de durante a “Era de Ouro” já serem notadas como subproduto da explosão industrial de produção, pouco chamou atenção, pois “a ideologia do progresso dominante tinha como certo que o crescente domínio da natureza pelo homem era a medida mesma do avanço da humanidade” (Hobsbawm, 1995, p. 257). De acordo com este autor, esse período foi marcado como a fase excepcional da história do capitalismo desenvolvido, uma fase única, que pertenceu essencialmente aos países desenvolvidos, pois teriam representado cerca de três quartos da produção do mundo, e mais de 80% de suas exportações manufaturadas. Porém, afirma também que a “Era de Ouro” foi um fenômeno mundial, embora

de produção de cada país, para a quantidade de recursos naturais disponíveis para essa produção e, finalmente, para a capacidade de consumo, tendo em vista que duas das características daquele período foram o avanço da globalização e a internacionalização da economia, o que, certamente, aumentou acentuadamente a demanda de produção e de matéria-prima (HOBSBAWM, 1995).

Não obstante, a nova sensibilidade não freava a ânsia por desenvolvimento das grandes potências e muito menos dos países chamados subdesenvolvidos, que sofriam com a profunda desigualdade, conflitos sociais e baixa capacidade de produção (DUARTE, 2005). Grande parte desses países “subdesenvolvidos” tinha economia assentada na agricultura e almejava sua industrialização, modelo tido como ideal de desenvolvimento, especialmente para aqueles atrelados à política econômica capitalista, para alterar sua condição de dependência e tornar-se desenvolvido.

Todavia, o “desenvolvimento” idealizado por esses países, como aponta Duarte (2005), adequava-se ao modelo estabelecido naquele momento histórico, no qual havia jogos de interesses e enfrentamentos políticos bastante específicos e o sentido dado ao termo estendia-se ao pensamento sobre as sociedades como mais ou menos próximas de um modelo natural do que elas deveriam necessariamente ser.

Na contramão dessa ideia, os discursos ecológicos ganharam caráter libertário, partindo de setores críticos da sociedade de consumo e na década de 1970 houve uma institucionalização internacional das práticas ecológicas que mobilizou autoridades e dirigentes de diversos países do mundo, incluindo os países ricos, o que culminou com a realização da Conferência de Estocolmo, em 1972 (DEAN, 1996; DUARTE, 2005).

Resultou dessa conferência um documento chamado “Declaração de Estocolmo”, que afirmou ser dever de todos os países a busca pela melhoria do meio ambiente e que a falta de critério de exploração e transformação da natureza teria consequências funestas. Países subdesenvolvidos deviam garantir seu crescimento, contudo com devido controle sobre a destruição do meio ambiente, e aos desenvolvidos cabia a tarefa de coibir a poluição causada por suas indústrias (DUARTE, 2005). Em Estocolmo a preocupação estava voltada para “o perigo que o desenvolvimento econômico sem proporções poderia acarretar” (PASSOS, 2009,

a riqueza geral jamais atingisse a maioria da população do mundo. No entanto, a população do “Terceiro Mundo” teria aumentado num ritmo espetacular, assim como sua produção total de alimentos (Hobsbawm, 1995, pp. 255-256).

p. 5). Na Amazônia, longe de uma realidade econômica privilegiada, almejava-se desenvolvimento a todo custo, inclusive, em detrimento do ambiente.¹⁸

Indiferente a essa mudança de sensibilidade frente ao meio ambiente, a lógica naquele contexto político no Brasil era que, para o Governo Federal, havia questões mais “urgentes” a se resolver, sobretudo em um país que detinha a Amazônia, de natureza que se acreditava ser “abundante”, mas com uma população, em sua maioria, sem muitos recursos materiais (DEAN, 1996; DUARTE, 2005).

Mesmo diante das resoluções da Conferência de Estocolmo as autoridades brasileiras criaram uma grande escala de projetos desenvolvimentistas que resultaram não só na crise econômica, mas também em uma série de desastres ambientais. José Sarney, senador da república, teria dito uma frase que resumia bem o pensamento das autoridades brasileiras a respeito dos problemas ambientais: “que venha a poluição, desde que as fábricas venham com ela” (DEAN, 1996, p. 307).

Para minimizar as críticas estrangeiras, militares e seus auxiliares tecnocratas criaram, em 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) com o objetivo de controlar e monitorar a poluição, além de prevenir a extinção de plantas e animais. Àquela altura dos acontecimentos, a atenção desses órgãos estava quase toda dedicada à Amazônia, já que nessa época, no que concerne ao desmatamento e a poluição, pouca coisa se poderia fazer em relação à Mata Atlântica. Esta, degradada e com pouco a proteger, poderia servir, no máximo, como exemplo do que poderia vir a acontecer com a Amazônia, pois esta sim, estava ameaçada de imediato pelos planos agressivos de desenvolvimento do governo federal. No entanto, as medidas do governo, com vias de garantir proteção ao meio ambiente, mostravam-se apenas como fachada, haja vista que somente se nomeavam excepcionalmente pessoas

¹⁸A relação entre política e natureza no Brasil não é nova. José Augusto Pádua ressalta que a reflexão acerca dessa relação no país é anterior a qualquer documento escrito e se confunde com o fato histórico da chegada dos europeus e seu primeiro olhar sobre o espaço natural brasileiro. Pádua afirma, ainda, que a natureza sempre foi alvo de interesse e assunto de discussões que ocuparam a cena política nacional e a reflexão sobre a relação do homem com esse meio marcou a evolução histórica do país. O autor lembra que “sua recorrência ao longo da evolução do pensamento brasileiro sempre reatualizou essa mesma discussão: que tipo de relação com a natureza, que forma de exploração econômica, que estilo civilizatório, que modelo social é possível e desejável para o país?” (Pádua, 1986, p. 1). Na Amazônia, o aproveitamento econômico da natureza muitas vezes foi o principal tema de discussão política. É exemplar, nesse sentido, o estudo de Warren Dean (1989) intitulado *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*, quando aborda o fracasso das tentativas de cultivo da “*hevea brasiliensis*” em seu habitat natural. Superando explicações econômicas, Dean propôs uma interpretação ecológica, na qual demonstrou a preocupação do governo pela busca de uma alternativa de produção que aproveitasse melhor as condições ambientais da natureza local. Já Franciane Gama Lacerda (2006) demonstra em seu trabalho intitulado *Entre o sertão e a floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses na Amazônia (1889-1916)* que a mudança no mercado internacional da borracha teria acarretado grandes perdas para a economia local, o que, por conseguinte, levou o governo a discutir *outras alternativas* de produção ligadas à natureza, além do saturado mercado da goma elástica (Lacerda, 2006, p. 221).

comprometidas com a causa para dirigir os órgãos responsáveis e, além do mais, sempre se encontravam isolados em seus objetivos de preservação da natureza (DEAN, 1996).

Um dos planos de desenvolvimento que se sobrepunham às preocupações ambientalistas, com a intenção de integrar a Amazônia ao resto do país como reflexo da política de segurança nacional foi a construção de rodovias, meta que fez parte dos planos de desenvolvimento econômico nacional dos governos militares aprovados nos anos 70 para a região. Destaca-se, nesse sentido, o lançamento, em 16 de junho de 1970, por meio do decreto lei nº. 1.106, do Programa de Integração Nacional (PIN) e os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) I e II, lançados entre 1972-1974 e 1975-1979, respectivamente (PETIT, 2003).

Para especialistas como Oliveira (2002), o conceito de “desenvolvimento”, independente da concepção, deve ser produto do crescimento econômico acompanhado de melhoria da qualidade de vida. As mudanças na composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia devem significar a melhoria dos indicadores de bem-estar econômico e social. O PIN foi baseado no conceito de planejamento de eixos de desenvolvimento, realizado por construção de estradas de longa distância como a Transamazônica e a Perimetral Norte, a Cuiabá-Santarém e também a Cuiabá-Porto Velho-Manaus. As estradas serviram de roteiros de migração para a Amazônia e foram planejadas para o estabelecimento de áreas de atividades econômicas na forma dos chamados “corredores de desenvolvimento”. Contudo, sua construção causou sérios impactos ambientais (KOHLHEPP, 2002) trazendo problemas a diversos povos que habitavam esses espaços.

Com efeito, foi (e ainda é) comum confundir o conceito de desenvolvimento com crescimento econômico, sendo este último o aumento da capacidade de produção para acumulação de produtos que possam satisfazer as necessidades de todos os grupos sociais. Assim, o desenvolvimento passa a ser entendido como resultante do processo de crescimento, cuja maturidade se dá ao atingir o crescimento autossustentado, ou seja, talvez alcançar a capacidade de crescer sem fim, de maneira contínua (OLIVEIRA, 2002).

Assim, na busca pelo crescimento sempre está presente o sentimento de que o bom é quando se tem mais, não notando a qualidade e nem a distribuição desse acréscimo. Portanto, são consideradas desenvolvidas as sociedades capazes de produzir continuamente. Nesse sentido, o Brasil perseguiu o desenvolvimento (sinônimo de crescimento econômico) com o desígnio de acumular cada vez mais bens, sem, entretanto, atentar para os efeitos dessa acumulação desmedida (OLIVEIRA, 2002). Entrementes, o sonho do PIN foi efêmero e a colonização agrícola foi sorrateiramente arruinando-se, demonstrando ser tênue frente às

condições ecológicas e sua avaliação demasiadamente positiva. Juntando-se a isso, o discurso de que “há terras para todos na Amazônia” juntamente com a abertura das rodovias impulsionou a migração em massa para o Norte e acirrou os conflitos por terra na região.

Em meio às discussões para frear a intensa exploração da natureza e estabelecer metas para a preservação ambiental, discutidas na Conferência de Estocolmo, a preocupação brasileira naquele momento, na visão do General Costa Cavalcanti, era com a poluição causada pela pobreza e pelo subdesenvolvimento (DUARTE, 2005). Para os dirigentes do país, esses problemas poderiam ser suplantados com projetos de desenvolvimento que, por sua vez, não consideravam as consequências ambientais.¹⁹

As políticas de Estado e os interesses de mercado, neste contexto, concretizavam esses fundamentos materiais que se sobrepunham a qualquer alerta ambiental e presidiam a formulação de planos e programas desenvolvimentistas direcionados às novas fronteiras de recursos que extrapolavam os limites políticos dos territórios nacionais. O modelo desenvolvimentista de expansão da fronteira amazônica ficou evidenciado a partir da década de 1970, provocando conflitos socioterritoriais que envolveram diferentes sujeitos locais e intensificaram a exploração de recursos naturais e o desmatamento (CASTRO, 2012).

Desde a década de 1960, segundo Pere Petit, a Amazônia passava por profundas transformações socioeconômicas que decorriam da “mudança nos objetivos e no grau de intervenção da Administração Federal na região, que não tem paralelo com nenhum outro momento anterior” (2003, p. 65). Nesse período, cria-se o Banco da Amazônia S/A (BASA) e a Superintendência do Desenvolvimento Econômico da Amazônia (SUDAM), subordinada ao Ministério do Interior. Petit (2003) destaca, ainda, a rearticulação da Amazônia ao sistema econômico e político nacional e internacional que, entre 1966 e 1978, intensificou a transformação da economia da região.

Essas transformações configuram a “situação histórica”²⁰ na qual se insere o empreendimento rodoviário (PA-458) em Bragança e juntamente com os jornais e discursos políticos, como o do vereador Boulanger Ubiraci Nunes, permitem-nos conjecturar o teor das justificativas dessa intervenção antrópica na natureza pelos homens de poder daquele tempo, direcionadas para as “riquezas” que a Amazônia dispunha. Uma das ideias centrais que alimentou as três fases da política econômica da Administração Federal na Amazônia foi vê-la

¹⁹ É interessante ressaltar a afirmação de Duarte (2005), a qual relembra que dois meses depois da Conferência de Estocolmo, em agosto de 1972, o presidente e general Médici participou de uma solenidade no meio da floresta amazônica para inaugurar os trabalhos da construção da rodovia Transamazônica.

²⁰ De acordo com João Pacheco de Oliveira uma situação histórica “define-se pela capacidade de determinados agentes (instituições e organizações) produzirem uma certa *ordem política* por meio da imposição de interesses, valores e padrões organizativos aos outros componentes da cena política.” (Oliveira, 2012, p. 18).

como um “território vazio a ser ocupado”. As duas últimas fases expostas por Petit, as que me convém para analisar o problema, destacam projetos de colonização, projetos energéticos e *ampliação da rede viária terrestre* (grifo meu), além da “intervenção econômica com base nas *vantagens comparativas* de que dispunha a Amazônia, em relação às outras regiões do país, para contribuir ao desenvolvimento econômico nacional” (PETIT, 2003, p. 81). Assim, podemos acrescentar que, além de uma terra desocupada, ao exaltar suas “vantagens comparativas” e sua suposta potencialidade econômica, os militares consideravam a Amazônia como “terras de inesgotáveis riquezas”.

A crença de que se poderia equilibrar a balança comercial com os países industrializados à custa do aperfeiçoamento da exportação de produtos advindos dos recursos florestais e minerais, as “vantagens comparativas”, evidenciadas por Petit (2003), elucidam a forma utilitarista com que se pensava a natureza, mesmo na contramão da crise ambiental em voga. A natureza era a “vantagem” de que dispunha a Amazônia, portanto, no mandato da Presidência da República de Ernesto Geisel (1974-1979) deu-se prioridade ao incremento da concentração fundiária, a criação de infraestrutura necessária aos projetos minero-metalúrgicos e a escolha de áreas ou municípios da Amazônia Legal que seriam objeto de interesse do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais (POLAMAZÔNIA) (PETIT, 2003).

Ideias de “desenvolvimento”, “progresso” e de um melhor aproveitamento da natureza, a partir do programa POLAMAZÔNIA, eram objetos de discussão no expediente das reuniões políticas da Câmara Municipal de Bragança, sobretudo diante de uma realidade econômica difícil, segundo grande parte dos requerimentos da época. A ata da 4ª seção ordinária, de 6 de maio de 1975, destaca o requerimento do vereador Johaquim Fonseca Casseb que pede a transcrição, nos Anais da Câmara, do editorial do jornal “O Liberal”, de 28 de abril de 1975, sob o título de “reabilitação da zona bragantina”. O editorial destaca que a região bragantina teria sido a mais progressista das áreas estaduais nos tempos da estrada de ferro e, naquele momento, estaria abandonada, razão oportuna para a implantação do projeto POLAMAZÔNIA.

[...] um dos pontos mais interessantes do projeto de Desenvolvimento Econômico e Social para o Pará, anunciado em Belém pelo ministro do interior Rangel Reis, é o que contempla a hoje esquecida e menosprezada zona bragantina, outrora a mais progressista de todas as áreas estaduais, detentora ainda da maior concentração demográfica em nosso território” (LIVRO DE ATAS, 1974-76, p. 6).²¹

²¹ O artigo citado pode ser encontrado na íntegra, também, no jornal “O Liberal”, de 28 de abril de 1975, p. 6.

O artigo destaca, ainda, o suposto “progresso” que teria alcançado a “zona da estrada de ferro” que, segundo o autor, era o grande ou único centro de desenvolvimento do Estado, a qual funcionava como a grande fonte de produção agrícola destinada ao abastecimento da capital, com margem para exportação dos excedentes para outras regiões do Estado. De acordo com o artigo do jornal, a “febre da industrialização” e a tecnocracia relegaram a atividade agrícola a um segundo plano, passando a agricultura a ser considerada desprezível. Para que essa atividade fosse levada em conta, era necessário a aplicação de altos capitais e trabalho, o que, de acordo com o autor, não era possível na região. A suposta “derrocada” da zona bragantina teria se materializado com a condenação e substituição do “meio secular de transporte”, passando-se do transporte ferroviário para o rodoviário. A consequência disso, ainda segundo o texto, foi a conversão da produção agrícola em um sistema nada rentável, pois o alto frete rodoviário tornava a mercadoria produzida em pequena escala sem condições de competir no mercado.

A Carta Ofício nº 05/73, de 8 de maio de 1973, assinada por entidades de classe como o Rotary Clube de Bragança e a Associação de Comerciantes, de acordo com o texto “representando o povo bragantino”, demonstra, em certa medida, a crise pela qual passava a cidade. Direcionada ao presidente do país ou ao ministro, reclamava do fechamento de uma agência do Banco da Amazônia S. A. (BASA) na cidade, o que representava “um rude golpe a ser desferido contra as nossas já combalidas condições econômico-financeiras”. De acordo com esta Carta Ofício, os motivos do fechamento da agência, alegados pelo “alto escalão” do BASA, era de que ela se tornou deficitária há dois anos. (CARTA OFÍCIO 05, 1973). O presidente do BASA, Jesus Medeiros, respondeu em ofício nº 175/73, em 11 de junho de 1973, ao governador do estado, o Engenheiro Fernando José de Leão Guilhon, que havia interferido no caso a favor do pedido feito pelos bragantinos. Jesus Medeiros alegou que o fechamento da agência naquela cidade era justificado pelo atendimento de múltiplos fatores, “entre os quais a vitalidade econômica daquela região para dar suporte a presença de dois estabelecimentos bancários – BASA e Banco do Brasil” (CARTA OFÍCIO 175, 1973).

Tanto na Carta Ofício quanto no ofício resposta do presidente do BASA fica clara a difícil situação econômica pela qual passava o município de Bragança, não sendo capaz de dar condições a existência de duas agências bancárias na cidade. Esse contexto econômico não refletia a realidade anterior da região, apontada por Nunes (2011, p. 178) como detentora de um comércio desenvolvido e de significativa produção de alimentos, que exigiu a atenção do governo provincial desde fins do século XIX, em favor do melhor aproveitamento das riquezas, principalmente do que era produzido nas localidades mais interioranas. Essa

situação ocasionou, em 1879, após medidas de incentivos do governo, a construção da Estrada de Ferro de Bragança (EFB), que ligaria a região bragantina à capital do Pará. A época da EFB é lembrada com saudosismo, período considerado áureo para a economia da região por alguns políticos locais em seus discursos na década de 1970.

Em sessão realizada no dia 13 de Maio de 1975, na Câmara Municipal de Bragança, foi aprovado requerimento do vereador João da Silva Borges, cujo teor era a manifestação de congratulações da casa ao Ministro de Estado do Interior, Dr. Rangel Reis, pela instalação de um polo de desenvolvimento dentro do POLOAMAZÔNIA, que pretendia “tirar a região bragantina do sub-desenvolvimento em que se encontra e contribuir para um maior aproveitamento de nossas riquezas naturais.” (OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1975, nº 54). O requerimento demonstrava a expectativa depositada pelo poder local no programa do governo federal na tentativa de aproveitar economicamente a natureza, o que mais tarde se tornaria frustração. A partir da análise desses documentos, sugiro que desde a desativação da EFB a cidade teria reduzido suas atividades comerciais e que para essas autoridades a ideia de desenvolvimento passava pela criação de novos negócios.

O programa Polamazônia, resultado de estratégias de planejamento regional na Amazônia concentradas no conceito de polos de crescimento, previstos no Segundo Plano de Desenvolvimento Nacional (1975-79), no entanto, foi baseado em “pontos focais setoriais separados como, por exemplo, extração de recursos minerais ou áreas de criação de gado com possível processo industrial” (KOHLHEPP, 2002, p. 39). O resultado desse programa foi a expansão desenfreada do desmatamento na região com a abertura de rodovias, pastos e jazidas de exploração mineral; e a intensificação de conflitos agrários entre as populações indígenas e posseiros. Para Kohlhepp (2002, p. 40), “o conceito dos polos de crescimento foi mal interpretado e o resultado não foi a ‘concentração descentralizada’ de desenvolvimento, mas sim o aumento das disparidades do desenvolvimento inter e intraregional.”

O decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974²², que dispôs sobre a criação do POLAMAZÔNIA, não incluía Bragança, e em fins da década de 1970, o projeto se mostrava fracassado, dando impulso a novas ideias de colonização agrícola por pequenos agricultores. A última perspectiva de redimir a agricultura na região bragantina caía no desengano. Desabava, também, com o projeto, a expectativa do asfaltamento da PA-458, que ligaria Bragança à praia Ajuruteua, e do “salto do turismo”, pois, segundo o colunista bragantino do

²² Decreto reproduzido no site do Senado Federal, acessado em 18 de fevereiro de 2014. Link: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=203996>.

Jornal “A Província do Pará”, Edwaldo Martins, a segunda etapa da obra (asfaltamento) seria realizada com recursos do POLAMAZÔNIA (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1975, p. 3).

A premissa desenvolvimentista dos governos Militares, incorporada pelo Governo Médice (1969-1974),²³ visando a superação do subdesenvolvimento a partir de uma política de exportação agrícola, marginalizava o litoral do nordeste paraense, especialmente aqueles investimentos atrelados ao crédito e à infraestrutura. Após a desativação da Estrada de Ferro de Bragança (1964), que foi construída com o propósito de escoar a produção agrícola da região, Bragança retornou a sua tradicional fonte de subsistência: a exploração de seus recursos pesqueiros (CARVALHO, 2000, p. 35). Essa atividade, além do turismo, era na ótica das autoridades locais, uma das poucas alternativas de desenvolvimento para a região.

Na esfera estadual, o discurso estava sempre pautado no desenvolvimento que as rodovias poderiam promover. Em sua “Mensagem à Assembleia Legislativa do Pará”, o governador Fernando José de Leão Guilhon (1971-1975) ressaltou que em seu governo seu vasto programa de obras do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) concorria decisivamente para a integração e desenvolvimento socioeconômico do estado (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 1973, p. 247); de forma idêntica, na avaliação de Aloysio da Costa Chaves, governador do Pará (1975 e 1978), o Plano Rodoviário Estadual executado pelo Departamento de Estradas e Rodagem tinha exatamente o mesmo discurso, que parecia cada vez mais genérico: “concorria decisivamente para a integração e para o desenvolvimento socioeconômico do estado”(GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 1976, p. 235). Entre muitos empreendimentos rodoviários, o início da construção da PA-458 é registrado entre as obras executadas pelo departamento na sua “Mensagem à Assembleia Legislativa”, apresentada em primeiro de março de 1976. A construção de rodovias continuava como prioridade, mesmo diante de todas as consequências socioeconômicas registradas após a implantação de rodovias na Amazônia.

No dia 6 de outubro de 1975 o contrato foi assinado entre o DER e a ENGENORTE, empresa responsável pela obra. O contrato previa dar continuidade na obra já iniciada no governo anterior de Fernando Guilhon e a entrega da estrada em revestimento primário em 240 dias (8 meses) (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1973, p. 3). Aloysio Chaves esteve em Bragança no dia 8 de novembro daquele mesmo ano para visitar o canteiro de obras da estrada Bragança-Ajuruteua, a qual concorreria, a seu ver, para o “desenvolvimento” da região (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1975, p. 9). A associação entre estrada e desenvolvimento é

²³ Sobre a política econômica do governo Médice, ver: MACARINI, 2005.

corriqueira nas documentações do DER da década de 70 e 80, está presente nas Mensagens à Assembleia dos governos de Fernando Guilhon, Aloysio Chaves, Alacid Nunes e Jader Barbalho.

Helder Aranha, colunista do “Jornal do Caeté”, ao reclamar em sua coluna sobre a demora da conclusão da rodovia em julho de 1980, alardeava que “Ajuruteua é a nossa esperança. O turismo poderá ser a válvula que permitirá a este sofrido povo desfrutar dias melhores, sair da nossa situação de letargia econômica, industrial, educacional e etc.” (1980, p. 6).

A construção da estrada ocorreu em várias fases, incluindo ampliações, melhoramentos e asfaltamento. Iniciou no governo de Fernando Guilhon, persistiu por todo o governo de Aloysio Chaves e Alacid Nunes e foi concluída com o asfaltamento somente em 1991, na gestão do então governador Jader Barbalho. Sobre as explicações para essa demora podemos juntar algumas evidências nos jornais da época e em documentos oficiais, além de alguns relatos orais. Sobre esse aspecto, é elucidativa uma reportagem do “Jornal do Caeté”, de 30 de abril de 1979. De acordo com a reportagem, o engenheiro Paulo Nunes da Silva, que pertence aos quadros do DER/PA, informou que a conclusão da obra dependeria de uma série de “circunstâncias”. Levando em conta o que foi dito na reportagem pelo engenheiro, uma das principais “circunstâncias” seria as condições naturais, especialmente o clima, e também as dificuldades que o ambiente natural composto de muitos rios iria proporcionar pois era “uma região que ficava anteriormente em pleno oceano e hoje é atravessada pela estrada”. A reportagem enfatiza: “ele também nos disse que a previsão era que o inverno fosse rigoroso, a partir de fevereiro, daí porque as máquinas não se encontram em serviço na área. Se soubesse que o inverno deste ano fosse fraco, como tem sido, os serviços prosseguiriam” (1979, p. 4).

Aqui devemos considerar as dificuldades que as condições naturais do ecossistema e as condições climáticas peculiares da região impuseram ao empreendimento. As fortes chuvas que costumam cair nos primeiros meses do ano na região impossibilitavam o seguimento da obra. Ademais, o solo movediço do manguezal, as inúmeras e imensas árvores que tiveram que ser derrubadas e os vários e grandes rios que foram aterrados ou os que só puderam ser superados com pontes de madeira certamente acarretaram grande esforço que necessitou de máquinas e equipamentos específicos. A memória de José Monteiro da Silva é enfática acerca das dificuldades que a natureza impôs aos operários:

(...) quando eles botavam a piçarra no mangue, as primeiras camada era mermo que soltar dentro d’água: ia embora pro fundo, ia rachando tijuco, ia

derrubando mangueiro, ia espocando raiz, era tudo, era assim. Ai... das outra é que já ia... já em cima daquela primeira camada era que eles iam continuando a levar o aterro pra frente e foi nisso que... até findaram (SILVA, 2014).

Outra circunstância, que não foi apontada pelo engenheiro, mas que se tornou um grande empecilho já no ano seguinte foi a falta de recursos para concluir a obra. Em nota intitulada “Nós não merecemos Ajuruteua?”, publicada no “Jornal do Caeté”, de 26 de julho de 1980, Helder Aranha expõe que, a despeito de todo o esforço empreendido pelo ex-governador Fernando Guilhon ao iniciar a obra “rasgando a selva” com a estrada “tão aspirada”, hoje a “maior aspiração do povo bragantino” tornou-se uma “verdadeira novela de acontecimentos, todos, infelizmente, contra a concretização de nosso sonho maior”. Segundo o autor, “os canais responsáveis” anunciam que “não há verbas, todas foram cortadas”, mesmo para completar os “miseros quatro quilômetros” restantes naquela altura. Mesmo diante da falta de recursos e admitindo que “os tempos são outros, mais difíceis, mais dificultosos”, Aranha não entendia a falta de recursos para complementar apenas os quatro quilômetros restantes. O articulista insistia: “não se poderá, então, tirar alguns milhões de cruzeiros de um fundo qualquer e aplicá-los numa obra que, antes de ser turística, é altamente econômica, já que virá nos tirar do fundo do poço?” (1980, p. 6).

O mesmo jornal, dois anos depois, continuava a reclamar da lentidão da obra. Em nota intitulada “Ajuruteua”, o articulista reclamava que pouco se ouvia falar sobre os trabalhos da Rodovia Bragança-Ajuruteua, o último teria sido o pedido do deputado Osvaldo Melo ao senador Jarbas Passarinho e ao Superintendente Elias Seffer, sobre a liberação de verba para dar continuidade à obra. Ainda de acordo com o jornal, a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA) deveria terminar a obra, contudo, “o governo do Estado não admitiu sob a alegação de que o DER era capaz de realizar e tornar realidade o sonho dos bragantinos”. Para o “Jornal do Caeté”, esse fato foi o “princípio do fim”, pois o DER estaria com as verbas do Fundo Rodoviário Nacional (FRN) bloqueadas pelo Banco do Brasil e não teria capacidade para assumir e dar conta de tal encargo. Na mesma reportagem, o jornalista informa que a verba destinada à conclusão da obra foi desviada para a construção do cais de Bragança (1982, p. 3).

O DER, sob a direção do engenheiro Pedro Smith do Amaral, na gestão do governador Alacid da Silva Nunes, lançou um relatório intitulado “Síntese das atividades do Período 1979-1983” que oferece elementos para compreender outros aspectos que justificam a demora da execução da estrada. De acordo com este documento, teria ocorrido crescente redução nos

investimentos em obras rodoviárias nos últimos dois exercícios devido ao esvaziamento sofrido no Fundo Rodoviário Nacional, quando as verbas teriam sido drenadas para outros programas como a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU) e o Programa Nacional do Álcool (PRO-ÁLCOOL). Além desse fator, as verbas do FRN dos Estados também teriam sofrido reduções sensíveis, acarretando assim uma paralisação nas obras rodoviárias, quer fossem continuções ou novas. Muitas obras passaram a depender de programas especiais e convênios e mesmo assim muitas foram paralisadas, dentre elas a PA-458, que estava ligada ao Programa de Recuperação Sócio-Econômica do Nordeste Paraense (PRONORPAR) na época (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 1983).

Portanto, mesmo diante do imaginário romântico de desenvolvimento que se criava com a construção da estrada que ligava Bragança à praia de Ajuruteua, a difícil situação econômica por qual passava o município, as dificuldades impostas pela natureza da região, a falta de recursos devido a diminuição dos investimentos no setor rodoviário e o desvio da verba para a construção do cais da cidade, resultaram em demasiada demora em concluir a rodovia.

Ademais, diante de tantas rodovias que foram construídas nesse mesmo período e do desvio de verbas destinadas a essa obra para a construção do cais, sugiro que, para o Governo do Estado, a PA-458, não era prioridade.

Jader Barbalho, governador do Pará entre 1983 a 1987 e entre 1991 a 1994, em sua mensagem à Assembleia Legislativa, destacou que a estrutura rodoviária do estado atendia à ênfase dada pelo governo federal ao setor rodoviário “a partir das determinações emanadas pelo padrão histórico de desenvolvimento econômico e social que se inaugura em fins da década de 60, no qual a indústria de ponta é a indústria automobilística”²⁴. A eleição de Jader Barbalho e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) representou o retorno de pessoas vinculadas ao Partido Social Democrático (PSD) ao controle do Executivo estadual, no qual assumiram um discurso de governabilidade de oposição às práticas política da extinta Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e aos projetos econômicos aplicados na Amazônia durante o governo militar (PETIT, 2003).

Jader Barbalho, com sua postura de oposição ao regime militar quando deputado estadual consubstanciou a “...crescente influência política das práticas dirigidas a questionar e a propor alternativas ao modelo econômico para a Amazônia implementado pelos tecnocratas

²⁴ O governador Jader Barbalho foi responsável pela conclusão da obra, em sua mensagem a PA 458 é anotada com a construção de 7 Km de estrada e 405,9 m de pontes com um custo total de Cr\$ 575.194.000 (Barbalho, 1985, p. 109).

dos governos militares” (PETIT, 2003, p. 290). A crítica direcionava-se aos grandes projetos econômicos, à política de incentivos fiscais e ao controle da União de boa parte do território paraense. Segundo Petit (2003), para o PMDB as ações da União não tinham por finalidade resolver os problemas da população local, atendiam a interesses externos.

As formas de uso das riquezas naturais da Amazônia durante os governos militares eram questionadas, Jader Barbalho, em seu discurso, afirmava que os projetos de desenvolvimento se estruturaram com um equívoco, posto que se procurou desenvolver a região e não o homem amazônico. De acordo com o relatório intitulado “Caminhada da transformação”, o que se fazia necessário era “romper as mordças que refletem posturas estáticas e opostas que vão do preservacionismo nostálgico e reacionário que a propõe ‘santuário intocável’, ao extremo oposto, que a julga ‘almoxarifado’ a ser saqueado...” (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 1986, pp. 3-4).

Com isso, no discurso político do governo Jader Barbalho, preocupado em criticar e se opor à política anterior dos militares, afirmava que era preciso explorar as riquezas naturais e culturais em favor dos paraenses. Contudo, sem preocupar-se com a preservação da natureza, esta continuava sendo vista de forma utilitarista. Nesse contexto, o turismo foi um dos cabedais da política econômica e para isso Barbalho criou o projeto Preamar, que visava “identificar”, “estimular”, “integrar” e “divulgar as manifestações e acervos culturais que expressassem a variada identidade cultural do Pará” (1986, p. 80), esse projeto, pela sua amplitude no campo artístico, cultural e turístico (a suposta “riqueza natural” aparecia como um elemento que compunha a identidade regional) foi a linha mestra da recém criada Fundação Cultural Tancredo Neves.

Fazia parte desse investimento no turismo a democratização do lazer a partir da facilitação do acesso aos balneários. O relatório do governador Jader Barbalho 1983/86 tratou das obras de acesso a balneários como democratização do lazer em sua campanha de marketing intitulada “O Pará é um Show”. O asfaltamento da estrada Bragança-Ajuruteua era entendido como uma ação que daria “alternativas de lazer ao alcance da população” (1986, p. 80). Compunha um plano integrado de turismo interno que abrangia outros municípios como Curuçá, Soure, Colares, Santarém, Salinas, Santa Isabel e Marapanim que, segundo o governo, tinham “belas praias” que antes não eram tão visitadas por falta de estrutura viária adequada. Esse melhoramento consistia no asfaltamento, que no caso da PA-458, seria concluído em 1991, de acordo com a imprensa alinhada ao governador²⁵, com grande festa

²⁵ O levantamento feito nos jornais do Estado concluiu que o assunto não despertou o mesmo interesse em todos. A inauguração foi destaque em primeira página dos jornais “A Província do Pará” e “Diário do Pará”, com forte

organizada por seus correligionários, sendo o governador recepcionado por uma multidão de várias localidades da região com homenagens, faixas, foguetórios e, ainda, com o recebimento dos títulos de cidadão bragantino e patrono de Ajuruteua (DIÁRIO DO PARÁ, 1991, pp. 1, 8). A reportagem tinha clara intenção de promover o governador e proprietário do jornal, dedicando capa e uma página inteira ao evento de entrega da estrada asfaltada. O “Diário do Pará” (**Figura 6** e **Figura 7**), que circula no estado desde 1981, preocupou-se em destacar as homenagens que o governador teria recebido da “população bragantina” ao inaugurar a obra, representada pela câmara municipal e a homenagem da comunidade de Ajuruteua, representada pelo líder comunitário José Carlos de Souza.

O colunista bragantino do jornal “A Província do Pará”, Edwaldo Martins, compôs a comitiva do governador e foi escolhido por Barbalho, juntamente com o prefeito de Bragança, Antônio Barros, para descerrar a faixa que abria o caminho para Ajuruteua no momento da inauguração. Martins, em tom ufanista, sempre fazia coro em seu espaço na imprensa pela conclusão da obra, ressaltando que se tratava de uma das mais “belas praias” do país. Após o evento, usou mais uma vez sua coluna para informar seus leitores do evento e enfatizou que Ajuruteua foi rotulada pela revista “Quatro Rodas” como uma das mais belas praias do Pará e agradeceu o governador que, segundo ele, foi também responsável pela conclusão da abertura da rodovia, em seu primeiro governo (1983-1987) (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1991, p. 1).

intenção de promoção do governador. Este último jornal, vale lembrar, é de propriedade de Jader Barbalho. Além da primeira página, a reportagem tomou o espaço de uma folha inteira dos jornais dedicados ao evento de entrega do asfaltamento e conclusão da PA-458. Por outro lado, o evento em Ajuruteua não foi digno sequer de uma nota do jornal “O Liberal”, que provavelmente demonstrava sua posição contrária ao governo.



Figura 6: Inauguração da PA-458 por Jader Barbalho, destaque no Diário do Pará. Fonte: Diário do Pará, 1º caderno, Belém, 27 de dezembro de 1991, p. 1.



Figura 7: :Inauguração da PA-458 por Jader Barbalho, destaque no Diário do Pará. Fonte: Diário do Pará, 1º caderno, Belém, 27 de dezembro de 1991, p.8.

Além da coluna, o jornal “A Província do Pará” também destacou o evento e a exemplo do “Diário do Pará” deu exposição na primeira página trazendo uma reportagem que ocupou uma página inteira do jornal, um dia após o acontecimento. O jornal colocou em sua capa a foto de Jader Barbalho falando a uma multidão e na descrição da matéria sublinhou a escolha da praia de Ajuruteua pela revista “Quatro Rodas” como uma das 25 melhores e mais belas do Brasil e que o asfaltamento dos 38 km concretizava um “sonho dos bragantinos” (Figura 8 e Figura 9).

Outro fato que destacava a ação do então governador foi a entrega da obra no dia da festa de São Benedito, 26 de dezembro, o padroeiro de Bragança, o que significava, de acordo com o jornal, um presente de Jader ao povo bragantino (1991, p. 1). Essa escolha configurava-se enquanto aparato persuasivo para atuar sobre a população bragantina, uma espécie de medida “populista”, tendo em vista que a data tem grande importância para a população local, reconhecida entre os devotos de São Benedito como o “natal” bragantino, representativo da cultura e das condições locais de existência. Não um populismo no sentido manipulador/manipulado, no qual o povo seria passivamente dominado por estratégias populistas, mas sim enquanto um pacto, que pensado ao longo do tempo, tem nele de modo integrado, mas não redutível, tanto a palavra e a ação do Estado (que de fato empreendeu e

desencadeou o pacto), quanto a palavra e a ação do povo, permeado por tensões, mas ainda assim, como um processo de “interlocação” (GOMES, 2001).



Figura 8: Capa do jornal “A Província do Pará”, inauguração da PA-458.
Fonte: A Província do Pará, Belém, 27 de dezembro de 1991.



Figura 9: Reportagem do jornal “A Província do Pará”, inauguração da PA-458.
Fonte: A Província do Pará, Belém, 27 de dezembro de 1991.

O título da reportagem no interior do jornal denunciava sua ligação com o governador e expunha a conclusão da obra com os veredictos “Jader melhora lazer e turismo em Ajuruteua” e “o sonho dos bragantinos é realizado” (1991, p. 9). Pontuou o jornal que o serviço de terraplenagem teria implantado ao longo da rodovia um sistema de tubulações que permitiria a drenagem da água do mar para os manguezais preservando espécimes da área. Outra informação destacada pelo jornal foi o tempo de execução da obra, de acordo com a reportagem o asfaltamento foi feito em 54 dias, que seria tempo recorde, com um gasto de 842 milhões para as obras e 235 milhões em asfalto. Os números buscavam dar credibilidade ao governo, criando uma imagem de eficiência e reponsabilidade com o recurso público.

Além disso, o jornal destacou que Barbalho haveria apelado à Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN) e à Universidade Federal do Pará (UFPA) para que viabilizassem um projeto de urbanização para o local, para evitar o crescimento desordenado e que se desse apoio aos pescadores, já que Bragança era um polo pesqueiro e precisava da

ativação de sua economia, e que só com o turismo não seria possível o seu desenvolvimento local. No entanto, não há indícios da concretização desse projeto.

Para além dos benefícios do turismo, deve-se pensar também em suas consequências negativas. O turismo, especialmente o ecoturismo, deveria ter sido pensado enquanto um sistema que envolve não somente os fatores físicos e biológicos da natureza ou econômicos, mas também os sujeitos que habitam esses ambientes, os aspectos socioculturais e político-econômicos. Quando o Estado pensa em uma política turística sem considerar os aspectos sociais do lugar, estão representando os interesses de moradores urbanos abastados e não de trabalhadores rurais e extrativistas, privilegiando a indústria do lazer em detrimento à indústria extrativa ou agrícola (BRUHNS, 2010).

Para Brunhs (2010), o incentivo ao mercado turístico deve vir atrelado a outras políticas que pudessem integrar a população local nesse negócio. Poderiam ser criados cursos de capacitação ligados à área do turismo para qualificar os moradores locais a fim de inseri-los nesse negócio (indústria hoteleira e de prestação de outros serviços, por exemplo). Poderiam, também, criar políticas de financiamento para investimentos nas atividades ligadas diretamente ao turismo ou a atividades já existentes no local, como a indústria extrativa, para servir de base para o turismo (restaurantes, por exemplo, para atender a demanda turística). Além de políticas de valorização da cultura local, como a criação de escolas, para a capacitação dos moradores, inclusive como guias, e oficinas com a finalidade de produzir artigos artesanais com o objetivo de reconstituir sua identidade cultural, tornando os turistas testemunhos de seu estilo de vida (BRUNHS, 2010; COSTA, 2013).

Em 1980, os efeitos negativos do turismo (COSTA, 2013) são notados por Helder Aranha quando escreveu uma nota intitulada o “Perigo de Ajuruteua”. O jornalista alertava para a cobiça que Ajuruteua havia despertado em “muita gente de fora”, o que teria causado uma ocupação desordenada, sem qualquer estrutura urbanística, que representava “iminente perigo de invasão dos economicamente poderosos e ser elitizada, perdendo assim sua principal característica natural, que é seu bucolismo”(JORNAL DO CAETÉ, 1980, p. 6). Era clara a preocupação do jornalista de que Ajuruteua viesse a se tornar um “reduto dos poderosos”, uma “nova Salinas”²⁶, em detrimento dos interesses da população.

Todavia, a construção do espaço bragantino convergia com outras políticas urbanas de forma objetiva e subjetiva, em que a propaganda e a adjetivação de paraíso e riqueza faziam

²⁶ Salinas é outra praia que está situada no litoral paraense, que pertence ao município de Salinópolis, nordeste do Pará. É muito conhecida na região por ser frequentada pelas classes mais abastadas do Estado, o que causa uma elevação considerável do custo de vida com a especulação imobiliária e a carestia de produtos e gêneros alimentícios, sobretudo, em épocas de férias escolares, feriados e finais de semana.

parte de um processo complexo de construção de um espaço a ser vendido dentro das novas lógicas capitalistas que segundo Sánchez (2001, p. 33) surge a partir dos anos 1990, em que o espaço passa se realizar enquanto mercadoria.

A lógica subjetiva diz respeito à criação do espaço que “toma forma também através de representações e imagens adequadas [...] seus pontos de irradiação coincidem com as instâncias políticas de produção de discursos: governos locais em associação com as mídias; instituições supranacionais” (SÁNCHEZ, 2001, p. 32). Em Bragança, os governantes e a mídia estavam empenhados em criar uma representação de paraíso para Ajuruteua para explorá-la na atividade turística desde a década de 1970, que persistiu nas décadas subsequentes, sobretudo na década de 1990. Essas representações dependiam de estratégias discursivas e retóricas que pareciam centrais.

Isabela Teobaldo (2010, p. 138-139) afirma que a globalização atinge a produção do espaço e uma das estratégias constitui-se em criar novas centralidades e, para isso, usaram-se como ferramentas opções culturais e de lazer para criar uma espetacularização das cidades. Para essa autora, o resultado é a promoção de cidades cada vez mais semelhantes e a desconsideração de aspectos regionais de cada uma.

O prefeito José Maria Cardoso externou sua ideia de desenvolvimento para Bragança ao jornal “A Província do Pará” em janeiro de 1975 ao propor um “plano de turismo” para “revitalizar a economia local” prejudicada com o “esvaziamento anunciado da região bragantina”. De acordo com esse plano, o objetivo era explorar “as condições que a natureza bragantina oferece”, especialmente as “praias”, que seriam maiores que as de Salinópolis. Para isso, a prefeitura havia iniciado a abertura de uma rodovia com extensão de 45 km, o que corresponderia a vinte minutos de carro do centro urbano até o litoral. Além das praias, havia um conjunto de opções que a natureza oferecia ao longo da rodovia, que poderiam ser explorados para a prática de “camping”, caça e pesca, igarapés e áreas de campo além da possibilidade de estabelecimentos de granjas. De acordo com o prefeito, a área apresentava outras vantagens em relação à Salinópolis, que eram as extensas áreas que possibilitavam a construção de edificações permanentes, como casas de campo e hotéis (1975, pp. 5, 11).

As propostas do vereador Boulanger, ao sugerir que a prefeitura convidasse representantes de meios de comunicação da capital para “melhor coletar dados e colher impressões na própria fonte, para a necessária divulgação”, e a do prefeito José Maria Cardoso tinham a intenção de “vender” a cidade por meio do turismo para atender as lógicas do mercado. É claro que não cabe classificar essa política pública com a categoria de cidade-mercadoria, pois o conceito é posterior. Contudo, esse conceito pode descrever as práticas que

vão convergir em várias cidades, já na década de 1990, inclusive em Bragança. Quero dizer que a tentativa de dar à cidade uma imagem ligada a bens culturais e turísticos não é nova, como é o caso de Bragança²⁷, tentativa que já ocorria a partir da década de 1970.

Com o mesmo discurso, em 1995, a secretaria do Estado e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), intermediados pelo deputado Gerson Peres, pretendiam criar um Centro de lazer em Ajuruteua “como um dos primeiros marcos que impulsionarão as atividades turística no município”, sem considerar os aspectos locais, como os moradores e o manguezal (O SEMANÁRIO, 18 a 24 de agosto de 1995, p. 7).

Na edição de 2 a 9 de julho de 1995, outro texto foi publicado com o título: “Ajuruteua, uma boa opção para o seu veraneio”. O texto destaca a “aprazível” Ajuruteua como uma das opções aos turistas da capital e das cidades vizinhas, especialmente para aqueles que não têm o melhor poder aquisitivo. Destaca também suas supostas “belezas naturais” e uma idealizada “fartura” do pescado que barateia os preços nos bares e restaurantes do balneário (O SEMANÁRIO, 1995, p. 4).

A implantação da rodovia promoveu mudanças nas dinâmicas sociais das comunidades atravessadas por ela e no ecossistema local. Houve o surgimento de uma noção de desenvolvimento pela população local, subsidiada por mudanças em suas atividades econômicas assentada na introdução do transporte rodoviário (da canoa passaram a usar o carro, por exemplo) e pelo fim do isolamento geográfico em que viviam.²⁸ Por outro lado, em Ajuruteua, especificamente na Vila dos pescadores, de acordo com Maneschy, após a construção da PA- 458, “a terra entrou no circuito da mercadoria e da apropriação privada” e ainda modificou a cultura local, pois “o contato com a cidade alterou o rol de aspirações dos pescadores e de seus filhos, não só em termos de moradia, vestuário, lazer, mas também, e principalmente, em termos de escolarização, condições de saúde e emprego” (1993, p. 10).

²⁷ Todas as propagandas turísticas relacionadas à Bragança exploram substancialmente a festa da Marujada e a praia de Ajuruteua, num contínuo processo de espetacularização desses bens culturais e turísticos, que está de acordo com o atual Plano Estratégico de Turismo do Estado. Na introdução do relatório executivo do Plano Estratégico de Turismo “Ver-o-Pará” para os anos de 2012-2020, o governo destaca como produtos turísticos o território do Estado com uma enorme diversidade, “síntese exuberante onde se destacam a força doce do Amazonas, a delicadeza dos igarapés gelados, as praias banhadas pelo Atlântico: várzeas, florestas, campos e montanhas compondo cenários tão distintos quanto belos”; e a “riqueza cultural que se manifesta no canto, nas danças, na culinária, no artesanato que resgata a arte dos povos indígenas e reconta a alegria popular expressa nos singelos brinquedos de miriti” (p. 5). Dentre as riquezas culturais listadas no plano encontramos em destaque a Marujada, como uma festa popular secular que mescla fé, religiosidade e rituais profanos.

²⁸ Essa mudança no sistema de transporte, no que toca os mariscadores de Bacuriteua, meus interlocutores durante a pesquisa de campo, é percebida como uma das principais melhoras após a introdução da rodovia, o que lhes permitiu passar menos tempo no manguezal quando saíam para tirar o caranguejo ou ir até a cidade quando necessitavam. Essas percepções serão aprofundadas no segundo capítulo desta dissertação (p. 71).

Mesmo com o discurso regionalista do PMDB de crítica ao modelo econômico dos governos militares, o balneário foi criado para atender especialmente turistas da capital, estrangeiro e cidades vizinhas; nenhuma política de inserção da comunidade local na indústria turística foi desenvolvida, apenas alguns empresários do setor hoteleiro ganharam fôlego com a criação do balneário, apesar do alerta dado por Jader Barbalho, em 1991, na ocasião da inauguração do asfaltamento da PA-458, que somente o turismo não desenvolveria o município.

Com a estrada aumentou o número de turistas, contudo, como consequência emergiu a especulação imobiliária, o encarecimento dos produtos no comércio, o crescimento demográfico, a expansão urbana desordenada na praia, aumento da demanda por recursos naturais (peixes, crustáceos, madeira, etc.)²⁹ e o aumento do lixo. A instalação da indústria hoteleira também fez pouca diferença já que os hotéis são de pequeno porte e costumam receber turistas somente durante as altas estações, especialmente no mês de julho, criando empregos periódicos e com baixos salários. As alterações ambientais foram grandes, a intervenção antrópica ocasionou a “morte” de parte do mangue e de inúmeros elementos da fauna e da flora por conta da barragem que alterou o fluxo da maré, houve o acúmulo do lixo na praia, construções irregulares nas dunas e o aumento da exploração de peixes e caranguejos devido ao fácil acesso proporcionado pela via terrestre, ocasionando a diminuição desses recursos.

Uma política ampla e articulada que conceberia o turismo enquanto um sistema não existiu, de fato, e a dependência exclusiva dessa atividade, sem planejamento adequado, não trouxe o desenvolvimento esperado inicialmente. Acerca dessa dependência Costa (2013, p. 46) alerta que “o excesso de dependência do turismo nos locais de destino é poucas vezes percebido como problema, porém é uma temática crucial para questões de sustentabilidade e para a sobrevivência econômica regional em longo prazo.”

Por outro lado, a satisfação e a impressão de desenvolvimento e progresso causado pela estrada foi notável, especialmente quando se trata do conforto e da praticidade que a rodovia trouxe para pescadores e caranguejeiros ao encurtar as distâncias, tirá-los do isolamento e ofertar um caminho mais acessível aos seus destinos. Por mais que a rodovia não tenha sido projetada para eles, tiraram proveito da ocasião, utilizaram-se da introdução de novos elementos e tiraram proveito para si. Usando Certeau (2014), podemos admitir que as

²⁹ Desde a década de 1970 Bragança passou a fazer parte do circuito de produção industrial pesqueira, sobretudo do caranguejo *Ucides Cordatus*, tornando-se o maior produtor do Estado do Pará. O problema é que essa mudança notificou-se pela substituição da pesca artesanal por métodos industriais considerados predatórios, ameaçando a reprodução de muitas espécies (Sousa, 2012, p. 63).

práticas do espaço tecem as condições determinantes da vida social, em uma conjuntura de contradição entre o modo coletivo da gestão e o modo individual de uma reapropriação.

Keith Thomas (2011) assinalou que assim configurou-se um dos maiores dilemas no qual se assenta a sociedade moderna: por um lado temos um aumento incalculável do conforto, bem-estar e felicidade, por outro, damos conta de uma impiedosa exploração de outras formas de vida animada, ou seja, um conflito crescente entre as novas sensibilidades e os fundamentos materiais da sociedade humana. Tanto para turistas quanto para os habitantes locais a estrada proporcionou um conforto maior em relação ao deslocamento, para os moradores locais, sobretudo lhes tirou do isolamento, encurtou o tempo de suas atividades e proporcionou acesso a serviços que antes lhes eram impossíveis.

Apesar das claras alterações no ambiente e dos problemas acarretados pela intervenção antrópica, a realização desse projeto foi defendido abertamente por políticos, jornalistas e por grande parte da população bragantina, alimentados, especialmente, mas não só por isso, pela esperança do tão propagado desenvolvimento que o turismo poderia proporcionar-lhes e da nova opção de lazer em um lugar tido como aprazível.

1.3. A invenção da “princesinha do Atlântico”

*Num recanto de Floresta
Com que se enfeita o Brasil,
Onde andorinhas em festa
Dão graças às manhãs de abril,
Dorme Bragança adorada,
Do Pará terra banhada
Pelo Caeté perenal,
Recanto de águas teimosas,
Onde balouçam frondosas
Palmeiras no litoral.³⁰*

O bucolismo de Pinajé ao descrever a natureza bragantina elucida parte do sentimento que foi projetado sobre aquele meio natural como conteúdo discursivo para o investimento na atividade turística na região. Essa natureza idealizada que para ele “enfeita o Brasil”, onde “balouçam frondosas palmeiras no litoral”, expressa o discurso base de uma política

³⁰ Verso da poesia “Sonhando em Berço Alheio”, de Rodrigues Pinajé, extraído do jornal “O Semanário”, 28 de outubro à 4 de novembro de 1995, p. 2. José Rodrigues Pinajé, nascido em Natal (RN), em 29 de outubro de 1895, foi poeta, jornalista e funcionário público, eleito em 1959 para ocupar a cadeira de número 36 da Academia Paraense de Letras. Lírico e boêmio, Pinajé não se enquadrava no estilo modernista e versejava à moda antiga. Chegou em Bragança em 1914 e fez da cidade seu segundo berço antes de partir para a capital do Pará, e teve a cidade caeteuara, como costumam localmente chamar Bragança, como tema de algumas poesias nas obras “Asas”, “Taperá”, “Cheiro do Mato” e “Musa Boêmia”. Ver: “O Semanário”, Bragança, 28 de outubro a 4 de novembro de 1995, p. 2.

econômica ávida em atrair turistas, a fim de resolver as questões econômicas e trazer o desejado “desenvolvimento”. Esse tópico se prende a representações da natureza evidenciadas por um grupo de indivíduos que possuíam certo nível de formação educacional e material, os quais pensavam empreender um projeto de melhor aproveitamento dos recursos ofertados pela natureza.

Essa leitura deve ser matizada pela inteligibilidade de que o ambiente é resultado de parte do processo social, pois sua dimensão física e material adquire valor e significação pela sua inserção na vida cotidiana (MARTINEZ, 2006). Nesse sentido, na busca pelo desenvolvimento, o conceito de natureza será objeto de transformações adequadas aos interesses correntes, alvo de projeções e idealizações no interior de um processo de construção discursiva do real, que contemplem as satisfações humanas naquele contexto histórico, por meio de discursos políticos, manchetes de jornais ou nos versos de um poeta. O poema de Pinajé pode contribuir bastante com esse entendimento, pois como Keith Thomas observou, mesmo “com todas as deficiências que a literatura criativa mostra como fonte histórica, não há nada capaz de superá-la como guia para os sentimentos e ideias pelo menos dos setores mais articulados da população.” (2010, p. 20).

Em um dos versos do hino de Bragança, escrito por Antônio Telles de Castro e Souza na década de 1950, é notório um sentimento ufanista acerca da cidade e as concepções relativas à natureza desse lugar, entendida como *feroz*, dotada de poder tropical. Esse “poder” representaria, na ótica do poeta, a grandiosidade dessa natureza que pertence à cidade, uma criação de Deus, um “céu” de beleza, por conta de sua suposta riqueza natural. Elementos da fé cristã, “céu” e “divino”, são os adjetivos utilizados para classificar a natureza local:

*Dentro desta feroz natureza
Onde impera o poder tropical
Nossa terra é um céu de beleza
Uma bíblia de amor divinal.³¹*

Os conceitos e ideias de natureza de forma alguma são neutros, representam valores e ideias humanas, nem mesmo a ciência moderna escapa a essa regra. Por trás de uma classificação ou ideia de natureza podem estar projetos políticos ou ideologias religiosas que passam despercebidas de nosso olhar: “(...) os cientistas não trabalham completamente isolados das suas sociedades, e sim, refletem, nos seus modelos de natureza, as suas

³¹ Terceiro verso do hino municipal de Bragança, autoria de Antônio Telles de Castro e Souza. Ver: *Revista Bragança ilustrada*, ano II, edição de março a junho de 1952, p. 6.

sociedades, os seus modos de produção, as suas relações humanas, as necessidades e os valores de sua cultura” (WORSTER, 1991, p. 211).

O poeta local Jorge Ramos, saudosos de sua terra, quando morava em Belém fez um poema intitulado “Bragança” (MEDEIROS, 2010, p. 45), no qual exalta as características naturais de sua terra, que o tornaram poeta:

*Bragança beira-rio, cidade presépio,
minha Bragança de São Benedito,
cheia de sonhos e de poetas: (...)
Eu te pergunto, Bragança minha,
onde perdi aquela pureza da infância,
onde ficou aquele meu primeiro sonho-fantasia,
em que pedra está o epitáfio muito frio
e muito triste do meu primeiro desengano?...*

Bragança para Ramos é a cidade “beira-rio”, “cheia de sonhos”, local de inspiração de poetas, onde o autor teria deixado sua “pureza da infância” (seria o contato com a natureza que o deixaria puro?) e o seu “primeiro sonho-fantasia”; e onde morreu seu primeiro desengano.

As representações da natureza divulgadas também na mídia, nos discursos políticos e na literatura constroem imagens do real e nos interstícios dessa construção há uma luta no campo simbólico. As representações impostas pelo poder político e pela “cultura oficial” estão em constante conflito com outras leituras sobre o mesmo espaço, razão pela qual sua compreensão é relevante para entender os processos de reconstrução de cidades. Essa luta no campo simbólico está em relação dialética com os processos materiais de modernização urbana (SÀNCHEZ, 2001).

Para os políticos locais os projetos de “desenvolvimento” deveriam melhor aproveitar as “riquezas naturais” de Bragança, sobretudo suas praias, que poderiam representar atração aos turistas e assim gerar renda para uma terra “subdesenvolvida”. A ideia do turismo como salvação e os primeiros sinais de interesse em explorar a idealizada “beleza natural”, particularmente a praia de Ajuruteua, foram observados em reportagens do jornal “A Província do Pará”, nos meses de janeiro e fevereiro de 1975. Em fevereiro a reportagem foi intitulada “Turismo é a esperança de Bragança”, quando o prefeito José Maria Cardoso expôs seu “plano para o turismo”, o qual deveria aproveitar as “condições naturais” que a região bragantina oferecia:

Acredita o prefeito que os recursos naturais de Bragança, até hoje desconhecidos para a maioria dos paraenses, formam um grande manancial de atrativos, paisagens que permitirão bons momentos de lazer, práticas de

esportes e outros divertimentos. [...] As praias de Ajuruteua, como são conhecidas pela população bragantina, constituem um cenário que não ficam nada a dever aos demais balneários do Estado (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1975, p. 11).

As “condições naturais” eram o alvo do projeto político do então prefeito, representavam a “vantagem” de Bragança para atrair visitantes e possivelmente produzir lucros. Os atrativos proporcionariam lazer, práticas esportivas, negócios e a contemplação da natureza “pura”, como se refere o texto, com “praias ainda inexploradas” o que aguçava a curiosidade e o prazer para os visitantes, como foi explorado no jornal por uma fotografia inserida na reportagem (**Figura 10**).



Figura 10: :Imagem de Ajuruteua inexplorada. Fonte: Jornal “A Província do Pará”, Belém, 9 de fevereiro de 1975, p. 11.

A perspectiva do prefeito estava pautada na busca pela satisfação dos indivíduos em um lugar de “natureza selvagem”, de “inocência infantil”, de “refúgio” e de “intimidade”, de “beleza” e do “sublime”, ideias que tiveram grande influência na criação de áreas naturais protegidas nos Estados Unidos e no Brasil, consideradas como ilhas de grande beleza e valor estético que conduziriam o ser humano à meditação das maravilhas da “natureza intocada”, ou seja, a busca por uma *wilderness* (vida natural/selvagem) (DIEGUES, 2000).

Botton (2003) afirma que uma paisagem pode tornar-se mais atraente depois de revelada pelos olhos de um pintor, provocando o desejo da viagem. Pensando nessa reflexão, sugiro que a mesma constatação pode ser usada para a análise de imagens fotográficas, que também podem ser encaradas como uma construção artística, na qual o “artista” elege os elementos desejados, em detrimento dos elementos indesejados da paisagem, escolhe o tom de luz e cores para “construir” sua fotografia. As árvores recém-derrubadas, os galhos pelo

chão e a ausência do homem na imagem proporcionariam a ideia de natureza “selvagem”, “intocada” e “inexplorada”, o local da inocência e do refúgio para o homem da cidade amenizar suas pressões psicológicas aguçadas pelas áreas urbanas.

Essas viagens contemporâneas à natureza são influenciadas pelo “mito da natureza selvagem”, que estão presentes na “representação simbólica relacionada à existência de áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, onde este é visitante e não morador”. Assim como outros mitos existentes no mundo contemporâneo, este vem responder a necessidades sociais “revelando secretas modalidades do ser e trabalhar com uma realidade contraditória, a qual não pode ser expressa em conceitos” (BRUHNS, 2010, p. 158).

A valorização dessa natureza “selvagem” remonta ao século XIX, segundo Williams (2011a) graças ao avanço da História Natural, pelo interesse que naturalistas tinham pelas áreas não transformadas pelo homem, em uma reação contrária ao culturalismo que via na natureza a enfermidade do homem. Outro fator que explica o crescimento desse sentimento é a poluição subjacente à Revolução Industrial e da urbanização: à medida em que o ar se tornou mais poluído, passou-se a valorizar a vida campestre (DIEGUES, 2000; THOMAS, 2010; WILLIAMS, 2011A).

Desde a década de 1950 o número de habitantes nas cidades brasileiras aumentou vertiginosamente, viver em grandes cidades passou a fazer parte da realidade de um número crescente de pessoas não só no Brasil, mas também em grande parte dos países da América Latina e do Caribe. Nesse contexto, as cidades latino-americanas, chamadas de “casulos de modernidade” e “arenas culturais”, tornaram-se eixo da transformação econômica e demográfica. No caso específico do Brasil, a taxa de urbanização subiu de 31,2 para 55,9% entre 1940 e 1970 (Duarte, 2014).

Paralelamente a esse crescimento urbano, observou-se grande procura pelo contato com a natureza como compensação das perdas da vida na metrópole por meio da aquisição de uma “casa no campo”, como se pôde observar na quantidade de anúncios nas seções imobiliárias dos jornais das grandes cidades brasileiras, onde muitos anúncios exibiam novos empreendimentos com lotes para casas de campo em localidades aprazíveis, a alguns minutos de carro do centro urbano, cujo principal atrativo era a proximidade com a natureza. Nesses locais “proprietários passariam finais de semana e férias nesses autênticos refúgios, longe da turbulência das metrópoles, o que lhes permitiria recarregar forças para sobreviver à selva de pedra de cada dia” (DUARTE, 2014, p. 161). Contudo, a aquisição da “casa de campo” foi privilégio das classes médias mais abastadas, que se beneficiaram do “crescimento econômico” do chamado “milagre econômico” brasileiro (DUARTE, 2014).

As concepções de natureza que levaram os homens da cidade a buscar refúgio no campo faz refletir sobre as concepções genéricas cristalizadas para definir apenas duas formas de comunidades humanas, o campo e a cidade. A reflexão proposta por Raymond Williams (2011b), ainda que sua análise se ocupe especificamente da Inglaterra, é de grande utilidade para esse trabalho.³² Este autor supõe que “em torno dessas comunidades existentes, historicamente bastante variadas, cristalizam-se e generalizam-se atitudes emocionais poderosas”, no seio dessas concepções o “campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se à ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz”, assim como surgiram associações negativas, quando a cidade passou a ser entendida “como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação” (WILLIAMS, 2011b, p. 11).

Nessa perspectiva, ao considerar a natureza “inexplorada”, os habitantes locais, na ótica do prefeito de Bragança, são vistos como “incultos”, “pacíficos”, “inocentes” e incapazes de transformar a natureza. Afirmar que essa população não transformou o meio natural é uma forma de ignorar sua condição de “produtores de cultura”. De acordo com Duarte (2005, p. 40) a “idealização aparentemente tão generosa de um bom selvagem em completa harmonia com a natureza (...) nega sua condição humana e social, acarretando a sua consideração como uma “parte da natureza”.”

Nesse sentido, Ajuruteua é vista como lugar aprazível, de natureza intocada, onde os seus habitantes ainda vivem em perfeita harmonia com a natureza, são animalizados, que devem ser protegidos por nós, retira-se sua agência como sujeito da sua própria história. Essa constatação acerca do homem que habita o campo é a mesma que alimenta o conceito de “populações tradicionais”, que evocado da cidade arbitrariamente condena essas comunidades humanas a um modo de vida estático, como se vivessem em eterna harmonia com a natureza e não desejassem modificar seu estilo de vida.

Discorrendo sobre as consequências do mito da “natureza intocada” para as comunidades ancestrais e para a natureza Bruhns assinala que:

A mitologia nos relaciona com nossa própria natureza e com o mundo natural, do qual somos parte. Porém, quando visualizamos a natureza como mal ou possibilidade de lucro, estaremos em desacordo com ela, numa posição de controle, ou tentativas do mesmo. A consequência disto manifesta-se na devastação das florestas, na aniquilação dos povos ancestrais, nos separando da natureza (2010, p. 158).

³² Williams (2011b) ressalta que por motivos de ordem prática, a maior parte dos exemplos citados por ele são da literatura inglesa, contudo, seus interesses são muito mais amplos.

Por meio desta análise, podemos inferir que a praia estava associada a um ideal de campo, de interior, de natureza aprazível, lugar de paz e sossego ou “relax” que os moradores da cidade poderiam encontrar nos momentos de lazer, fugindo da poluição dos centros urbanos. Essa constatação, que associa as cidades urbanizadas ao caos e o campo ao sossego e à calmaria, não passam de generalizações que não representam as várias formas dessas comunidades existentes na realidade histórica. Williams (2011b, p. 12) desconstrói essas ideias generalizantes sobre o campo e a cidade, lembrando que a realidade histórica é surpreendentemente variada, que a vida campestre “engloba as mais diversas práticas”, de caçadores a empresários; e que entre as cidades antigas, medievais, metrópoles e conturbações modernas só há em comum o nome e, em parte, a função.

A percepção do campo como bucólico foi observado em algumas referências sobre Ajuruteua, como na matéria do “O Semanário”, edição de 27 de julho à 3 de agosto de 1996, jornal de circulação local da década de 1990, dedicada a registrar a presença de veranistas na “bucólica praia de Ajuruteua...” (1996, p. 7). Foi encontrada, também, em uma reclamação do colunista do “Jornal do Caeté”, Helder Aranha, em 1980, quando demonstrava sua preocupação que Ajuruteua perdesse sua principal característica natural “que é seu bucolismo” (1980, p. 6). Essa referência foi também, na época, muito recorrente nos jornais da capital para se referir à outro balneário famoso do estado, a Ilha do Mosqueiro³³, idealizado como lugar bucólico onde os habitantes da capital poderiam recorrer para o descanso nos finais de semana. Ao se ocupar do uso desse conceito na Inglaterra e suas reapropriações, Williams (2011b, p. 40) ressalta que o componente mais sério desse bucolismo está voltado para a beleza natural da observação “a do cientista ou do turista e não a do camponês que trabalha” o que difere do bucolismo original de uma tradição de “poesia da natureza”, mas com esse novo caminho autônomo encontrou uma direção principal, seguiu durante séculos e chegou até nós.

Essa reflexão é importante para esta análise, tendo em vista que as mudanças sofridas por esse conceito ocorrem de acordo com o contexto, com o espaço e com o grupo social que o evoca. Os usos do espaço e da natureza por esses grupos, em muitos casos, são distintos, assim, essa distinção pode gerar valores simbólicos diferentes.

Williams (2011b, p. 66) alerta, ainda, que a ideia do bucólico externa um conflito de valores inseridos nas críticas ao capitalismo contemporâneo na busca por um mundo que não

³³ Durante a pesquisa nos jornais da década de 1970 encontrei em “O Liberal” e “A Província do Pará” inúmeras referências à ilha de Mosqueiro como a “bucólica”, especialmente no mês de julho, época das férias escolares. Já em “O Semanário” o termo foi cunhado para se referir à praia de Ajuruteua.

nos é mais possível, especialmente quando se trata de uma visão do homem abastado da cidade que busca a tranquilidade da vida no campo em detrimento dos problemas causados pela “modernidade” alcançada nas grandes capitais, como uma crítica ao presente e retorno ao passado, o que pode significar a evocação de valores reacionários perigosos.

As projeções acerca de Ajuruteua nos jornais e discursos políticos contemplavam interesses dos homens mais abastados da cidade. A natureza para o homem cidadão era objeto de contemplação, renovação espiritual e lugar de lazer, não foi pensada para atender o morador local. No entanto, a rodovia passou a ser um elemento positivo para suas relações cotidianas tirando-o do isolamento, trazendo novas possibilidades para suas atividades, estreitando suas relações familiares e facilitando a comercialização de seus produtos extrativos. Mesmo diante de interesses contrários sobre o lugar, onde moradores não eram assistidos, jogaram com os acontecimentos para transformá-los em “ocasiões”, tiraram partido de forças que lhes eram estranhas e em momentos oportunos combinaram elementos heterogêneos e criaram suas próprias representações e significados naquele mesmo espaço (CERTEAU, 2014, p. 43).³⁴ Esses sujeitos estão ali ressignificando e criando cultura, resistem às imposições e forjam seu próprio modelo de vida a partir dos elementos inseridos pelo poder e pelas condições que a natureza lhes oferece, fazendo “bricolagens” (CERTEAU, 2014, p. 40).

Identificamos um argumento de mesmo teor no requerimento do vereador Boulanger Ubiraci Nunes apresentado à câmara municipal, em 27 de maio de 1975, quando o mesmo requisitou junto ao governo local, a imprensa da capital e ao governo do Estado providências para alavancar o turismo na cidade:

Considerando que a partir da década de 60 (sessenta) os homens de negócios, as pessoas entendidas e os próprios governos tem dado bastante ênfase ao turismo como uma grande fonte de renda... considerando que essa atividade vem sendo apontada como uma das opções para o desenvolvimento econômico e social de Bragança, tendo em vista as excelentes condições que oferecem as belas praias bragantinas...(OFÍCIOS EXPEDIDOS, 1975)

Assim como nos outros documentos consultados, a suposta “beleza natural” bastava para se pensar o turismo e em nenhum documento observamos um projeto que inserisse a cultura, as necessidades de preservação da natureza e a economia “tradicional”.

³⁴ A partir da perspectiva de “consumo” analisadas por Michel de Certeau (2014), entendo que, apesar de uma ordem estabelecida ignorar a presença desses sujeitos e impor suas representações da natureza sobre a população local, eles usam de condições criadas por essa mesma ordem, dos recursos que a natureza lhes oferece e das ocasiões que lhes aparecem para resistir e criar sua própria ordem e representações sobre aquele espaço.

O jornal “A Província do Pará”, em junho de 1975, transcreveu na íntegra um requerimento enviado para a câmara municipal de Bragança, enviado para os maiores meios de comunicação da capital, descrevendo-o como um convite à imprensa da capital para conhecer Bragança, “com vistas a um impulso maior às potencialidades turísticas do município...” além de “...apresentar as necessidades da construção da estrada Bragança-Ajuruteua que tem uma das praias mais bonitas do Pará” (1975, p. 6). O requerimento destacava as supostas belezas naturais que qualificavam a cidade enquanto potência turística dentro do estado.

No dia 25 de junho, o jornal “A Província do Pará” trazia na coluna “Em frente”, no segundo caderno, assinada pelo bragantino radicado em Belém Edwaldo Martins, um tópico intitulado “Da Pérola do Caeté”, o qual destacava Ajuruteua como “o papo de todos os bragantinos” e “umas das mais belas praias da região (muitos dizem ser a mais)”. O colunista destacava a “proximidade da praia [...] e que Ajuruteua era uma das esperanças para o desenvolvimento de Bragança, pelo “excelente potencial turístico que representa”(1975, p. 3).

Ao percorrer um trecho da estrada pronta, em abril de 1979, Jorge Ramos, diretor do “Jornal do Caeté”, acompanhado por Paulo Nunes, engenheiro responsável pela obra, “ao ouvir o marulho³⁵ do mar, nos confins da estrada” resolveu batizar a praia como a “princesinha do Atlântico”, que segundo ele seria a marca registrada para ser usada em propaganda turística. Paulo Nunes, por sua vez, descreveu a praia como a “mais bela da região, em ambiente ainda não sofisticado, natural, o que vai representar um grande tento em favor de Ajuruteua” (JORNAL DO CAETÉ, 1979, p. 4).

Na década de 1990, é comum encontrar uma teia discursiva na imprensa local que sustenta o possível progresso que a cidade alcançaria com a conclusão da obra. Esse “progresso” estava relacionado ao possível potencial turístico dado pelo empreendimento rodoviário, pois, possibilitaria, como sublinha a edição de número 27 do jornal “O Semanário” em uma de suas manchetes, um “verão na beleza natural e selvagem da aprazível Ajuruteua” (1995, p. 1).

Não obstante, mesmo após a construção da estrada, Bragança, de acordo com a imprensa local, continuava em “derrocada” e o discurso de que o turismo traria dias melhores não se confirmava. Na década de 1990, Bragança continuava considerada uma cidade com

³⁵ Mantive a escrita original da edição do “Jornal do Caeté”, penso que houve um erro na edição ou que a palavra sofreu uma alteração pelo próprio interlocutor quando queria se referir ao “barulho” ou “som” do mar.

poucas alternativas econômicas e era possível visualizar problemas de impactos socioambientais causados pela estrada³⁶.

O jornal “O Semanário”, edição 28, comemorava a grande presença de turistas em Ajuruteua no veraneio de 1995: “O balneário de Ajuruteua a cada semana recebe uma leva maior de veranistas, entre turistas e bragantinos que aqui residem e que para lá se deslocam para curtir um relax naquele apreciável paraíso tropical” (1995, p. 1). O mesmo jornal, em outra página, é elucidativo ao destacar as “atrações turísticas bragantinas” e enumera as “riquezas” que a região poderia oferecer para os turistas:

(...) Fora a zona do salgado, pelas ilhas, manguezais e praias oceânicas, uma das atrações principais é a zona dos campos, pântanos e alagados, mais precisamente na região de Santa Tereza que neste final de ciclo invernosso oferece belíssima paisagem, na formação de lagos que permitem a exposição das mais variadas espécies da fauna e flora de uma floresta ainda virgem, inexplorada, a não ser pelos nativos da região. Ali, abundam milhares de espécimes de animais silvestres e aves que com seus coloridos de plumagem encantam os olhos dos visitantes que antes não tinham contato mais de perto com a beleza selvagem da zona dos campos e alagados da região bragantina. Essas regiões tem um grande potencial para atração, especialmente do turista estrangeiro do chamado 1º Mundo que ficaria extasiado com tanta riqueza e deslumbramento da maior e mais bela floresta tropical do mundo que é a Amazônia legal, parte dela encravada no Estado do Pará e em território bragantino (O SEMANÁRIO, 1995, p. 7).

A descrição reforça a ideia mítica de abundância, onde fauna e flora seriam inesgotáveis. A natureza, na ótica do jornal, é objeto de contemplação, local de renovação espiritual, na qual a incapacidade dos nativos em transformar a natureza teria preservado seu estado “original” e “puro”. Essa visão está inserida na dicotomia existente da separação homem e natureza, sendo a natureza considerada boa e bela sem a presença humana, sobretudo as ilhas, os pântanos, os campos com seus milhares de espécies animais e vegetais selvagens. Os nativos, por sua vez, são estereotipados como sujeitos próximos aos animais que vivem em harmonia com a natureza, portanto, com pouca (ou nenhuma) capacidade de transformação do meio natural. Dessa forma, aquela natureza continuaria inexplorada e virgem, ao contrário do homem da cidade, civilizado e, ao mesmo tempo, devastador.

³⁶ Na edição de 27 de maio de 1995, página 5, o Jornal “O Semanário” traz um artigo que versa sobre a necessidade de se frear a exploração do caranguejo nos meses de junho, julho e agosto, período em que eles trocam a carapaça e se desenvolvem, nessa época eles se tornam mais indefesos e são presas fáceis para seu, maior predador, o próprio homem, que o captura para atender a alta demanda do mercado. Em outra edição, de 8 a 12 de Dezembro, na página 8, notícia sobre os perigos da erosão que ameaçam a Vila de Ajuruteua.

O “selvagem” abordado no jornal está relacionado aos processos ordenados pela natureza, no entanto, para Tuan (1980) ele está nas grandes cidades tentaculares. Nesse sentido, a busca pela natureza, representa a inversão das imagens, o selvagem, representado como ordem (ordem ecológica) e liberdade, enquanto o centro urbano é caótico, uma selva governada por párias sociais (TUAN, 1980).

Outra questão importante que o artigo citado do jornal apresenta é a intenção de atrair turistas estrangeiros, do chamado Primeiro Mundo, para a Bragança. Com esse intuito, o autor do artigo é ufanista e exalta uma possível riqueza da natureza bragantina, inserindo-a no conjunto que compõe a floresta tropical amazônica, classificada por ele como a “maior e mais bela do mundo”. Nesse aspecto, Bragança ofereceria paisagens tropicais com ilhas, praias, pântanos, campos e milhares de animais silvestres, “aves que com seus coloridos de plumagem encantam os olhos dos visitantes que antes não tinham contato mais de perto com a beleza selvagem.” Vende-se a ideia do exótico para o estrangeiro, a Amazônia como lugar “selvagem” onde se encontraria espécies animais e vegetais prontos para ser contemplados.

Em agosto de 1995, o jornal “O Semanário” apresenta um artigo intitulado “No turismo, a salvação de Bragança” (1995, p. 6) que defende a “indústria turística”, que deveria ser prioridade na administração local. Com uma “visão administrativa inteiramente voltada para o nosso balneário”, a “princesa do atlântico” seria o “pulmão” para sua economia.

Na edição de 15 de julho de 1995, o jornal “O Semanário” estampou a foto de três mulheres com a manchete: “Ajuruteua: sol, mar e brisa que encantam a beleza feminina”. A descrição da chamada noticiava que “as panteras paraenses acorrem para nossa aprazível Ajuruteua em busca de relax após o dia-a-dia das lides funcionais” (1995, p. 1), conforme a

Figura 11.



Figura 11: Capa do Jornal “O Semanário”. Fonte: O Semanário, Bragança, 15 a 22 de julho de 1995.

A fim de fortalecer a ideia de lugar selvagem, o jornal insere em seu discurso a noção de que Ajuruteua é lugar ideal para mulheres “brejeiras”, chamadas “panteras”, fazendo associação entre mulheres e animais. Segundo Ostos (2009), o estudo da história de povos diversos mostra que a comparação entre a natureza e as mulheres é antiga, essas analogias foram estimuladas pela observação humana dos fenômenos naturais. Natureza e feminino estão presentes na germinação das plantas, nascimento dos animais, cuidado que as fêmeas de diversas espécies dedicam aos seus filhotes, esses acontecimentos naturais são sempre comparados ao fenômeno humano da gravidez, do parto e da amamentação. Entretanto, para além da crença de que a associação entre natureza e mulher é algo lógico, é importante destacar que ela não ocorre sem a mediação da cultura, pois mesmo diante de semelhanças nas comparações, estas não são ditas dentro de uma mesma modalidade de discurso e adquirem sentidos distintos ao analisarmos culturas peculiares, em contextos específicos.

Keith Thomas mostrou que o uso de analogias e metáforas é comum e que estas foram usadas no século XVII com a preocupação de delimitar uma fronteira entre o homem e os animais, com propósito de aprovar ou condenar comportamentos, domesticar homens, justificar a escravidão, a dominação, a pobreza. Assim, aqueles que tivessem uma postura indesejada ou estivessem em determinadas posições sociais eram classificados próximos à animais específicos.” (THOMAS, 2010, p. 139).

A comparação entre mulheres³⁷ e panteras nos parece ser exemplo de uma cultura mediando uma analogia, a mulher como típica expressão da natureza selvagem estaria próxima dos animais selvagens, não só por sua condição fisiológica, mas também pelo comportamento e sua suposta “beleza selvagem” e “exótica”. A mulher brejeira, como foi exposto no jornal, que no contexto local representaria uma mulher “trabalhadeira”, honesta, “pura” e “inocente”, também estaria próxima à figura do homem ignorante do campo, que poderia ser facilmente persuadida.

Em janeiro de 1996, “O Semanário” ressaltava a necessidade de melhor aproveitar a praia de Ajuruteua, “excelente presente *divino* (grifo meu) e falta tão pouco para dotá-la de condições para a atração de milhares de turistas” (1996, p. 8). O interesse pelas “belezas naturais” de Bragança, sobretudo por parte de jornalistas e políticos, era alimentado por projeções sobre o mundo natural para atender interesses humanos, criação de discursos para

³⁷ Foi recorrente nos jornais, panfletos e revistas o uso da imagem de mulheres como um dos atrativos da praia de Ajuruteua para atrair os turistas. Um exemplo notável dessa prática é a realização de concursos de beleza durante o veraneio desde a década de 1990, o concurso “Garota Ajuruteua”, quando mulheres da região, muitas adolescentes, vestidas apenas com o traje de banho, desfilam para a multidão de turistas.

atender anseios econômicos que não eram verdadeiramente a favor do mundo natural, mas sim, a favor de seu uso para satisfação do homem.

As formas que constituem as relações sociais, suas racionalidades intencionais, sua produção social e simbólica são também motivações de exploração das florestas. As fotografias nos jornais exploravam a escassa presença de pessoas, construções rústicas, a presença de árvores, sobretudo coqueiros, e embarcações artesanais, todos esses elementos compunham uma paisagem “pitoresca” e “selvagem” aos olhos dos turistas. A fotografia reproduzida na **Figura 12**, representa a imagem “pitoresca” que se procurava criar de Ajuruteua para atrair os turistas.



Figura 12: Foto do núcleo dos pescadores, paisagem “pitoresca”. Fonte: Jornal “A Província do Pará”, 9 de fevereiro de 1975, p. 11.

A nostalgia do paraíso aflora nas atitudes mais cotidianas do homem, onde há nele, periodicamente, a necessidade de recuperar e experimentar, mesmo que por um tempo curto, a condição da humanidade perfeita (ELIADE, 1977). A devastação e a preservação, neste âmbito, estiveram sempre associadas, na perspectiva mágico-religiosa, ao sinal da criação periódica do cosmos ilustrada em elementos da natureza que representem uma infatigável renovação (ELIADE, 1977). O refúgio e a renovação podiam ser encontrados na praia de Ajuruteua e nas belezas naturais inexploradas, descritas como lugar “aprazível”, “selvagem”, praticamente “virgem”, onde seria possível experimentar a condição humana perfeita da natureza, em detrimento do mal causado pela cultura, barulho e perturbações da cidade. Essa oposição ficou clara no século XIX, quando se desenvolveu um conservadorismo reativo que atribuía ao mundo natural todas as virtudes e à sociedade todos os vícios. Conquanto, após a regeneração dos indivíduos pelo contato com a natureza, podiam voltar a sua vida “normal” e, por conseguinte, continuar a poluir.

Acerca dessa ambiguidade, da ideia de defesa da natureza e das ideias associadas à conservação, é exemplar o fato da grande procura por casas de campo no Brasil na década de 1970 pelas classes médias abastadas, como foi exposto por Duarte (2014) em seu trabalho “Eu quero uma casa no campo: a busca do verde em Belo Horizonte, 1966-1976” e o caso inglês apontado por Williams (2011b, p. 108), quando as pessoas que conseguiam maior lucro com a exploração da natureza, em processos extrativos ou industriais, voltaram-se para uma natureza ainda “virgem”, para refúgios naturais. Em suas posições de poder, trocam de roupa no final de semana quando podem ir ao campo; participam de apelos e campanhas de preservação; e voltam “espiritualmente refeitos” para investir na fumaça e na destruição.

As representações da natureza contêm interesses de grupos, ideologias e não representa a totalidade do real. Sánchez lembra que “efetivamente, não existe um mundo neutro, visível, unívoco. Cada representação é uma verdade parcial, construída a partir de um “conjunto coerente de valores e orientações” e, ainda que “a forte veiculação das imagens-síntese da cidade intensifica a ideia do socialmente pleno usufruto dos novos espaços – produtos da modernização – e implicitamente sugere a existência de uma vida de classe média para todos os habitantes.” (2001, p. 35).

As interpretações propostas, como as de Keith Thomas (2010) e Raymond Williams (2011b) acerca das representações elucidam que as lutas simbólicas não são apenas expressões das relações de poder, situam-se no campo da prática, contribuem para visualizar o repertório argumentativo utilizado nesse processo e nos faz perceber as limitações desses discursos que eliminam os demais, na tentativa de homogeneizar a caracterização de um espaço múltiplo, com ideias e concepções dissidentes (SANCHEZ, 2001, p. 34).

Outra reflexão interessante para entender essa busca pela “casa de campo”, ou de praia, é proposta pelo conceito de “valor de escassez” da natureza selvagem, criado por Rodrick Nash (1982 *apud* DRUMMOND, 1991). Essa natureza é tão mais temida e desprezada se for abundante e mais próxima do sujeito, por outro lado, quanto mais distante ela estiver mais admirada e mais amada será pelos indivíduos. A cultura ocidental tem conceitos psicologicamente carregados sobre o que é selvagem e pode representar algo temível e inútil a ser civilizado ou quanto algo belo a ser preservado.

É importante salientar que o desenvolvimento pensado para Bragança veio ancorado às políticas públicas de tendência global que, por sua vez, visavam a acumulação de capital, buscavam a acumulação de bens e recursos, conquanto, sobrepujavam os limites ambientais.³⁸

³⁸ Sobre a relação entre meio ambiente e cidade, ver: CIPRIANO & MACHADO, 2009.

O discurso desenvolvimentista estava relacionado às ideias de natureza separada do homem, o sentido da natureza como refúgio, o lugar do recolhimento, uma natureza convencional que poderia gerar riqueza (WILLIAMS, 2011a). Esse naturalismo aumenta o distanciamento da relação homem/natureza e acentua a dicotomia existente. Assim, negligenciavam-se os indivíduos que compunham esse espaço e as relações que estabeleciam com a natureza e suas complexidades, assim como não se considera que o conceito utilizado é uma construção cultural e histórica, pensava-se apenas na natureza como produto a ser consumido, um cenário, uma paisagem, ar fresco. A concepção humana acerca da natureza, nestes termos, está alicerçada apenas pelos limites da sua cultura, não compreende a natureza em si mesma, mas somente o que sua cultura projeta sobre ela e ignora igualmente os conflitos e as concepções de outros sujeitos, especialmente das comunidades que têm sua sobrevivência condicionada à existência dessa natureza, como é o caso dos tiradores de caranguejo da localidade de Bacuriteua, em Bragança.

2. DO PONTO DE VISTA DO MARISCADOR

2.1 Desfazendo as amarras

É comum ouvir na cidade descrições estereotipadas do homem “preguiçoso” e de “vida fácil” do “interior”, especialmente da Amazônia, e ainda são corriqueiras opiniões como: “lá a vida é mais fácil!”, “basta ir até a maré e pescar ou no mangual tirar caranguejo”, ou “é só ir à floresta coletar frutas”. A ideia de fartura e abundância ou de uma harmonia entre o homem e a natureza é geralmente base desses discursos que negligenciam as tessituras e nuances de uma relação concreta, sobretudo quando se referem às transformações do modo de vida dessas populações, quando há a construção de diferentes possibilidades que se concretizam, tanto com base na chegada de populações adventícias e seu posterior contato com povos nativos, ou com as transformações no seio da população nativa e na sua relação com a natureza, quiçá são capazes de descrever as estruturas socioeconômicas e culturais complexas que se conformam a partir do conjunto de atividades que se organizam para o manejo e extração dos recursos naturais. É preciso lembrar, que esses grupos humanos não vivem uma cultura estática, não estão imunes a influências externas e muito menos estão condenados a reproduzir um único modo de vida por toda a sua existência.

No que tange a Amazônia de hoje, essas concepções genéricas, mesmo na historiografia, são ainda mais comuns quando partem de outras regiões do país ou mesmo dos centros urbanos da Amazônia, como Belém e Manaus, ao se referir a cidades menores da região. Cristina Wolff, ao se deter sobre as regiões onde se localizavam os antigos seringais no Alto Juruá, no Acre, chamou atenção para um fato importante que demonstra essa percepção apressada, a de que para muitos autores que se debruçam sobre a história da Amazônia só houve um momento realmente significativo nesta história: o auge da exploração da borracha no mercado mundial, entre 1890 e 1912, negligenciando outras transformações que essas populações experimentam continuamente. Grande parte da produção historiográfica, e até literária sobre a região trata do período como “se depois dele, por algum fenômeno inexplicado e mágico, ela simplesmente desaparecesse novamente nas brumas que cobrem as regiões desertas, levando consigo as dezenas de milhares de pessoas que para aí migraram do Nordeste brasileiro e de outras partes do mundo” (WOLFF, 1999, pp. 97-98).

Para além do Alto Juruá, considerando o contexto amazônico, grosso modo, penso que a análise de Wolff (1999) é emblemática para demonstrar o lugar que os sujeitos que vivem na Amazônia, inclusive em Bragança, têm ocupado na historiografia, especialmente os “povos da floresta” que moram no “meio rural” e vivem dos recursos que a natureza lhes dispõe. Wolff (1999, p. 98), ao ressaltar o esquecimento desses sujeitos, lembra que é preciso

considerar que “os índios e caboclos que existiam na Amazônia há milênios ou séculos sempre foram considerados, mesmo por esta historiografia e literatura, como “partes da natureza””, por tão envolvidos que viviam com ela. É sintomática outra advertência que Wolff faz ao lembrar que muitos autores consideraram que após o “boom da borracha” a Amazônia teria regredido ao que era antes, um território cheio de mistérios e riquezas inexploradas, numa reedição do mito do paraíso terrestre. Mesmo não esquecendo que a autora se referia às regiões dos seringais do Alto Juruá, podemos reunir elementos suficientes e demonstrar que essa percepção e associação da Amazônia com o “paraíso terrestre” é recorrente em vários momentos históricos e a lugares diversos dessa região, inclusive hoje. Cite-se o trabalho de José Murilo de Carvalho (1998) que, ao tratar do “motivo edênico no imaginário social brasileiro” demonstra que, ainda hoje, a natureza, na ausência de outros motivos, é o principal fator de orgulho em ser brasileiro entre os entrevistados e a Amazônia, representando a natureza, foi por diversas vezes citada como um desses motivos e idealizada como um paraíso.

Outra amarra que contamina estudos relacionados à região está relacionada ao conceito de “populações tradicionais”, corriqueiramente associado aos “povos da floresta”. Em muitos trabalhos que se voltam para a população amazônica, esses grupos humanos são classificados como uma “população tradicional”, como um grupo que pelo seu *modus vivendi* estaria integrado à natureza, vivendo em plena harmonia com esta. Para Diegues (1993; 1994) as “populações tradicionais” apresentam um modo de vida específico, marcado pela intensa simbiose e relativa harmonia com o meio ambiente em que vivem, desenvolvendo técnicas de baixo impacto ambiental, fraca articulação com o mercado, intenso conhecimento da biodiversidade que os cerca e modo de produção baseado na mão de obra familiar. Todavia, este conceito é problemático, pois, como aponta Duarte (2005, p. 51), este “seria antes um desejo de alguns intelectuais do que uma realidade” tendo em vista que “esse mito de caráter urbano, criado por pessoas que projetam suas idealizações e expectativas em sociedades encontradas em ambientes bucólicos, pode ser tão autoritário quanto o de natureza intocada.” Nesse sentido, é preciso ter a clareza de que este é um conceito político, um processo exógeno de caracterização, uma construção de identidade pública, garantindo, politicamente e juridicamente, direitos específicos a pessoas que preencham esta identidade.

Não obstante, essa projeção sobre os habitantes do campo impõe a eles um isolamento, num contexto submetido a pressões de um mundo que se afigura como exterior. Deve-se levar em conta que as perspectivas dos jovens dessas populações não se limitam a reproduzir o

estilo de vida de seus antepassados, quando estes podem ultrapassar os limites do que é considerado “tradicional” (DUARTE, 2005).

Essa percepção construída sobre as populações “tradicionalistas” está relacionada substancialmente a uma posição de alteridade, na qual é comum a ausência de uma “postura antropológica” do pesquisador diante dos pesquisados. Para superar tal perspectiva, destaco o trabalho “Do ponto de vista dos nativos”, de Clifford Geertz (1998), que inspirou o título deste capítulo. Baseado em Geertz, busco uma abordagem semiótica da cultura e, analisando as formas simbólicas, adquirir a capacidade de captar conceitos, perceber como eles se definem como pessoas e a partir de que se compõe a ideia que eles têm, deixando de lado minhas concepções e buscando ver “a experiência dos outros com relação a sua própria concepção do ‘eu’” (1998, p. 91).

A despeito dessas concepções genéricas que nos acostumamos a ver sobre o campo e o seu habitante e que nos confere a ideia de uma sociedade estática, em Bragança, um evento modificou a dinâmica da economia local e conseqüentemente também o modo de vida de parte da população, tanto urbana quanto rural: a extinção da Estrada de Ferro de Bragança (EBF). Com o fim da ferrovia, a região perdeu sua capacidade de escoamento da produção agrícola e extrativa, pois com a troca do meio de transporte ferroviário pelo rodoviário, os altos custos advindos desse novo modelo colocaram a produção local em uma posição desfavorável de competição no mercado. Sendo assim, essa mudança atingiu sobremaneira a dinâmica do comércio local e afundou a região em uma crise econômica, atingindo não apenas o grande comerciante, mas também o pequeno produtor agrícola e o extrativista. Com a extinção da EFB a agricultura local perdeu sua força e Bragança passou a depender basicamente da exportação de seus produtos extrativos, especialmente dos recursos pesqueiros, porém, ainda sem qualquer organização.

Na segunda metade do século XX, a introdução da rodovia PA-458 representou um novo projeto econômico de desenvolvimento através do turismo, que visava superar os problemas provocados pela conseqüente extinção da EFB, evento que mais uma vez modificou a dinâmica das comunidades locais.

A ideia de infinidade de riquezas inexploradas ou de paraíso associadas à Ajuruteua certamente foi reforçada pela penetração da estrada na imensa floresta de mangue para chegar até à praia. Lembro particularmente da minha infância, quando morava em Belém e ia à praia de Ajuruteua com a família durante as férias escolares, e visualizava nas margens dessa estrada placas que alertavam: “Cuidado, caranguejo na pista!” A ideia de fartura era imediata, imaginava: deu fome é só ir até a margem da estrada e pegar um caranguejo. O tamanho e o

grande número das árvores, os caranguejos andando na estrada e os pescadores saltando dos “botes” com o pescado amarrado em cipós eram elementos que compunham meu imaginário e traziam-me uma impressão de abundância e facilidade de adquirir o alimento, impressão que é lugar comum em propagandas de jornais sobre Bragança ou nos discursos de políticos locais.

Com efeito, a realidade é bem distinta, especialmente para aqueles que tiram seu sustento do manguezal com a coleta do caranguejo e enfrentam um cotidiano desgastante e perigoso. Imagine andar sobre um solo lodoso e movediço, conhecido por “tijuco”, em meio a um emaranhado de raízes “aéreas”, expostos a picada de insetos e ferrões de peixes, enfiando o braço até os ombros em buracos profundos com sério risco de ser apertado por uma das patas cortantes do crustáceo ou pisar em troncos pontiagudos, viver “assombrado” pelo Ataíde³⁹ e, ainda, estar sujeito a um sistema de “marretagem” que os submetem a dependência de patrões e lhes garantem paupérrimos recursos? A dureza deste *metier* pode ser medida pelas marcas e cicatrizes deixadas nos corpos dos mariscadores e pela sua condição social precária.

Para aproximar a análise acerca de como se configura o cotidiano do trabalho no manguezal, tentar reconstruir esse universo e situar o lugar da natureza e da ação antrópica, para este trabalho foi necessário conhecer de perto o principal sujeito que atua nesse espaço: o mariscador (onde situam suas dificuldades, seus dilemas, seu esforço físico, seu conhecimento, seu imaginário).

2.2 O mariscador

O escopo desse capítulo visa, grosso modo, estudar as implicações da implantação da rodovia PA-458 sobre os extrativistas, especificamente, *mariscadores* de caranguejo da comunidade do Bacuriteua e as leituras que estes sujeitos fazem acerca da natureza e do empreendimento, suas estratégias para lidar com uma nova realidade e possibilidades. Essa localidade foi escolhida como espaço de pesquisa graças a sua posição geográfica, às margens da rodovia PA-458 e, por isso, influenciada por ela na organização do trabalho e no acesso ao manguezal. Levamos em conta, também, ao escolher esse espaço para a pesquisa, o estudo de Denis Domingues (2008) ao destacar que Bacuriteua, Acarajó, Caratateua, Tamatateua e Treme são comunidades localmente reconhecidas como as mais populosas e com maior número de *mariscadores*.

³⁹ Ser encantado, típico da região amazônica, supostamente alto, negro, peludo, que possui um pênis avantajado e vive no manguezal “assombrando” mariscadores que trabalham neste tipo de ecossistema.

Uso o termo *mariscador*, porém muitos trabalhadores se identificaram de diversas formas, tais como “caranguejeiros”, “coletores” ou “tiradores”. O termo “tiradores” de caranguejo foi utilizado nos trabalhos de Maria Cristina Maneschy (1993) e, mesmo válido, não há unanimidade sobre ele, eis que não contempla a preferência e expectativas da totalidade desses profissionais, do governo e nem mesmo de pesquisadores, o que implica em um problema político para esses trabalhadores. Há estudos que tratam esses trabalhadores como “coletores” ou “tiradores” (DO VALE OLIVEIRA, 2013), “catadores” (BRAGA, 2013), ou “trabalhadores do mangue” (CAMPOS, 2012). A classificação é, em grande medida, resultado de experiências e de lugares específicos. Essa indefinição quanto à classificação desse tipo de trabalhador, revela sua desorganização política. De acordo com Do Vale Oliveira (2013), isso ocorre porque muitos desenvolvem outras atividades durante o ano, de modo geral, na pesca ou na agricultura. Segundo a legislação, “tiradores de caranguejo” devem se associar à colônia de pescadores. Contudo, eles não sabem qual entidade procurar, haja vista não se considerarem pescadores, pois sua atividade se difere desde o recurso explorado, passando pelas técnicas, instrumentos, produção e formas de comercialização. Com isso, esses trabalhadores ficam impedidos de acessar políticas públicas e benefícios ofertados pelo governo federal, tais como: aposentadoria, auxílio doença, auxílio reclusão, pensões e seguro desemprego voltado para pescadores em época do defeso de determinadas espécies (CUNHA; ROCHA, 2005 *apud* DO VALE OLIVEIRA, 2013).

A representatividade de Bacuriteua em relação à atividade extrativa do caranguejo se dá, especialmente, por conta da existência de uma localidade, fruto de uma segregação territorial, estabelecida pelos moradores, chamada “Pontinha”, na vila. “O nome Pontinha do Bacuriteua apareceu a partir da localização em relação à Vila de Bacuriteua, pois visualizando o mapa a ideia que se tem é que a área é uma ‘ponta esticada’ em relação ao centro da Vila...” (DO VALE OLIVEIRA, 2013, p. 34). De acordo com Domingues (2008) essa localidade é a que tem maior número de tiradores entre as cinco comunidades destacadas, 80 aproximadamente. Segundo um dos meus interlocutores, que reside na Pontinha, a localidade é conhecida pelo grande número de mariscadores. Observei durante a pesquisa que, além dessa característica, as moradias situadas ali são geralmente mais humildes que as da vila de Bacuriteua, onde a população nativa sofreu um processo de desterritorialização após a inserção da indústria pesqueira a partir de 1988 (SOUSA, 2012). Encontram-se hoje muitos imigrantes em Bacuriteua, oriundos em sua maioria do estado do Ceará, os quais foram atraídos pela inserção da indústria pesqueira após a construção da PA-458, pelo baixo custo

dos imóveis, grande oferta de pescado na região e pela disponibilidade de mão-de-obra barata para exercer atividades pesqueiras em suas embarcações (SOUSA, 2012).

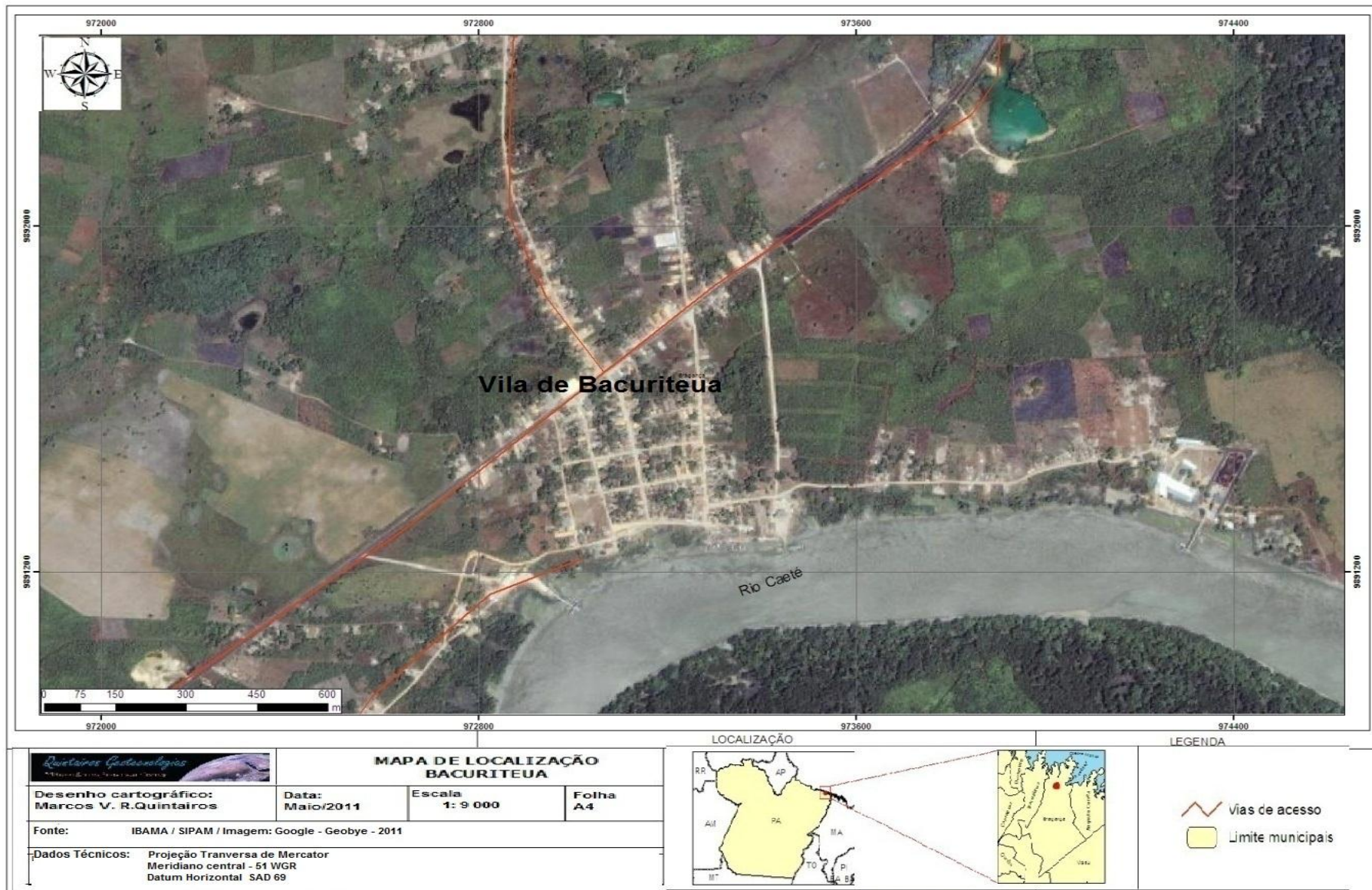


Figura 13: Localização de Bacuriteua e da PA-458 (linha vermelha). Fonte: Sousa, 2012.

As primeiras ocupações nesse espaço remontam à década de 1930, quando famílias vindas da sede do município de Bragança migraram para a localidade (SOUZA, 2012). Já a comunidade da Pontinha do Bacuriteua começou a ser ocupada no final da década de 1960 e início de 1970, por motivos ligados à posição privilegiada junto ao rio Caeté e ao manguezal, além do processo de desterritorialização, após a instalação da indústria pesqueira. Muitos pescadores venderam suas casas no Ceará e compraram terrenos ou residências em Bacuriteua. Os habitantes mais antigos, por sua vez, venderam suas casas aos cearenses e passaram a se estabelecer na Pontinha. As primeiras famílias que migraram atuavam em atividades pesqueiras, incluindo mariscos e eram oriundas de localidades situadas nos municípios de Bragança e Augusto Corrêa (DO VALE OLIVEIRA, 2013).

É importante ressaltar que o processos de desterritorialização, assim como o de reterritorializações, sugerem a coexistência de formas culturais híbridas, notadas, sobretudo, nos hábitos alimentares, tipos de vestuários e nas expressões regionais de uso corrente da língua, associadas às combinações efetuadas entre os diversos grupos sociais. No entanto, de forma alguma, nesses intercâmbios culturais e simbólicos desaparecem as questões de identidade nem se apagam os conflitos. Logo, mesmo com a interação multicultural, as discriminações podem se encontrar fortemente configuradas, sobretudo contra grupos mais pobres, em que se inscrevem os mariscadores de caranguejo.

Durante a compilação das fontes orais, utilizei o método de entrevista com emprego de roteiro de perguntas - “semiestruturado”-, sem a preocupação com o tempo de duração das respostas, o que permitiu que os interlocutores fossem além das respostas esperadas e fornecessem informações adicionais inesperadas. Os entrevistados foram escolhidos entre os tiradores de maior experiência na atividade e que tenham vivido na época da construção da estrada ou convivido com pessoas que viveram essa experiência, como pais, tios ou companheiros de trabalho; os que tinham tempo maior na atividade, com a faixa etária acima dos trinta anos que pudessem atender os objetivos da pesquisa e assim conceder informações acerca da atividade de exploração do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) no passado, assim como, alcançar elementos das transformações ocorridas ao longo do tempo. Entrevistei, também, marreteiros (atravessadores) que vivem da comercialização do crustáceo e, por fim, algumas mulheres dos tiradores, que muitas vezes foram ao manguezal ou ajudaram seus companheiros em atividades domésticas ou na roça.

Para uma compreensão mais aproximada ainda, fui ao manguezal acompanhar um dia de coleta, observando, fotografando, perguntando e dialogando com os mariscadores, na tentativa de captar os conceitos em uma “experiência-próxima”, tentando perceber sua

maneira de viver e os veículos através dos quais esta maneira de viver se manifesta. Ou melhor, usando uma expressão de Geertz (1998, p. 62), descobrir “que diabos que eles acham que estão fazendo”.

Estes sujeitos que atuam na extração do caranguejo-uçá nos manguezais bragantinos têm idade, em média, entre 20 e 50 anos, a maioria dos meus entrevistados não exerce rotineiramente outras atividades econômicas, vivem basicamente da comercialização do crustáceo e de programas do Governo Federal, como o “Bolsa Família”. A pesca artesanal, utilizada esporadicamente por três dos dez entrevistados, é realizada como atividade complementar.

Quanto a escolarização, nenhum dos interlocutores concluiu seus estudos e a maioria não chegou até a quarta série do Ensino Fundamental menor, alguns não sabem escrever seu nome. Hoje a comunidade conta com duas escolas: Escola Municipal Raimundo Martins Filho, que atende a comunidade de Bacuriteua nas séries iniciais (1º ao 5º ano), construída em 2009; e Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Prof. Maria de Nazaré César Pinheiro, fundada em janeiro de 1980, que atende a comunidade no Ensino Fundamental maior (6º ao 9º ano) e no Ensino Médio (1º ao 3º ano). Porém, em 1993 a realidade era outra, em requerimento de 6 de dezembro deste ano, o vereador Francisco das Chagas de Sousa requisitou a reativação da escola que funcionava na localidade da Pontinha e que atendia 60 crianças em idade escolar, mas que foi desativada pela gestão municipal da época (REQUERIMENTO, 1978).

Os *mariscadores* representam um grupo significativo na composição social da comunidade de Bacuriteua. Em sua maioria nasceram ali mesmo, aprenderam o ofício já na infância, alguns a partir dos 10 anos de idade, geralmente com seus pais, ajudando-os a complementar a renda familiar. Em muitas ocasiões, quando houve morte prematura ou doença de invalidez que atingia seus progenitores, alguns foram obrigados a antecipar sua ida ao trabalho deixando para trás seus estudos. Entre meus interlocutores, todos explicaram que não puderam seguir com os estudos, cursaram apenas as primeiras séries, a escola era longe, o material escolar precisava ser comprado, havia a necessidade de trabalhar, ajudar os pais ou sustentar a própria família. Assim André Tavares da Gama justificou o abandono do estudo:

Olha eu vou lhe dizer uma coisa, eu na época que tinha um professor aqui, o nome dele chamava Lourenço, ele era um professor muito interessado pra nós estudar. Só que nessa época que nós era tudo moleque, era tudo pequeno, nós não tinha ajuda de nada. Neste tempo o governo não dava ajuda pra nada, hoje em dia está dando ajuda de tudo, né? Mas de primeiro não, eles... se a gente quisesse estudar tinha que comprar um lápis, tinha que

comprar caderno, tinha que comprar livro, tinha que comprar tudo. Nessa época meu pai era velhinho mais a minha mãe, aí meus irmãos foram embora tudo, ficou só eu, que era o caçula, junto com eles, né? Quer dizer que nesse tempo eu arrumei um trabalho na praia, no Canela, aí quer dizer que para eu poder comprar esses livro, borracha, lápis, caderno, livro, eu tinha que trabalhar. Ai o professor disse pra mim: “- Mas rapaz, mais ante tu trabalhar, o teu pai não tem ganho, tua mãe não tem ganho, né? Eles não morreram de fome, é o jeito tu trabalhar pra poder sustentar eles.” Ai eu fui trabalhar. Quer dizer que aí eu ainda comecei a estudar. Nesse tempo era a cartilha de abc, depois passava para a cartilha paraense, depois passava para a primeira série. Aprendi a fazer meu nome, mas lê assim um papel, uma coisa assim eu não... não estudei mais porque na época que eu tinha que estudar eu tinha que sustentar meu pai e minha mãe, aí o professor disse pra mim: “Mas ante tu ir trabalhar! Teu pai e tua mãe não tem condição. Se não eles vão morrer de fome e tu também, e nem vai ter condição de comprar o que for preciso pra ti, tem que trabalhar, né?” (GAMA, 2014).

Reproduzi o trecho completo da entrevista, em que André Gama justifica não ter levado seu estudo adiante. Por conta das seguidas repetições que faz em sua interlocução, poderia até chamar de sua “defesa”. Percebi, “olho no olho”, sua preocupação em me justificar, utilizando-se de vários argumentos e repetindo-os várias vezes o porquê de não ter estudado. André Tavares não diria o que disse desta maneira, com estas palavras, se não fosse eu a entrevistá-lo. Usaria outras palavras se fosse entrevistado por outra pessoa (PORTELLI, 2010a), ele era ciente de que sou professor, de que estava ali realizando um estudo. Suas repetições, característica intrínseca da oralidade, pareceram uma forma de controlar a recepção e a atenção do destinatário, uma forma de corrigir lacunas e imprecisões e para que o narratário entenda perfeitamente a dramaticidade do relato (PORTELLI, 2010b). Veja-se que ele diz: “se a gente quisesse estudar tinha que comprar um lápis, tinha que comprar caderno, tinha que comprar livro, tinha que comprar tudo” e repete: “para eu poder comprar esses livro, borracha, lápis, caderno, livro, eu tinha que trabalhar”. Posteriormente, repete outras vezes a seguinte afirmativa: “aí eu fui trabalhar” ou “tem que trabalhar, né?” As variadas reiteraões têm a função de revelar a realidade dramática de um passado, que justifica os motivos que o levaram a abandonar a escola.

O interlocutor guarda em sua memória recordações do “tempo que era a cartilha do ‘ABC’, depois passava para a cartilha paraense”, tempo em que não aprendeu a ler, mas aprendeu a escrever seu próprio nome, o que para seu grupo social pode ter uma importância considerável. A fala de André Tavares parece uma autodefesa, há uma preocupação em usar um argumento avaliado por ele, diante de mim, como justo, pois pela importância que os estudos representariam para este pesquisador, somente uma causa de “vida ou morte” explicaria a história dele.

O conhecimento sobre o ofício, a formação do “profissional” (ouvi essa expressão corriqueiramente nas entrevistas, quando se autodenominavam assim) em muitos casos se dava ao acompanhar os pais, desde a infância o mariscador aprendeu as habilidades, ia logo “pegando a prática”. A interlocução de José Monteiro é exemplar nesse aspecto:

(...) desde dez anos eu trabalho... trabalhei nesse negócio de caranguejo, não tirando, acompanhava meu pai, mas sempre eu acompanhava ele pro mangal, ele levava um paneiro⁴⁰, eu levava outro e aí ele enchia aquele e de vez em quando eu atentava por ali também aprendendo a tirar o negócio do caranguejo, as vez quando ele já tava, as vez com cinco, seis caranguejo dentro do outro paneiro e aí ele acabava de encher, ele acabava de encher o paneiro, aí eu trazia um, ele trazia outro e aí nisso foi assim... e daí eu fui pegando a prática como era né e aí, depois pronto! Eu já fui pegando mermo a minha.... (SILVA, 2014).

Acompanhar o pai ao manguezal significava mais que ir tirar o caranguejo, significava um processo de aprendizagem, carregando paneiros, remando ou recolhendo o crustáceo para o paneiro que o pai deixava pelo caminho. Conquanto, era durante esse expediente que se “ganhava a prática” e tornava-se um mariscador.

A influência familiar para iniciação na profissão foi decisiva no caso de José Monteiro. Segundo ele, além do pai, outros familiares exerciam essa atividade: “eu não cheguei a conhecer bem o meu avô, sabe? Mas, os meus tios, o irmão do meu pai tudo eram trabalhador de caranguejo, tirador de caranguejo!” (SILVA, 2014). Outro exemplo de influência familiar é o caso de Benedito Alves que me contou sobre sua experiência inicial no mangue, quando aprendeu a “tirar” caranguejo com seu irmão: “eu aprendi tirar caranguejo com meu irmão, ele me convidou, eu tava numa situação muito precária (...)” (ALVES, 2010). As condições materiais de existência e a influência familiar são perpassadas por uma solidariedade de grupo, quando o irmão ajuda o outro que está em uma situação difícil ou quando o filho acompanha o pai para ajudá-lo. Situação que se aproxima da de Manoel da Paixão, que aprendeu o ofício com seu pai:

(...) eu peguei a coisa do meu pai porque eu trabalhava com ele, desde de garoto mermo de 12 anos, ele ia tirar caranguejo aí eu ia com ele, aí amarrava um paneiro, aí ia ajudar ele. E eu tirava mesmo, graças a Deus, que eu fui trabalha todo o tempo, já tou dessa idade, mas eu não gosto de tá parado. Aí tá certo, aí fui crescendo mais um pouquinho, aí eu tinha dó do meu pai, eu digo: “pai!” Ele enchia o paneiro, paneirão! Quatro amarrado no paneiro, “- eu levo o paneiro pro senhor!” “ - Não filho tu não pode!” “- Não, eu levo pai!” No que eu pejejei até que ele botou aqui no meu ombro,

⁴⁰ Cesto feito artesanalmente de talas de um vegetal chamado localmente de miriti, muito utilizado na região amazônica para armazenar pescado, mariscos, frutas ou gêneros agrícolas.

foi só uma carreira que eu dei pra beira. “- Mais rapaz tu veio correndo?” Aí pronto, ajudei bastante meu pai, quando eu tava com meus 13 anos aí eu digo, mas agora é eu mesmo, aí fazia o paneiro pra ele, pra mim também, nós entrava. Aí o dinheiro tudo era dele, quando eu queria sair pro... “- Papai me dê um dinheiro aí!” Ele me dava. Eu ajudei muito meu pai (PAIXÃO, 2011).

Outro aspecto que leva o sujeito a tornar-se um mariscador são as poucas alternativas de trabalho ou pela condição de autonomia e pelo tempo que a atividade de mariscador lhe proporcionava. “É porque não tinha outro ramo, né? Tinha outro ramo sim, mas eu, pra mim, era mais o caranguejo. Porque eu ia cedo, chegava cedo e pra mim foi muito bom a tiração do caranguejo” (PAIXÃO, 2011). Não podemos afirmar que não havia outras possibilidades de trabalho, contudo, as alternativas eram poucas, a mais comum, além de mariscador, era a de pescador, o que supõe que o sujeito poderia escolher a que atividade se dedicar, como fica claro na afirmação de Reinaldo da Silva (2014): “porque pra cá, para esse lugar, foi o único serviço que teve, se não for a pescaria, é tirar caranguejo”. A adaptação ao trabalho podia ser um dos motivos da escolha: “a pescaria pro alto mar eu achei mais ruim, já fui lá, mas *não dei não* (grifo meu), não gostei não. Não gostei mesmo de pescaria!” (DA SILVA, 2014). Durante nosso diálogo, Reinaldo também afirmou que a atividade de mariscador tem resultado mais imediato, pois ele sai de manhã sem dinheiro e retorna pela tarde com o dinheiro de seu trabalho.

Outra motivação para se tornar mariscador em Bacuriteua poderia ser a ocorrência de uma união conjugal, quando formavam família e com ela surgia a necessidade de sustento. André Gama (2014) relatou que “olhava e ia aprendendo inté que... quando procurei arranjar família eu já sabia.” Apesar de já saber o ofício, pela sua fala, só tornou-se mariscador quando arranjou família. A família, por sua vez, passa a estar diretamente relacionada à sua atividade, como podemos verificar com as percepções e decisões dos mariscadores quando são perguntados acerca das mudanças em suas atividades, provocadas pela introdução da rodovia PA-458.

2.3 “A família pode não ter o almoço, mas a janta tem!”

Ao rememorar suas experiências, os mariscadores evidenciam suas dificuldades e sua vida difícil no manguezal, especialmente as experiências vividas antes da construção da rodovia. Talvez por isso alguns a entendem como um evento positivo. Essa percepção está atrelada principalmente a três elementos básicos na vida desses sujeitos: ao tempo de trabalho,

que se modifica com a inserção da estrada; às mudanças nas formas de comercialização do produto e ao estreitamento dos laços familiares. Contudo, ao longo dos diálogos eles deixam escapar em seus discursos algumas alterações que foram prejudiciais às suas atividades, como o aumento do número de coletores, de marreteiros, a dependência do transporte, a “morte” de parte do manguezal, o desmatamento e a diminuição de caranguejos em locais tradicionais de coleta.

André Tavares da Gama tem uma leitura permeada pelos interesses relacionados à interação homem/natureza e por suas concepções de “progresso”, “civilização” e “desenvolvimento”. Estas concepções podem ser justificadas pela sua esperança de progresso econômico e pelo abrandamento das dificuldades impostas pela natureza em sua atividade cotidiana, especialmente dificuldades que interferem no seu relacionamento familiar.

(...) facilitou nós ir pra lá e trabalhar, já de tarde a gente, a gente vai de manhã quando era de tarde a gente já vinha aí de qualquer maneira seria melhor pra gente comprar os alimentos pros filhos e aí toda tarde a gente já estava aqui (...) E a produção também melhorou, aí o carro já ia, a gente, ia também já vinha, de tarde já era mais perto pra gente, facilitou muito, facilitou muito pra gente. (...) a família pode não ter o almoço, mas a janta tem. Aí facilitou pra gente mais... (GAMA, 2010)

Na interlocução as relações familiares estavam estritamente ligadas à sua atividade no mangue, ou seja, às dificuldades impostas por aquele meio natural que impunham embaraços à relação familiar. Antes da estrada, André Gama passava mais tempo no mangue, portanto, mais longe da família. Por conta disso, algumas vezes a família ficava sem o almoço, mas com a estrada, segundo ele, “seria melhor pra gente comprar os alimentos pros filhos”. Nesse ponto, “natureza + família + economia” são indissociáveis e fazem parte do momento atual da vida desses indivíduos, de modo que passado e presente se confundem.

Após o aterramento, sua alimentação melhorou e o extrativista passa ter mais tempo perto de seus familiares. Aqui, novamente, assim como no caso de seu André Gama, “família + natureza + economia” se misturam e são inseparáveis.

(...) hoje em dia não, você pega o carro aqui, amanhece dormindo na sua rede, tá entendendo? Aí você toma o seu café, pega o carro aqui na porta, cê vai lá onde está o caranguejo, vem, quando chega na beira da estrada, já tá o carro lá pra esperar pra vim embora. Quando chaga a boca da noite, cinco hora, já tá na casa dele perto da família(...) (GAMA, 2010).

André da Gama Tavares é seguro em sua convicção de melhoria das possibilidades a partir do aterramento, quando o seu deslocamento, sua produção e o estreitamento dos laços familiares são contemplados. A rodovia, segundo ele, condicionou a reelaboração de novas possibilidades e não pôs em risco sua atividade econômica, ao contrário, subsidiou um

encurtamento de distância e de tempo (**Figura 14**). Apesar de que em nenhum momento surgiram projetos que assistissem as comunidades locais próximas, atrelados à estrada, na época em que ela foi construída, estes foram beneficiados de “carona” nas circunstâncias, saíram do isolamento e elaboraram novas táticas cotidianas que viriam lhes beneficiar, aproveitando a “ocasião” (CERTEAU, 2014).



Figura 14: Mariscador retornando do mangue de bicicleta. Fonte: Oliveira, 2015.

Não podemos definir como contradição essa visão positiva de André Gama sobre a instalação da rodovia, mesmo sabendo que ele é ciente das alterações negativas provocadas sobre o manguezal, tendo em vista que é preciso levar em conta seus interesses mais imediatos, sua *concepção de natureza* e a *facilidade do acesso ao local de trabalho*, assim como, a *ampliação do espaço a ser explorado* a partir da inserção da estrada.

André Gama tem consciência de que ocorreram mudanças na oferta do produto que, segundo ele, teria ficado mais *vasqueiro*⁴¹, outrossim, não demonstra preocupação com esse fato, pois para ele “o caranguejo não se acaba”, “Deus deu aos pobres”. Assim, sua interpretação acerca da natureza o leva a não entender o fato da escassez do produto como um problema, pois acredita em uma natureza ilimitada, como criação divina.

Ficou meio difícil o caranguejo né? A gente não está dizendo que ele está se acabando assim o caranguejo, mais ele está ficando mais *vasqueiro*, não vai dizer assim que vai se acabar porque foi *Deus* que deu essa produção pros pobre né? Mas está ficando mais *vasqueiro*, aonde tinha de primeiro muito caranguejo hoje em dia não tem (GAMA, 2010).

⁴¹ Termo que pertence ao vocabulário local, significa escassez.

A percepção do passado observada nos relatos de memória dos mariscadores de caranguejo deve ser analisada criticamente, tendo em vista que “a memória [...] é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo socialmente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional” (ROUSSO, 2006, p. 94). Assim, a religião, o grupo social e a família têm importância e influenciam nas leituras dos tiradores sobre a natureza e as intervenções antrópicas naquele meio. O fato de poder ir e vir do manguezal mais rapidamente e comercializar o caranguejo de forma mais imediata, garantindo ao menos o alimento para o jantar da família, o faz compreender a construção da estrada de forma positiva. Além disso, sua crença de que Deus deu essa produção aos pobres o faz crer na infinitude dos recursos oferecidos pela natureza.

Logo, as interpretações cerceadas por esses indivíduos estão carregadas de valores ideológicos, tornando-se “memória coletiva” e constituindo elemento essencial de identidade, de percepção de si e dos outros, substratos comuns aos vários segmentos daquela sociedade (ROUSSO, 2006). Contudo, não se pode dizer que as experiências relatadas sejam compartilhadas nos mesmos termos por toda uma coletividade, ela difere na escala do indivíduo, do grupo social ou mesmo da nação.

Essa constatação corrobora com outra premissa que envolve os relatos orais, pois estes dizem respeito a influência do tempo presente nos relatos do passado, pois quando um indivíduo se propõe a falar espontaneamente do passado “[...] não falará senão do presente, com as palavras de hoje, com sua sensibilidade do momento, tendo em mente tudo quanto possa saber sobre esse passado que ele pretende recuperar [...]” (ROUSSO, 2006, p. 98). Nestes termos, é preciso considerar as circunstâncias em que seu deu esta interlocução, o meio e o tempo em que está inserido esse indivíduo e seus interesses atuais, suas concepções e história de vida.

As dificuldades do cotidiano do trabalhador do mangue são compreensíveis quando se imagina sua luta diária pela vida e o tempo disponível para o trabalho longe de seus parentes e em um espaço que os expõe, a todo momento, à perigos, desconfortos e incertezas. Quando da leitura e releitura do interlocutor acerca de sua vivência no mangue, percebe-se o destaque dado a situações difíceis nas quais, apesar de sofríveis, conseguiu sustentar toda sua família. Há nessas assertivas a reelaboração de sua identidade enquanto sujeito social atuante em um cenário de sobrevivência e dinâmica de poder complexa.

Essa criação que eu fiz, foi muito trabalho mesmo, então hoje em dia eu tenho dito por meus filhos, meus filhos naquele tempo que eu trabalhei,

lutando pra criar vocês, era uma maior dificuldade, aí eu ia pra lá, ficava pensando neles, o que estavam passando, porque muitas das vezes eu ficava comendo e ficava pensando neles, e eu pertinho não, era outra coisa, só que esses filhos eu batalhei, batalhei até... Eles foram ficando maiorzinho e me acompanhando pro mangue também né? Ai já ficaram com medo de eu ir só, e começaram me acompanhar, mas foi uma dificuldade muito grande pra criar esses filho, porque naquela época era ruim, pra ter uma pessoa, que diga assim: “olha seu André eu vou lhe ajudar pra criar esses filho!” Não! (GAMA, 2010).

Os fatos ocorridos e aqueles que ficam nas reminiscências da memória são responsáveis pela elaboração de identidades sociais (POLLAK, 1992). Em consonância com essa afirmação, penso que os extrativistas de caranguejo rememoram aspectos de dificuldade para enfatizar que foi nessas condições que conseguiram sustentar sua família, como demonstra o relato a seguir:

A minha família foi criada desse trabalho! É, acho que dava pra deixar o pão de cada dia, tinha situação que a gente tirava o dinheiro pra pagar outra coisa, falhava, mas a gente dava um jeitinho, dava para manter a comida, sempre deu! Graças a Deus! Agora a família passa bem, ir num arraial, num divertimento não dava, mas sobre um passadio⁴² dava. As vezes tinha dia que a gente passava com ovo, mas a gente ia passando (ALVES, 2010).

As dificuldades relatadas são inúmeras e demonstram que mesmo com a rodovia as condições materiais de existência entre os mariscadores de caranguejo não tiveram mudanças drásticas. Apesar de verem a rodovia como uma intervenção positiva, a desvalorização do produto e da atividade, a dependência de fatores novos que surgiram a partir disso mantiveram os extrativistas em situação social e econômica desfavorável, impondo-lhes uma vida “difícil” para sustentar seus familiares. Quando André Tavares se esforça em enfatizar as dificuldades, repetindo a expressão “naquele tempo” ou “naquela época”, tem a intenção de exaltar sua história, destacar o contexto desfavorável em que viveu e que mesmo sob estas condições tirou do “mangal” o sustento da família.

2.4 “O mangal é pra todo mundo”

“Entrar no mangue” não é uma ação qualquer, depende de um conjunto de condições ditadas pela experiência e por conhecimentos proferidos por linguagem peculiar que varia de

⁴² O “passadio” significa manter a existência, conseguir passar os dias se alimentando.

região para região e em temporalidades distintas. Determinar como e onde se deve entrar para iniciar a coleta, vagar por meio da floresta de mangue, saber onde há buracos para enfiar o braço e capturar o caranguejo, voltar ao local onde iniciou a coleta e onde o carro ou a canoa aguarda para retornar para casa requer habilidades e conhecimentos adquiridos nas lides de anos de manguezal.

O uso de todo espaço, incluindo o manguezal, é marcado por construções culturais nas quais se atribuem a ele significados e valores específicos e que se modificam com o tempo e com as alterações no ambiente. A frequência com que é usado por homens que retiram do ecossistema seu sustento resulta na valoração e criação de significados inerentes a seu uso específico, condicionado pelo tipo de estabelecimento da relação homem/natureza. Nestes termos, “[...] não há espaço produzido que não o seja através da cultura dos grupos que o constituem [...]” (HAESBAERT, 2008, p. 396).

Nesse sentido, podemos avaliar alguns significados que o espaço do mangue adquiriu ao longo das relações que o extrativista estabeleceu com ele. Essa posse, condicionada pela valoração, está relacionada diretamente com a questão da territorialidade. As relações sociais de apropriação da área de trabalho são complexas e o manguezal se apresenta dicotomicamente livre e privado. Do Vale Oliveira (2013), quando perguntou aos tiradores a quem pertencia o mangue, a resposta padrão foi que ele era “de todo mundo”. Contudo, ao perguntar como se fazia para dividir a área a ser explorada responderam que o mangue era “de quem chegasse primeiro”. A mudança de percepção “de todo mundo” para “de quem chegasse primeiro”, segundo Do Vale Oliveira (2013), se deu após a construção da PA-458, tendo em vista que a expressão “*o manguezal é de todo mundo*” carrega a ideia de partilha e de igualdade, diferente da fala de que *o manguezal é de quem chegar primeiro* que traz a concepção de competição, de disputa e de privatização, mesmo temporária, de uma determinada área” (DO VALE OLIVEIRA, 2013). Nestes termos, o relato de André Gama é exemplar quando analisa que a disputa pelos caranguejos dependia da sua habilidade e levando em conta que é possível considerar a existência de locais mais ou menos explorados, é possível pensar em um conflito pelos maiores caranguejos ou por espaços onde havia abundância do crustáceo. Para André Gama (2010) “[...] aquele um que fosse mais ligeiro tirava mais, o que era mais parado tirava pouco.”

Durante as entrevistas fiz perguntas sobre possíveis conflitos por territórios de coleta. Todos os interlocutores negaram conhecer qualquer conflito, porém ele ficou claro, mesmo que de forma implícita, em um diálogo com André Gama, quando tratávamos da captura do caranguejo fêmea. Afirmou ele:

Não tira porque a condurua (fêmea) quando vem... a condurua é quando o caranguejo está perdido, que se diz, né? Os colonheiros⁴³ de fora que vem, e aí o que eles agarrem eles vão levando, é macho, é fêmea, é tudo! Então quer dizer que aquela fêmea vai fazer falta. Já os caranguejeiros que são profissional, que nem eu, que nem meus filhos são, não pega nenhuma, por que sabe que elas produz. Eles só trazem macho, fêmea não (GAMA, 2014).

Sua insatisfação contra os indivíduos que capturam as fêmeas não se justifica apenas por essa atitude, mas também porque são pessoas de outras “colônias” que vão ao “seu” manguezal coletar caranguejo. Ao se classificar enquanto profissional, desqualifica o outro, o de fora. É importante lembrar que durante minhas visitas àquela comunidade, inclusive em época do defeso, presenciei sujeitos nativos de Bacuriteua comercializando fêmeas que haviam capturado, o que é estritamente proibido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e contradiz a afirmativa de André Gama. Sobre esse esquecimento posso inferir que, de acordo com Le Goff (2003), trata-se de uma das características de manipulação consciente ou inconsciente da memória, tanto coletiva quanto individual, movida por interesses, afetividade, desejo, inibição ou censura.

Mesmo diante desse conflito a concepção de que o manguezal é de todos é o principal argumento de muitos mariscadores, tal qual André Tavares da Gama, que ao ser perguntado a respeito de procedimentos de preservação sua resposta foi imediata e logo se preocupou em afirmar que não poderia haver proibição, pois o mangal era de todo mundo:

Não, não pode proibir, que você quer dizer. Não, não pode porque *o mangal é pra todo mundo né?* (grifo meu). Não pode dizer assim: “esse aqui é meu!” “Esse aqui é do seu fulano!” Não! Todos nós vamos pra lá pra trabalhar *porque ninguém é dono* (grifo meu), só Deus mesmo que é dono né? Todos nós vamos lá para trabalhar, se tiver a produção nós tira mesmo! (GAMA, 2014).

Em relação a esse mesmo tema, a interlocução de José da Silva é elucidativa, e reforça a concepção comum entre os mariscadores de que o mangue “é de todo mundo”.

Não! *É de todo mundo!* (grifo meu) É de todo mundo porque quando a pessoa entra aí um vai pra um lado e o outro vai pra outro, ele não fica assim um perto do outro, fica perto do outro quando fica pertinho os lavado⁴⁴ né, quer dizer os lavados grande assim que é afastado o raizame um do outro, aí um fica pra lá outro fica pra cá e tem outros que já vai lá fica pra frente e é assim, não tem um... a área certa pra ele manobrar ali (SILVA, 2014).

⁴³ André Gama, ao usar a expressão “colonheiros” se referia aos moradores de outras localidades, como da comunidade do Treme ou de Caratateua, vilas pertencentes ao município de Bragança.

⁴⁴ Os “lavados” são as regiões no mangue onde há mais caranguejos, locais lavados pela maré, o que torna a argila do mangue mais mole e mais fácil para os caranguejos cavarem suas tocas.

Assim como há concepções de espaço que são necessárias para a apropriação do manguezal, o tempo do manguezal também é peculiar e as comunidades que dependem do mangue o conhecem profundamente e vivem em interação com suas determinações. Ir ao mangue requer respeito ao tempo da natureza, conhecimento sobre a enchente e a vazante da maré, a entrada e saída da lua, a época da reprodução e da troca do “casco” do caranguejo. Indagado sobre a época da safra do caranguejo, André Tavares Gama assinalou:

É do mês de janeiro em diante! (...) Até mês de setembro! O mês de setembro, outubro, dezembro é tudo caranguejo novo que nem agora, nesse tempo agora. Está saindo só caranguejo novo, ainda não está gordo. Vai estar gordo agora, no mês de março em diante, é que é o caranguejo velho que a gente chama (GAMA, 2014).

A idade do caranguejo é conhecida pelo tempo, assim como a nutrição do animal, sabe-se quando ele é “novo” ou “velho”, quando está “gordo” ou “magro”, de acordo com a época. Em conversa informal com mariscadores, ouvi que o caranguejo está gordo nos meses que não tem a letra “r”, ou seja, maio, junho, julho e agosto. O conhecimento dos ciclos de reprodução é codificado a partir de elementos comunicativos que eles dispõem. Não tendo o conhecimento científico sistematizado e seus nomes complexos eles se utilizam dos elementos culturais e percepções que estão ao seu alcance, como o calendário e seu próprio vocabulário.

O tempo de trabalho no manguezal depende igualmente do tempo da natureza, da enchente da maré e da claridade oferecida pela luz do sol. Grosso modo, os mariscadores frequentam o manguezal pela parte da manhã, quando há boa visibilidade para aproveitar a luz do sol e coletar o máximo possível. Voltam no final da tarde, conforme relatou André Tavares da Gama (2014): “Agora neste tempo, sete hora a gente sai daqui né. Aí quando chega lá oito hora pras nove a gente já está entrando no mangal.” Reinaldo da Silva (2010), por sua vez, informou que “se a gente entrar oito horas do dia a gente vai sair duas, três, quatro horas da tarde vamos supor, aí quer dizer que a gente tá gastando seis horas de serviço.”



Figura 15: Reinaldo da Silva (à esquerda) e Pedro Paulo da Silva (à direita) fazendo sua refeição (manga, farinha, sardinha e carne enlatadas e camarão) às 7h da manhã, na pequena embarcação, antes de entrar no manguezal. Fonte: Oliveira, 2014.

José Monteiro da Silva (2014) reforçou essa regra entre os mariscadores, ao relatar que:

É amanhecer o dia, passou das seis horas, das sete horas, o dado do pessoal está mesmo dentro do serviço é das oito horas, quando é uma hora, duas hora o pessoal já tá fora já, já tão vendendo a produção deles. (...), é dia e a pessoa tem que aproveitar aquele horário, aquela hora. (...) Dá caranguejo, mas a gente não tira de noite, porque de noite é mais arriscado, a gente não enxerga, já tá escuro e é ruim! É ruim de noite!

Em relação ao horário diurno, é unânime entre os tiradores que entrevistei, além daqueles com quem tive apenas conversas informais, que não se “arriscam” a trabalhar à noite. Para eles, a escuridão da noite é o principal empecilho, tendo em vista a dificuldade de coleta e os perigos que o mangue pode lhes oferecer. Para além dos perigos materiais, haveria o perigo do sobrenatural, como o encantado Athayde e o (a) Curupira, que serão abordados no terceiro capítulo.

Os resultados de experiências levaram os mariscadores a modificar alguns costumes em sua atividade, especialmente no que se refere à vestimenta e aos instrumentos que passaram a utilizar em sua labuta. Muitos caranguejeiros relataram que era comum ir “nu” ao manguezal, contudo, de uns tempos para cá passaram a utilizar roupas específicas, a fim de proteger-se contra os “perigos” e “pragas” do mangue. Uma estratégia comum contra insetos, além do óleo diesel e das roupas que possam cobrir seus corpos, é o consumo de cigarros de “porronca”, como chamam o cigarro artesanal feito de tabaco. Quanto a essas estratégias de vivência contra as agruras do mangue, Benedito Faustino Alves (2010) afirmou:

É eu acho assim, das várias experiências que a gente têm, muito tempo né, conhecimento que a gente tem dos colegas que trabalham nessa vida, a gente vai alegre, vai conversando, leva um duelozinho⁴⁵, vai contando aquelas prosas e lá no igarapé a gente seca, se que a gente vai merendar, é, remendar a luva, é remendar sapato, é fica tudo só pra má hora lá dentro do mangal e aí a gente tira a roupa, a roupa da gente que a gente vai limpa, bota a do mangal que é. Hoje a gente ta trabalhando de calça comprida, camisa manga comprida, sapato e a luva, aí a gente tira a roupa limpa veste a suja, a do mangal, é calça o sapato, bota a luva no braço é aí que a gente vai tirar caranguejo, tens uns cigarros, é 95% dos tirador de caranguejo tudo fuma um porroncão, a diária de um tirador de caranguejo é 4 cigarros grandes, ele faz aquele porroncão, ele fumando e vai tirar caranguejo.

A experiência, aspecto importante da territorialidade, é indispensável para a sobrevivência. Mesmo dispondo de poucos recursos o trabalhador “fabrica” instrumentos e cria “táticas” para se proteger e amenizar as dificuldades. Campos afirma que “essas ferramentas devem ser compreendidas como lógicas que forjam a conquista do quadro geográfico apresentado aos homens. São nessas trincheiras que se vislumbram como a história é elaborada” (2012, p. 391). Seus equipamentos improvisados são fabricados artesanalmente, nos moldes de uma “arte de fazer” (Certeau, 2014), como “bricolagens”, com retalhos de tecido reaproveitado, pedaços de pneus de carro, camisas de manga comprida, calças jeans usadas, geralmente doadas; papéis de embrulho, óleo diesel, luvas, feitas à mão, conforme se pode observar abaixo (**Figura 17 e Figura 16**).



Figura 17: Sapato do mariscador Reinaldo da Silva. Fonte: Oliveira, 2014.



Figura 16: Luva do mariscador Reinaldo da Silva. Fonte: Oliveira, 2014.

⁴⁵ Ao usar a expressão “duelozinho”, se referiam a uma marca de cachaça (Duelo), bebida alcóolica de baixo valor e comumente consumida por mariscadores durante a atividade.

Para Certeau “essas ‘maneiras de fazer’ constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” (2014, p. 41). Guardando a diferença das circunstâncias, ao me deparar com os objetos “fabricados” pelos mariscadores foi inevitável a comparação com o exemplo da sucata proposto por Certeau para demonstrar modelos operatórios da cultura popular. Para este autor, o indivíduo que “trabalha com sucata” reintroduz no espaço industrial as táticas “populares” de outrora ou de outros espaços. Mesmo não promovendo uma resistência à indústria do setor de roupas ou calçados diretamente, as “maneiras de fazer” dos mariscadores, a criatividade, o reaproveitamento, os auxiliam a superar as estratégias do ecossistema e criam táticas no seu interior, prática cotidiana que constitui um modelo operatório da cultura popular evidenciado por Certeau.

As estratégias para enfrentar as mazelas inerentes ao manguezal são elaboradas e reelaboradas de acordo com as necessidades, interesses, desejos, por isso há infinitas formas; o sujeito que atua em seu local de trabalho pontua códigos de uso do espaço em que se relacionam inventando e reinventando o que Campos (2012, p. 391) categoriza como “dinâmicas socioculturais na natureza”.

O “gancho”⁴⁶, instrumento utilizado para capturar o caranguejo “no tempo que ele tá fundo demais” e o braço do tirador não o alcança, é outro instrumento “fabricado” pelos mariscadores com objetos reaproveitados, segundo explicou André Tavares (2014).

Além desse método, há outras estratégias de captura nessa atividade, a mais comum em Bragança é a mais tradicional, “o braço” (**Figura 18**), que consiste em enfiar o braço no buraco e capturar o caranguejo com as mãos. Apesar de aparentemente simples, a estratégia requer muita habilidade para não ser ferido por uma das patas cortantes do caranguejo ou para não destruí-lo antes de chegar à superfície arrancando-lhes as patas. Maneschy (1993b) identificou outros métodos de captura em São Caetano de Odivelas, como a “tapa”, o “gancho” e o “laço”⁴⁷, porém, em Bacuriteua, não é comum a utilização do “laço” e da “tapa”. José da Silva (2014) relatou uma experiência pessoal que teve ao ir durante sua juventude no interior do Ceará, quando lhe apresentaram o laço. Segundo ele foi lá que conheceu esse método, mas que não o adotaria, pois o mesmo iria acabar com o caranguejo, tendo em vista que a grande quantidade de laços usados seria prejudicial à preservação da espécie.

⁴⁶ Ferramenta para capturar o caranguejo em buracos mais fundos, é feita com uma vara de madeira e um gancho de ferro amarrado na ponta.

⁴⁷ De acordo com Maneschy (1993b) a técnica da “Tapa” consistia em um método dividido em duas etapas: primeiro se tapavam as “tocas” dos caranguejos, assim eles iriam até a superfície em busca de ar e aí se iniciava a segunda etapa, quando os mariscadores aproveitavam a ida dos caranguejos até a superfície para capturá-los. O “laço” consistia em prender barbantes na entrada das “tocas” e esperar os caranguejos ficarem presos a eles para finalmente capturá-los.



Figura 18: Reinaldo Tavares utilizando o método do “braço” para capturar o caranguejo. Fonte: Oliveira, 2014.

André Gama e José Silva fizeram questão de mostrar seus antigos instrumentos de trabalho (**Figura 19** e **Figura 20**, respectivamente). O primeiro, mesmo não podendo mais trabalhar, guarda com muito cuidado seu instrumento. Ficou claro em seu semblante o saudosismo ao me mostrar o objeto, inclusive fazendo questão de ser fotografado portando o gancho “igual como carregava quando ia ao mangue”. O saudosismo foi o mesmo quando José Silva pediu para mostrar seu instrumento de trabalho que, mesmo não exercendo mais a atividade, é guardado com cuidado. Ele me explicou que, sempre que possível, vai ao manguezal tirar caranguejo para se alimentar, contudo, não o faz periodicamente, por não ter mais condição física para isso.



Figura 19: André Tavares da Gama com o seu gancho. Fonte: Oliveira, 2013.



Figura 20: José da Silva com o gancho. Fonte: Oliveira, 2013.

As dificuldades expostas não surpreendiam menos que os conhecimentos ecológicos daqueles sujeitos, que são marcas dessa territorialidade. Em um manguezal de grandes dimensões eles se direcionavam aos locais exatos, onde sabiam que a produção poderia ser maior, conforme relatou José Monteiro da Silva:

É que a gente chega na paragem a gente já sabe logo, quando tem o caranguejo os buraco tá... tá picando de buraco. É! É buraco de todo tamanho, aí ele vai escolhendo o tamanho do buraco que ele vai meter o braço ali. E agora tem paragem que você chega num lavado e você vê só um buraquinho aqui, outro lá culá, outro pra culá, aí já compassado. Mas tem pedaço que você dá que o bicho ta picado, aí o cara vai... o que o braço arcança (SILVA, 2014).

O fato de a paragem estar “picada” de buraco é sinal de que na região há muitos caranguejos. Ao contrário, a ausência representa a escassez do animal. Prática comum entre os extrativistas para preservar os caranguejos é evitar as “conduruas”⁴⁸: meteu o braço e “viu” que é uma “condurua”, eles não capturam. Apenas ao tocar no animal eles conseguem identificar se é macho ou fêmea. Segundo José da Silva (2014):

⁴⁸ “Condurua” é o nome usado pelos mariscadores para se referir ao caranguejo fêmea.

A fêmea! Essa a gente não mexe com ela, muitos não mexem com ela, meteu o braço no buraco que já conheceu que é ela, que agarra ela lá no fundo, aquele caranguejo, o pessoal já sabe que ela é uma condurua! Já conhece já pelo agarrar lá no fundo e já o caranguejo também é conhecido. Topou nele lá no fundo, o cara já conhece ele, que é (...) Por causa do dedo, o dedo dela é muita fininha, o dedo dela, sabe? Mas curtinho de que o do caranguejo.

O tamanho das patas do animal é um dos sinais que leva o mariscador a reconhecer se é macho ou fêmea, apenas com o tato eles conseguem “enxergar” o sexo do animal. Essa interpretação acerca da natureza está assentada em uma “cultura” oral, que deriva dos usos habituais daquela sociedade. De acordo com a perspectiva de Clifford Geertz (2008), essa cultura é forjada por construções simbólicas e seus significados estão contidos num conjunto de símbolos compartilhados. Dentro desse conceito semiótico, há um compartilhamento de ideias, a “teia de significados”, amarradas coletivamente. As construções simbólicas na vila de Bacuriteua estão relacionadas às suas experiências sociais e com a natureza e geralmente são compartilhadas dentro de um conjunto de símbolos e ideias criados por eles mesmos.

2.5 O caranguejo ficou mais vasqueiro!

Quando perguntado sobre as mudanças no manguezal após a inserção da estrada, André Tavares da Gama afirmou que o caranguejo ficou mais “vasqueiro”, por conta do aumento do número de tiradores na área, facilitado pela rodovia. Essa percepção foi unânime entre os interlocutores, a facilidade de acesso, especialmente de marreteiros, fez aumentar a pressão sobre a demanda do produto e o grande número de jovens desempregados e sem estudo, em condições econômicas complicadas, engrossaram as fileiras rumo ao manguezal onde a recompensa financeira, mesmo não sendo alta, era imediata. Porém, eles perceberam que as alterações ocasionadas pela estrada no ecossistema foram igualmente responsáveis pelo desaparecimento de um número considerável de crustáceos às margens da estrada e da “morte” de parte do manguezal.

Olha, na época que eu trabalhava, estes manguezal aí pra banda da beira da estrada era tudo vivo, sabe? Depois que essa estrada foi formada, que foi atolado o manguezal com a estrada, teve parte que morreu muito. E aqui nessa beira da estrada tem muita paragem que morreu né? (GAMA, 2014).

Concomitante às novas possibilidades enfatizadas pelos coletores, como a possibilidade de utilizar meios de transporte como carro e bicicleta, surgiram outros problemas para a atividade, tais como a necessidade de ir às paragens mais distantes para obter produção satisfatória, pois o aumento do número de coletores ocasionado pela facilidade de acesso e a “morte” de parte do manguezal (**Figura 21**) tornaram o caranguejo mais escasso nas regiões mais próximas, surgindo a necessidade de ir mais longe.



Figura 21: Área de manguezal, as margens da PA-458, atingida pelo aterramento. Fonte: Oliveira, 2014

Assim, ao analisar as mudanças André Gama enfatiza o aumento de coletores no mangue como um dos fatores responsáveis pela escassez do caranguejo em algumas áreas, especialmente nas proximidades da estrada:

É porque naquele tempo tinha pouca gente que trabalhava na produção, tiração do caranguejo, hoje em dia não é muita gente, muita gente, quer dizer... fica difícil, porque muita gente tira, naquele tempo mais ou menos era umas vinte pessoas que trabalhavam, hoje está numa base de umas quinze mil pessoas. Naquele tempo aqui no Bacuriteua não tinha tirador, no Caratateua também não tinha, era só pescador, pescava só de rede na maré, pegando peixe, hoje em dia no Caratateua é só tirador de caranguejo, hoje em dia aqui no Bacuriteua tem muito tirador, né? (GAMA, 2010).

O aumento da demanda pelo animal ficou claro também em sua fala, ao lembrar da quantidade de crustáceos que saem de Bragança para outros municípios, para atender as pressões do mercado, após a construção da estrada.

Se ficasse era bom, não tem como sair essa produção que é muito, mais ou menos eu tô botando assim, que sai de caranguejo daqui, só aqui de nossa

redondeza aqui, mais ou menos sai uns dez mil caranguejos por dia, porque é muita gente trabalhando e fora os ciclistas⁴⁹, é! Sai muito caranguejo! (GAMA, 2010).

O aumento da área de exploração foi uma nova possibilidade forjada pela estrada, o que, paradoxalmente, é comemorado pelos mariscadores. Digo paradoxalmente porque essa nova possibilidade os coloca em dependência do transporte, que geralmente é alugado e acarreta mais despesas ao extrativista. Com a rodovia ele pode ir mais longe, até lugares ainda não explorados e que lhe proporcionam uma produção mais satisfatória. Essa mudança é vista como positiva pelo extrativista, na medida em que a concorrência, ocasionada pela mesma rodovia, teria diminuído o número de crustáceos em regiões tradicionalmente exploradas, mas a rodovia proporcionou novas “possibilidades”.

(...) agora a gente vai mais longe, tem paragem que dá mais ou menos quase 2 Km de distância da estrada pra dentro, porque está mais fácil o caranguejo pra bando de lá, já aqui na beira da estrada está mais difícil, porque tem muito consumidor, aí o caranguejo ficou mais difícil e está ficando mais vasqueiro, ele talvez não se acabe, mas dizer que ele ficou mais vasqueiro, ele fica (GAMA, 2010).

Benedito Faustino da Silva Alves (2010) interpreta a construção da estrada como sinônimo de desenvolvimento, por favorecer o homem, aumentando a possibilidade de deslocamento e de exploração. Segundo ele

(...) pelo desenvolvimento ela foi boa, vamos dizer assim, sobre o favorecimento das pessoas, porque se não tivesse a estrada eles tira caranguejo, na canoa e secando nas cabeceiras, e, se torna uma dificuldade maior né? Como tem a estrada, ela, o cara vai de ônibus a pessoa vai de ônibus, e, só torna mais fácil, mais pela condução dele mais se torna mais difícil pela dificuldade que ela vêm por causa que ela fica mais explorada né! Coó é estrada ele vai de ônibus, ele vai mais longe, ele explora muito.

Ir “de ônibus” e “ir mais longe” são sinônimos de melhoria e desenvolvimento para os mariscadores (**Figura 22**). Não só o automóvel, mas também a bicicleta representam “novas

⁴⁹ Os ciclistas, segundo seu André, são os tiradores que usam como meio de transporte, para ir ao mangue, suas bicicletas. Em conversas informais com os mariscadores concluímos que não há apenas um tipo de transporte para ir ao mangue. Com a construção da estrada surgiram novas possibilidades, além dos barcos e canoas, que persistiram mesmo com a rodovia, agora podem ir também de carro particular, ônibus que faz linha para a praia ou de bicicleta. A escolha do transporte varia, especialmente, de acordo com o local escolhido para a coleta.

possibilidades” surgidas com a rodovia, condições que outrora não estavam disponíveis, mas que agora os colocam em condições de “explorar muito”, ou seja, aumentar a produção.



Figura 22: Mariscador esperando ônibus no final da tarde. Fonte: Oliveira, 2014.

Ao mesmo tempo em que exalta as novas possibilidades, Benedito Alves alerta para um problema quando afirma que surge uma “dificuldade”, o aumento da exploração do mangue, por conta da facilidade do acesso. A interlocução de Reinaldo da Silva (2014) vai mais longe, alerta para o aumento da extração de madeira e da “morte” do mangue ocasionada pela construção da estrada:

Só tem uma coisa que nós, tirador de caranguejo, acha ruim: é sobre uns curraleiro⁵⁰ que vão tirar pau do mangal, eles derrubam o mangal todinho e onde se tira pau acaba o mangal, não se cria mais. Eu conversando com os meus amigos, eu já fiz foi dizer pra eles que daqui com um ano, dois anos a gente não encontra mais caranguejo (...). Por onde passou a estrada existia caranguejo né?, aonde pegou os aterros, ali que a água ficou presa, matou o mangue, aí tem muitas áreas, aí já viram seco, aí o caranguejo cada vez ficou mais longe e agora, que é muita gente, está ficando é mais difícil.

O fácil acesso e a grande utilidade das árvores típicas do manguezal aumentaram a exploração desse recurso, o que, pela percepção de Reinaldo da Silva (2014) trouxe implicações desfavoráveis para a manutenção de caranguejos nas regiões desmatadas e

⁵⁰ Curraleiro, para Faustino Alves, são os fazedores de “curral”, armadilha artesanal de pesca muito comum na região. São feitos cercados dentro da maré que, quando cheia, permite a entrada dos peixes. Com a maré baixa eles ficam impossibilitados de sair e nesse momento os pescadores fazem a captura do pescado.

consequentemente para a sua atividade, “o caranguejo cada vez ficou mais longe e agora [...] está ficando é mais difícil”.

José Monteiro da Silva (2014) destaca também o aumento do desmatamento como consequência negativa da rodovia e atribui a esse fato a escassez do caranguejo em algumas paragens. Segundo ele, o caranguejo se alimenta das folhas e se elas são cortadas, não tem mais caranguejo:

É tem muita mudança no mangue... manguezal por causa que é.. é sob o... os paus, né? Pessoal tira muito pau e o caranguejo ele depende dos pau, das folha, que ele come folha, né? Então eles tiram muito pau e aí... adonde eles tiram aquele pau desaparece o caranguejo, porque não tem o que ele comer, aí ele já vai pra outro setor, pra outro lado e é a única defeito que tem é aí nessa estrada é isso.

Por outro lado, uma das justificativas dos coletores para a avaliação positiva do empreendimento rodoviário se baseava nas mudanças relativas ao tempo no manguezal. No entanto, mesmo com a estrada os tiradores chegam a ficar dois dias ou até uma semana no manguezal para poder pagar suas despesas em casa ou mesmo evitar gastos com o transporte:

(...) ele fica dormindo lá (mangue)⁵¹ para facilitar o dinheiro do transporte, sabe porque, ele vindo aqui e voltando aí tem que ter dinheiro para pagar ida e vinda e aí ele fica lá já facilita o negócio do trampo, e também a produção, porque aí ele já tira mais né, ele chega aqui, enquanto pra lá ele tá tirando lá, aí já aumenta mais a produção (GOMES DA GAMA, 2010).

As mudanças na natureza não significaram mudanças substanciais, especialmente no que diz respeito à condição social do mariscador. A renda dos extrativistas na época em que a falta de alternativas de comercialização era um problema não difere da renda atual, se levarmos em conta a memória de André Tavares da Gama quando faz a analogia entre presente e passado.

Eu acho assim que... o caranguejo naquele tempo, a gente tirava, vendia e dava, parecia um pouco, era mais barato né? Mas a gente comprava tudo o que fosse preciso pra casa. Meus filhos, eu criei oito filhos, mas em casa nunca faltou nada, era pobre sim como eu sou mesmo, mas o pouco que dava, o pouco que a gente fazia que dava pra comprar as coisas e era também tudo mais barato né? (...) Hoje não, hoje a gente, um caranguejinho de nada dá um dinheirão, mas se torna em nada porque tudo é caro! Tudo é

⁵¹ Quando vão passar a noite no manguezal os mariscadores geralmente dormem nas canoas ou nos ranchos, pequenas cabanas construídas de madeira e cobertas de palha de coco.

caro hoje em dia! É caro, a gente pega cinquenta reais, vai pra banda dali... olha onti: eu foi comprar um peixe aí, e quando eu pensei que não o homem me disse que era quarenta e pouco reais, só um peixinho, quer dizer que aí cinquenta reais não valeu mais a pena (GAMA, 2014).

O passado e o presente se confundem na interlocução de André Gama. Sua condição social não teria alterado, “era pobre como hoje”, mas mostra-se nostálgico do passado, onde “comprava tudo o que fosse preciso para casa”, pois havia muito caranguejo. Hoje em dia “um caranguejinho de nada dá um dinheirão”, contudo, além da escassez do caranguejo, “tudo é caro hoje em dia”. Assim, sua condição não mudou. Mas, precisamos pensar nas mudanças e percepções sobre passado e presente para o interlocutor. O que seria no passado o “tudo o que fosse preciso para casa”? É preciso levar em conta que suas necessidades atualmente são outras e ele dispõe de outros produtos materiais e serviços que não eram disponíveis no passado. Observei que o mariscador dispõe em sua casa de energia elétrica, aparelho de DVD, de televisão, de som, utiliza celular, utiliza o transporte público para ir à cidade, bens e serviços inexistentes outrora e que hoje podem ser encarados como indispensáveis e lhe trazem novas despesas.

As consequências da construção da PA-458 se converteram em verdadeiros paradoxos para esses sujeitos. Se, por um lado, ela proporcionou mais conforto e praticidade devido a diminuição do tempo de deslocamento ao local de trabalho e possibilitou ampliar o espaço de produção, por outro, aumentou a pressão pela demanda do produto, acabou com os caranguejos próximos à estrada, fazendo com que mesmo indo de ônibus o mariscador necessite de barco ou canoa para ir a lugares mais distantes e encontrar uma quantidade suficiente de caranguejo para comercializar.

O caranguejo, nesse contexto, ficou mais “vasqueiro”, devido a “morte” do mangue às margens da estrada e às fortes pressões do mercado, que inseriu nesse cenário outro sujeito, o marreteiro, elemento extremamente importante para compreender as mudanças ocorridas após a implantação da rodovia.

2.6 O mariscador e o “patrão”

Outra possibilidade engendrada pela rodovia diz respeito às mudanças nos procedimentos de comercialização, graças à facilidade da venda do produto, por conta do aumento do número de marreteiros⁵² nas margens da estrada. Estes se beneficiaram do

⁵² Identificamos o marreteiro, reconhecido em alguns casos como “patrão”, como o sujeito que compra o caranguejo dos mariscadores e revende nas feiras, ou para outros marreteiros ou para feirantes de outras cidades.

precário sistema de transporte público e das desvantagens a que está submetido o mariscador, empreendendo um comércio desigual que os faz acumular capital enquanto o coletor consegue apenas reproduzir sua existência. Por outro lado, apesar das reclamações de alguns mariscadores contra a presença de marreteiros, eles entendem a presença destes como fundamental para a economia extrativista local, pois estafados pelo trabalho pesado no manguezal e sem ter como levar seu produto para serem comercializados na cidade, veem no marreteiro figura indispensável para manter sua atividade.

Ao lembrar das dificuldades de seu ofício antes da estrada Orivaldo Tavares da Silva (2010) recorda que seu pai partia de canoa e levava um dia para chegar ao local da coleta e ainda passava uma semana no manguezal para trazer caranguejo suficiente e, por fim, ele mesmo tinha que vendê-lo na feira:

Ah! Melhorou muito, melhorou uns trinta por cento porque antigamente essa safra de pescar, tirar caranguejo, meu pai, nesse tempo eu ainda não ia, era pequeno, mas eu me lembro, né? Meu pai com os colegas dele iam tirar caranguejo pescar, pegava as canoas, a gente tinha canoa, pegava daqui, por exemplo, ele saía daqui na segunda-feira pela parte numa hora dessa da manhã né? Ele saía daqui aí quando chegava lá onde era o caranguejo, era a noite, por lado de umas onze horas, meia noite. Aí, quando era de manhã ele tirava o caranguejo, aí tirava manhã, depois da manhã e quinta, né? Tirava quinta e sexta, quando era a noite saía de lá pra sábado de manhã tá aqui em Bragança vendendo (...).

O passado é visto como um tempo de dificuldades, quando não havia a possibilidade de comercializar facilmente seu produto. Assim, parece não haver nostalgia em relação ao passado. “Antigamente”, o mariscador dedicava uma semana para sua atividade, passava um dia inteiro para chegar ao local de coleta, dormia na canoa, se alimentava mal e ainda necessitava, ele próprio, comercializar o caranguejo na cidade, o que acarretava outra dificuldade, pois a cidade é longe da comunidade em que ele morava. Ao contrário da nostalgia do passado que Raymond Williams (2011b) identificou na literatura inglesa, onde se recuava no tempo para criticar o presente e encontrar um tempo “melhor” ou mais “feliz”, em uma perspectiva histórica que ele chamou de “escada rolante”, isso não ocorre com a memória dos mariscadores de Bacuriteua, que lembram do passado como um tempo difícil em muitos aspectos, especialmente em relação a sua atividade que, ao menos em relação ao tempo, de

Há casos em que o marreteiro adianta dinheiro aos mariscadores, criando uma dependência por conta da dívida entre esses sujeitos.

acordo com suas percepções, foi beneficiada com a introdução da rodovia e outras transformações que ocorreram no transcorrer dos anos.

Do total de 723 coletores cadastrados na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçú, originários de 21 comunidades, aproximadamente 92% deles não detêm o domínio do processo de comercialização (DOMINGUES, 2008). A natureza de sua atividade, além das novas condições ocasionadas pela estrada, os submete à dependência de “marreteiros”, uma vez que os tiradores de caranguejo despendem grande parte do dia na captura e, deste modo, resta-lhes pouco tempo para a comercialização. Assim, as condições estafantes, somadas à longa jornada de trabalho, limita sua disponibilidade para a comercialização (DOMINGUES, 2008). Em que pese as “facilidades” advindas da construção da estrada, a dependência do atravessador evidenciaria, portanto, um aspecto negativo da abertura rodoviária.

Estudos como os de Maneschy (1993a; 1993b) e Domingues (2008) ressaltam que a pressão comercial sobre a captura do caranguejo na região do salgado se intensificou a partir da década de 1970⁵³ e uma das explicações para o fato é a expansão rodoviária, no caso de Bragança temos a BR-308 (Capanema-Bragança) e a PA-458. Antes disso a figura do marreteiro já existia, mas o número era inexpressivo em relação a quantidade deles após a estrada, sobretudo nos finais de semana, como aponta André Tavares Gama:

...a gente ia assim de canoa, porque quando não tinha essa estrada a gente ia em canoa, chegava lá em baixo, a gente passava três dia, quatro dia, trabalhando lá pra poder vir, pra poder vender lá em Bragança, ai nessa época não tinha quase marreteiro, a gente tinha que ir lá em Bragança vender, agora não! Marreteiro, a gente tá tirando o caranguejo, já tem marreteiro na beira da estrada chamando pra pagar a gente, quantas pêras⁵⁴ a gente tem. (...) Antes dessa estrada aqui, eu ia direto pra feira vender lá né! E depois que a estrada continuou aqui, começou transitar carro, aí já vendi lá no marreteiro (GAMA, 2010).

A análise vê a grande presença de marreteiros de forma positiva, pois aumenta a possibilidade de venda imediata do produto sem ter que ir à cidade, pois a maioria desses trabalhadores não detém condições físicas e materiais para levar seus produtos até a cidade e com a rodovia passaram a ter a oportunidade de comercializar seu produto de imediato, sem precisar ir à feira.

⁵³ De acordo com Maneschy (1993a), a captura do crustáceo é histórica, mas somente a partir da década de 1970 ocorreram importantes mudanças em sua organização, fruto da intensificação da comercialização derivada, principalmente, da modernização do sistema de transporte e conservação, assim como da dificuldade de algumas famílias conservarem seu modo de produção polivalente.

⁵⁴ “Pêra” é o nome dado a forma como o produto é organizado para ser comercializado: são amarrados com fios de *nylon* envoltos sobre a carapaça (chamada de cabeça pelos extrativistas), um embaixo do outro, geralmente quatorze caranguejos.

O deslocamento dos trabalhadores até a área de coleta é realizada por vias aquáticas ou terrestres, desde a construção da rodovia PA-458. Os trabalhadores utilizam várias formas de transporte, tais como embarcações motorizadas ou não, transporte via terrestre próprio (bicicleta, por exemplo) e transporte via terrestre pago (ônibus, caminhonete, *pick up* e caminhão). A utilização dos meios de transporte é dependente das condições disponíveis em cada localidade. Na maioria dos casos, como aponta Domingues (2008), os transportes utilizados não são da propriedade do coletor. Essa informação indica o possível crescimento das condições de dependência aos “patrões” locais por parte dos tiradores, uma vez que estes não possuem capital suficiente para o investimento em tecnologia para otimizar sua produção (DOMINGUES, 2008), como é o caso de André Gama (2010):

O marreteiro já tá lá esperando par comprar o caranguejo, aí ele vai chega, quantas pêra é? É 10, 5, 6, né? Aí vai dá tanto, aí quanto é que o sr vai pagar? 5 não dá, aí a gente diz assim, é o jeito vender. Se humilhar ele par vender, porque nós não temo carro!

A dependência está implícita na “negociação”: ao não possuir transporte próprio (**Figura 23**), estar estafado do trabalho e ainda ter o risco de perder o produto, que é perecível, ele tem que aceitar o preço oferecido pelo marreteiro, uma “humilhação”, nas palavras de André Tavares da Gama.



Figura 23: Carro do marreteiro apanhando os mariscadores nas primeiras horas da manhã para o manguezal, na vila do Bacuriteua. Fonte: Oliveira, 2014.

A vulnerabilidade do produto é uma das causas que contribuem para que o mariscador tenha que vender seu produto de imediato, tendo em vista que o animal não vive muito tempo fora de seu *habitat* e o mariscador não tem quaisquer formas de estocagem. Essa condição

desfavorável é comum nessa atividade. Na Paraíba, os trabalhadores “comercializam quando ainda estressados fisicamente devido a atividade exercida e, na maioria das vezes, pressionados pela necessidade do dinheiro prioritariamente para garantir o complemento da alimentação diária (NORDI, 1989, 139 *apud* MANESCHY, 1992b), situação que se assemelha a dos tiradores da vila de Bacuriteua, como demonstra Benedito Alves (2010):

Na minha situação se torna mais difícil eu acho que é muito cansativo, porque ele passa o dia todo no mangal, no dia ele todo vendendo se não ele tira de manhã até as 3 da tarde pra voltar até boca da noite pra feira se torna muito cansativo pro tirador, aí pro marreteiro a gente vende mais barato, mais recebe a vista o dinheiro já vai pra casa já vai jantar, já chega na sua casa, chega na sua casa e descansa. O marreteiro é fundamental na venda dos tirador, quando tá bom aqui na feira eles compram bem, quando tá ruim eles começam a chorar, chorar na viagem que tá barato, aí eles compram mais barato também do tirador né.

A despeito da relação de dependência, Benedito Alves considera o marreteiro fundamental. Mesmo diante de condições adversas os mariscadores negociam, determinam preços, fazem o marreteiro “chorar” por um lado e eles “choram” por outro. Ouvi de Reinaldo da Silva que certa vez deixou de vender para o marreteiro e foi diretamente para a feira vender sua “produção” na feira: “às vezes eles querem comprar muito barato da gente, às vezes os cara querem dar cinco reais numa cambada de caranguejo, lá em Bragança tá dando dez, aí a gente perde dinheiro”. Mesmo com a dívida entre os dois a negociação não cessa, “é o coletor! É coletor que determina (o preço), só que eles não dão o que o coletor quer, né? Aí fica nessa onda aí. [...] Quando tem dívida com ele é a mesma coisa, a gente sempre quer mais caro, não tem nada a ver” (DA SILVA, 2014). Essa possibilidade de negociação, mesmo diante de condições desiguais de relações de poder, caracteriza uma clara demonstração de resistência e de agência por parte dos mariscadores. Em sua história da sexualidade Foucault observa “que lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 1988, p. 91). A ideia de que mesmo endividado esse fato “não tem nada a ver” com a negociação, demonstra agência por parte dos mariscadores. Tomando por base o trabalho de Sherry B. Ortner, agência é “uma espécie de empoderamento e como base que permite que se persigam “projetos” dentro de um mundo de dominação e de desigualdade” (ORTNER, 2007, p. 37).

Os coletores entregam a produção diretamente ao marreteiro e este, por sua vez, revende para outros marreteiros ou para comerciantes nas feiras de outras cidades, sobretudo para a capital. Orisvaldo, hoje marreteiro, relatou que aos finais de semana aumenta o número

de marreteiros oriundos de várias cidades, tais como Tailândia, Paragominas, Marabá, Tucuruí e Piriá, sem qualquer fiscalização.

Domingues (2008) e Maneschy (1993a; 1993b) notaram que em Bragança existem duas formas de comercialização do caranguejo: *in natura* ou *beneficiamento*.⁵⁵ O primeiro se refere à comercialização do caranguejo vivo, o que é mais comum na região, corresponde a cerca de 60% da produção entre os tiradores de caranguejo cadastrados, ao sistema de produção com destinação à comercialização do caranguejo *in natura* na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, criada em 2005 (DOMINGUES, 2008). Em minha pesquisa constatei que em Bacuriteua não há tiradores que trabalhem com o beneficiamento, pois alegam que se paga muito pouco e que o trabalho da “cata” lhes tira muito tempo.

Segundo Maneschy, as relações entre tiradores e marreteiros apresentam pontos em comum com a relação entre pescadores e marreteiros:

Para dispor de fornecedores certos, os negociantes os “aviam”, isto é, concedem-lhes algum adiantamento em dinheiro. Em geral trata-se de pequenas somas, podendo atingir cerca de 20% do preço da saca com sem caranguejos. Quando eles saem em *baixada* por alguns dias, os marreteiros financiam a preparação da viagem, os tiradores deixam parte do adiantamento para as despesas de suas famílias. A contrapartida desse crédito é o compromisso de venda exclusiva ao “patrão”, como denominam o marreteiro com quem estão em débito. Quando estão nessa condição, os produtores entregam seu produto a preços que podem ser inferiores ao preço médio do dia (1993b, p.52).

O que torna essa relação comercial desigual, além do baixo preço pago pelo produto pelos marreteiros aos mariscadores, são as relações de endividamento dos produtores individuais com relação aos marreteiros, em função de adiantamentos feitos aos primeiros. O crédito e a sua contrapartida – a dívida – foi uma das principais estratégias empregadas por comerciantes para obter o controle da produção, o que tem caracterizado o comércio amazônico tradicional (McGRATH, 1999). De acordo com as entrevistas realizadas os trabalhadores combinam com os marreteiros desde o transporte para o local de coleta, geralmente de carro, firmando uma dívida com o mesmo. Quando a coleta é demorada, podendo durar mais de um dia, os marreteiros adiantam determinado valor e na volta o tirador

⁵⁵ De acordo com Domingues, “o processo de escoamento da produção é complexo e dependente do sistema de produção. A produção é comercializada via dois sistemas, *in natura* e beneficiamento. O primeiro é destinado a atender a demanda do produto *in natura*, ou seja, o caranguejo ainda vivo, que é distribuído no mercado através de unidades designadas localmente como *cambada*, que é composta por 14 caranguejos atados por um fio (*atilho*). O sistema de produção destinado para o beneficiamento atende a demanda por dois produtos: 1) a carne de caranguejo e 2) as patas (quelípodos), que normalmente são comercializados em embalagens contendo 1 kg.” (Domingues, 2008, p. 25).

lhe paga com o produto: “entregava a mercadoria, o caranguejo, é aí ele descontava todinho aí dava o resto do dinheiro pro camarada, assim que era...”⁵⁶ Elinaldo Gama (2010) relatou sua experiência de endividamento:

Rapaz o marreteiro mermo que nem esse agora que nós tamo trabalhando, nós pega dinheiro com ele, mas só que quando nós chega a gente paga tudo o valor que nós pega com ele, quando nós chega nós paga, todos nós né que trabalha junto, todo nós pega despesa é dinheiro é tudo mais quando nós chega nós paga.

Há ainda implicadores para esse endividamento, que são as épocas de poucas safras, geralmente no inverno, quando a maré sobe e o manguezal fica alagado ou em junho e julho, quando se enterram em profundas galerias, permanecendo deste modo até o final de agosto ou meados de setembro. De acordo com os tiradores, o caranguejo muda de casco (carapaça) e passa por uma fase em que “fica de leite”, categoria cunhada com referência à presença de uma substância viscosa de coloração branca que ocorre em período anterior ao endurecimento da nova carapaça (DOMINGUES, 2008).

Por conta da escassez do produto e das dificuldades de captura, muitos não conseguem o suficiente para satisfazer suas necessidades básicas e acabam se endividando mais com os “patrões”. Da mesma forma, acontece na época do “defeso” ou “andada”, período de reprodução, quando os caranguejos saem das tocas para reprodução da espécie, sobretudo as fêmeas (conduruas) e podem ser facilmente capturados. Nessa época o IBAMA proíbe a retirada de caranguejo do mangue, ficando o coletor impedido de exercer sua atividade. Para garantir seu sustento, o coletor empresta dinheiro junto aos “patrões”. Outra situação em que a dívida com o patrão aumenta é quando os trabalhadores têm problemas com o transporte e não conseguem chegar ao lugar adequado para a coleta. Elinaldo Gama (2010) relatou uma dívida que adquiriu quando o barco que o levaria ao manguezal quebrou:

(...) tem vez que dá prego no barco, a gente já... fica a conta lá na mão do patrão, aí quando é na outra a gente paga, a gente vamo aí pega mais dinheiro de novo, quando vêm paga tudo, na viagem passada, na viagem passada nós fumo deu prego no barco aí nós voltamo, fiquei devendo setenta por aí assim, aí eu fui peguei mais setenta de novo, mas quando eu vim eu paguei tudo logo.

⁵⁶ Manoel Soares da Paixão, mariscador, 24 de maio de 2011.

Orisvaldo Silva (2010), que hoje é marreteiro, contou sua versão acerca do adiantamento que costuma dar aos mariscadores e a forma de pagamento. Sua interlocução é reveladora no que diz respeito à relação entre os sujeitos envolvidos, inclusive entre pessoas que têm laços de parentesco:

(...) um me pedia às vezes 30 cruzeiro naquela época, não é real naquela época era cruzeiro, era 50 cruzeiro para vez comprar remédio para uma mulher, um filho, mas com pouco dia também já me pagavam né, tinha vez que não pagavam, se esquecia e deixava pra lá, mas eles pedem, esse meu filho que trabalha aqui ele trabalha direto no ramo mermo no ramo dele, esse ai todo tempo ele está pedindo e trabalha aí vem pedi a mercadoria vão pegar no Curicu⁵⁷ quando chega ai pega aquele dinheiro o material que eles pegam o material que eles pegam o caranguejo né, aí pegam o dinheiro o total do saldo que eles tem e aí tem gente que no mesmo dia pede aquele vale de 50, de 100, quando a gente tem a gente dá quando não tem não dá, no outro dia a gente é obrigado dá, mais necessário no dia que eles vão pra trabalhar tem que dá pra deixar pra família né, assim que é.

Há também situações em que o tirador não vai ao mangue por conta dos “dias santos”, o que acarreta aumento do endividamento dele com o “patrão”:

(...) adiantava dinheiro, quando a gente não ia, passava, tinha um dia que um dia Santo que a gente não ia, nego não tinha dinheiro a gente ia lá, na casa do patrão mesmo e falava, ele arrumava o dinheiro pra gente adiantado, quando a gente vinha pagava tirava o saldo, dia de semanal mesmo, passava semana pra lá.(...) É ninguém não trabalha, ninguém não gosta, daqui ninguém, ninguém trabalha dia de domingo nem dia santo, sabendo que é dia santo caboco não sai lá não...(PAIXÃO, 2011).

Para José Monteiro da Silva (2014), quando o mariscador se acostuma a pedir adiantamento ao marreteiro cria um laço de dependência, se “entrega” e o marreteiro torna-se “patrão” dele, passando a pagar o quanto ele quiser pelo caranguejo, o que compromete no rendimento do mariscador, que passa a ficar preso à dívida:

(...) o tirador, tem muitos que as vez se entrega pro marreteiro, porque ele, depois que ele começa a tirar duas, três vez pra ele aí já é patrão dele, aí ele já vai lá já pega um dinheiro pra ele, aí ele já agarra já arruma aquele dinheiro e aquele dinheiro, aquele caranguejo que ele já vai tirar amanhã, já dele vender pra outro ele já vende pra ele, ele já entrega pra ele e ele paga, dar quanto ele quer na produção daquela pessoa.

⁵⁷ Curico é o apelido dado a um comerciante local que costuma vender à crédito aos mariscadores.

Quando o preço do produto é determinado pelo marreteiro o coletor tem seu trabalho altamente desvalorizado. Isso ocorre, sobretudo, em situações em que este adquiriu dívidas com o marreteiro, vendo-se obrigado a vender para ele, acata o preço ofertado, mesmo abaixo do mercado. Quando perguntei a Orisvaldo Tavares da Silva (2010), marreteiro, quem determinava o preço, ele respondeu:

É eu, das vezes das peras⁵⁸, no caso é eles os tiradores mesmo ai, por exemplo, que nem agora, ele está comprando agora, ai esse que vem do barco que ele tá tirando é 5 reais a pêra que ele paga por tirador , e esse daqui que o caranguejo é mais fraco está pagando a 4 , 3,50 aí eu pago daqui, né agora esse que vem do barco que é graúvão⁵⁹, é bonito o caranguejo as vezes pagam 5 por tirador né e aqui as vezes vende 6, 7 e 8 entrega pro freguês e eles vão vender , aí vende de 8 de 9 conforme né a venda , que isso não tem preço certo, né? O caranguejo é a única mercadoria que não tem o preço certo, se emprega o dinheirinho em qualquer mercadoria normal, manual que nos chamam aí se não vende hoje fica pra manhã, mas o caranguejo não, não tem o preço certo. Hoje ele tá 10, amanhã ele tá 5, amanhã ele tá 20, amanhã ele tá , amanhã ele tá 5 e amanhã tá 2 também , assim que é, não tem preço certo, a única mercadoria que não tem preço certo.

Para o marreteiro nem sempre a negociação é vantajosa, isso se explica pela dificuldade da comercialização com a concorrência, existindo, inclusive, conflitos entre os marreteiros, como expõe Orisvaldo Silva (2010) a seguir:

É! Comparo como briga, quem for bom de briga da-lhe e se for ruim apanha, assim é mesma coisa do caranguejo si pegar uma feira boa que tem só ele trabalhando ali, consumidor só ele ali ele ganha o dinheiro, mas se eu estou aqui, vendo o caranguejo aqui, você vem com outro carro e encosta bem aqui do meu lado você quer vender mais barato de que eu aí já vai me caguetar⁶⁰ e aí na outra viagem já me morde também já vou vender mais barato de que tu e você vai pegar prejuízo eu e você , assim que é , a historia do caranguejo é assim.

Além dessa dificuldade ele precisa vender o caranguejo rapidamente, por conta de sua perenidade. Por isso, o marreteiro depende de sorte:

(...) é uma sorte né? Por exemplo, se você..., que nem na feira que eu trabalho, eu levo 100 pera de caranguejo, né? Ai quer dizer no causo eu vendo lá 2 dias no sábado e no domingo, no causo eu perdi de 20 a 15 pera

⁵⁸ “Pera” é o nome dado às cambadas que contêm 14 caranguejos amarrados ao redor da carapaça com um fio de nylon, dispostos um sobre o outro.

⁵⁹ Graúvão é uma expressão usada para se referir ao caranguejo de tamanho considerado grande.

⁶⁰ A expressão “caguetar”, usada por Orisvaldo Silva, quer dizer delatar.

de caranguejo que morreu, aquele caranguejo já paguei o frete do caranguejo morto e tem que pagar mercadoria que eu levei, mais ai no causo eu vendi só 80 pera, mas no causo de aonde eu levei tenho que pagar 100, tá entendendo? Assim que é, 20 já perdeu (TAVARES DA SILVA, 2010).

Em muitas situações, o patrão afirma que não tem qualquer relação com o tirador, de modo que quando o mesmo adoecer não tem qualquer obrigação em ajudá-lo, perdoando a dívida, por exemplo.

É o seguinte nós sendo marreteiro de caranguejo nós vamos e acerta com os tiradores, os tirador vão trabalhar, vão tirar aquela mercadoria, quando a hora que ele sair do mangal ele pega o ônibus, tem o ônibus aqui, quando não, vão em carro próprio. Chegou de lá e entrega pros patrões, sou comprador dele, ele vem encosta o carro aqui, tirou o caranguejo dele, 10 pera, 5 pera dali, o tanto que ele fizer e vem e me entrega, aí pago ele, está entendendo? Ai não tenho mais nem um compromisso com ele, paguei não tenho nada vê, ai eu que já vou procurar venda para apurar o dinheiro que eu empreguei na mercadoria assim que é (TAVARES DA SILVA, 2010).

Porém, há casos de lealdades entre os dois, muito embora frágeis e que podem ser quebradas quando o tirador encontra outro patrão que lhe pague mais. Porém, de modo geral, encontrei em minha pesquisa apenas relatos de cumplicidade em que o produtor compromete-se sempre a vender seu produto para o marreteiro, na expectativa de poder ser ajudado com adiantamentos caso venha a precisar, como relatou Elinaldo Gama (2010):

(...) tem que pagar, só se o patrão tivesse muito dinheiro pra não pagar, porque a gente trabalha pra ele, não está pagando nada pra gente, somente o que a gente leva tem que pagar pra ele, porque se não pagar ele não vai mais arrumar, porque ele não tem condição, a produção dele também, o dinheiro que ele trabalha é pouco, aí a gente tem que trabalhar pra pagar ele, pra poder ajudar de novo a gente.

Ouvi relatos de que existem marreteiros que só querem se beneficiar e tirar proveito da condição dos mariscadores, “tem muito marreteiro que trata a gente bem, têm muitos que já querem sacanear⁶¹ com a gente, é assim!”. Por outro lado, existe o “patrão” considerado “bom”, comumente quando ele perdoa dívidas ou mesmo mantém o mariscador quando este está enfermo, doando gêneros alimentícios e remédios até que volte a trabalhar, especialmente quando há laços de parentesco entre eles, o que é comum na região. O caso de Reinaldo Cunha exemplifica bem esse tipo de relação, ao testemunhar sua experiência individual com

⁶¹ A palavra “sacanear”, nesse contexto, significa “tirar vantagem”.

um marreteiro, que é seu primo. Ao adoecer, este “ajudou muito aqui e até hoje eu trabalho com ele, nunca me deixou na mão eu já precisei muito. Teve um tempo aí que eu passei doente aqui, passei o que... acho que uns três meses doente sem poder trabalhar”. Com três meses sem trabalhar, Reinaldo Silva passou a depender do “patrão”, “ele ficou bem dizer me sustentando né, que quando eu voltei a trabalhar com ele, que eu fui bater a conta, tô devendo muito pra ele, aí que eu cheguei lá pra conversa com ele, ele disse: - Não! Você não me deve nada, eu só fiz lhe ajudar!”. Quanto a outros marreteiros, especialmente de Bragança (zona urbana), Reinaldo Silva (2010) se queixa: “agora os marreteiro lá de Bragança não, pense o senhor que se vai ficar doente aqui e eles lhe trazer um quilo de peixe, um quilo de farinha mermo não, se pode ficar tranquilo que se vai morrer de fome mermo com sua família”.

De modo geral, apesar da possibilidade de serem socorridos pelos “patrões” em situações de doença, estão quase sempre submetidos a decisões dos marreteiros em ajudar ou não, pois a obrigação é moral e não jurídica. Para além dessas relações interpessoais que podem ser condicionadas por uma relação afetiva familiar, a relação de troca comercial pouco favorece o tirador, obrigado a escoar o produto após chegar de uma jornada de trabalho “pesada” aceitando o preço baixo oferecido pelo “patrão”.

A vulnerabilidade da atividade insere-os num sistema de produção em que ficam sempre correndo o risco de ter queda em seus rendimentos, como uma mudança nos ciclos naturais dos animais ou das marés ou mesmo a possibilidade de adquirir doenças que os impeçam de trabalhar. Nessas situações ficam submetidos a uma dependência com marreteiros que a eles emprestam dinheiro para poder prover sua família, impedindo-os de comercializar seus produtos com outros comerciantes a preços maiores. Todavia, a presença desses sujeitos é tida como fundamental para a manutenção da atividade: se não houvesse marreteiros, os mariscadores não teriam com quem comercializar seus produtos, pois ao morar longe da zona urbana e não dispor de meios de transportes, não têm como comercializar seu produto de imediato nem como armazenar e estocar adequadamente para comercialização em outro momento.

3. EXPERIÊNCIAS CULTURAIS EM UM LUGAR “VISAGENTO”

3.1 O caranguejo é mina

...muitas dizem assim: ah! O caranguejo se acaba, vai se acabar! Não se acaba não! Não senhor! O caranguejo é mina! O caranguejo, cê pode tirar hoje no buraco e amanhã cê pode ir que tem outro novamente. É! Não se acaba não!(TAVARES DA SILVA, 2010).

Este capítulo abordará as visões idílicas e idealizações dos mariscadores de caranguejo da comunidade de Bacuriteua, fruto da relação homem/natureza. Entendo que a construção desse imaginário está intimamente relacionada com as condições ambientais em que os sujeitos estão inseridos, somado a natureza da atividade exercida por eles e à sociedade a qual pertencem. Meu interesse é compreender a concepção de natureza desses indivíduos e de que forma a introdução da rodovia afetou sua relação com ela, se essa relação foi suplantada, se há a inclusão de novos elementos, ou seja, perceber as mudanças e permanências na cultura local no que concerne a interação homem/natureza em um determinado espaço. Por entender a cultura como dinâmica, parto da hipótese de que há a introdução de novos elementos a partir da abertura da rodovia, conquanto há a resistência de elementos de uma cultura local, como os métodos de coleta, o conhecimento ecológico, a mitologia e parte da linguagem dos mariscadores.

A diminuição na população do *Ucides cordatus* no manguezal bragantino foi uma das principais mudanças ocorridas após a ação antrópica que atingiu a região a partir da introdução da rodovia PA-458 e constitui-se como uma das principais preocupações por parte de estudiosos desse ecossistema e das autoridades responsáveis, como o IBAMA, sobretudo em buscar medidas que possam garantir sua preservação. Não obstante, a interpretação de mariscadores, marreteiros e habitantes de localidades próximas ao mangue sobre as explicações e soluções para essa problemática são diversas e estão assentadas em um imaginário peculiar composto por elementos fantásticos e mágicos de uma cultura específica, estimulados pelos elementos que conformam a paisagem local. Orivaldo da Silva não crê que o caranguejo possa se acabar, acredita que se trata de uma obra “divina” para sustentar o “pobre” e o “rico” e quando ele acabar, acabará também todas as outras criaturas “divinas”, inclusive o homem. Em outra passagem, ele sustenta que o caranguejo não se acaba porque “é mina”, hoje ele pode ser retirado do buraco porque amanhã tem novamente.

Bartolomeu Mendonça (2009), ao analisar as percepções de natureza nos povoados de Porto da Roça, no município de Humberto de Campos, no Estado do Maranhão, deparou-se

com uma concepção análoga a de Orivaldo da Silva. Ao indagar os moradores daquele povoado sobre a extração do caranguejo, o autor ouviu deles que “quanto mais se tira mais tem” ou então expressam uma fala que é muito corriqueira no povoado no que diz respeito a este crustáceo: “é mina, isto é mina, não acaba nunca”. Mendonça conclui que

O imaginário coletivo local relaciona a constância de disponibilização do recurso com uma fonte que jorra sem parar, como uma nascente que mina da terra de modo constante e ininterrupto, desse modo não importa se aumenta os que bebem dessa fonte, ela continuará jorrando sempre (MENDONÇA, 2009, p. 14).

Assim como em Porto da Roça, em Bragança há várias gerações de grupos sociais que vem, há muitos anos, sendo atendidos pelos sistemas ecológicos locais, que mostram sua capacidade de regeneração após o uso feito pelos moradores e enquanto isso ocorrer interpretarão a natureza como perene, auto-regenerável. Essa interpretação é antiga, está presente no imaginário de muitos mariscadores até hoje e foi explicação corrente em todos os diálogos que estabeleci durante minha pesquisa com os trabalhadores. Para esses sujeitos, os acontecimentos que podem ser tomados como “naturais”, para o pensamento empírico-racionalista são resultado de uma experiência mágico-religiosa (ELIADE, 1977).

É sintomático que no estudo sobre os *tiradores* de São Caetano de Odivelas, no Pará, Maneschy (1993a), explica que, de maneira geral, os tiradores também consideram que os caranguejos são “uma mina”, não se esgotam. Reforçam esta ideia argumentando que, por vezes, não há praticamente nenhum em determinado manguezal, mas logo depois de pouco tempo, eles pululam novamente. Em Augusto Corrêa, no Pará, cidade que fica a 19 km de Bragança, em conversa informal com um aluno da escola municipal Rosa Ataíde, em que leciono e que exerce a atividade de “mariscador”, perguntado sobre a possibilidade de acabar o caranguejo ele usou a mesma frase: “o caranguejo é mina!”. Percebe-se que se trata de um *mundus imaginalis* que não é exclusivo de Bragança, mas tem a ver com a explicitação de símbolos por uma bacia semântica que atinge a extensa faixa litorânea do norte e nordeste do Brasil evocando símbolos relativos aos lugares praticados e de pertencimento (SOUZA, 2013; CERTEAU, 1994; DURAND, 1996; MAFFESOLI, 1994).

As interpretações da natureza de Orivaldo da Silva, em Bragança, assim como as dos outros sujeitos de São Caetano de Odivelas, Porto da Roça e Augusto Corrêa, estão alicerçadas em um sistema cultural presente na memória de sua sociedade e do grupo social em que estão inseridos. É perceptível que a natureza, nesse caso, vai além de uma noção

objetiva, atemporal e universal, é uma construção humana que varia de acordo com o espaço e o tempo histórico. Por outro lado, essa cultura tecida como uma teia complexa de significados (GEERTZ, 1978) é fortemente marcada por esse espaço natural constituído de rios e florestas, um “lugar praticado” onde atuam cotidianamente e que os remete a formas específicas de operações e a uma outra espacialidade, uma experiência “antropológica”, mítica e poética do espaço criando uma memória do lugar (CERTEAU, 2014). O sistema de entrelaçamento entre o homem e a natureza produz um conjunto de conhecimentos e práticas relativos à floresta e organiza a vida do homem, como foi demonstrado por Carneiro da Cunha (2002) na *Enciclopédia da Floresta*, a respeito da relação que seringueiros, Kaxinawá, Katukina e Ashaninka mantêm com a natureza.⁶²

É importante ressaltar, nesse sentido, que a configuração das paisagens culturais, considerada a partir de uma “perspectiva geográfica” (Silveira, 2004), dar-se-á partir da possibilidade que o homem possui de apreendê-las, sendo que a cultura modela a natureza, mas não somente em sua dimensão física. Portanto, considerando o processo cognitivo em que a paisagem é apreendida, uma perspectiva também estética, há uma dimensão sensível e emocional.

As florestas ao longo da história receberam projeções e significados negativos – é interessante citar aqui, a título de exemplo, as simbologias atribuídas às florestas na Inglaterra, sobretudo entre os séculos XV e XVIII, quando a derrubada de árvores simbolizava o triunfo da civilização, como lugar de rusticidade e perigo, onde habitavam as feras, os incultos e os fora da lei (THOMAS, 2010) – que influenciaram e influenciaram diretamente na construção do imaginário cultural dos mariscadores.

Além desse contexto, a religiosidade compõe-se também como forte elemento na composição do imaginário dos sujeitos e na mediação da relação do homem com a natureza, sendo usada como justificativa para interpretação e comportamento dos homens frente ao mundo natural (ANDRÉ, 2005). A relação entre religiosidade e concepção de natureza não é nova, sendo demonstrada por Keith Thomas (2010) na constituição da concepção dos homens em relação à natureza na Inglaterra, entre os séculos XVI e XVIII. Inicialmente, o autor demonstra que a concepção de que “o mundo fora criado para o bem do homem e as outras

⁶² A *Enciclopédia da Floresta*, organizada por Manuela Carneiro da Cunha (2002), é um trabalho exemplar ao estabelecer parceria entre o saber científico e o saber oriundo da prática cotidiana. Demonstra o tamanho da importância da floresta para os seringueiros, para os Kaxinawá, Katukina e para os Ashaninka, descrevendo seus costumes, o calendário agrícola, suas atividades, suas mitologias e suas formas de classificação do mundo. Destaco, por exemplo, o anúncio, para os Ashaninkas, das estações de seca e chuva pelo canto de pássaros e o aparecimento de flores específicas daquela estação, mudanças que determinam as atividades da comunidade, por exemplo, onde devem se estabelecer e quais animais devem caçar. Todo esse conhecimento é argumentado e fundamentado em mitos que os explicam detalhadamente.

espécies deviam se subordinar a seus desejos e necessidades” era defendido por teólogos e intelectuais que recorriam a filósofos clássicos e a Bíblia. Apesar dos relatos conflitantes incorporados na narrativa do Gênesis, Teólogos do início do período moderno facilmente chegavam a uma síntese razoavelmente aceita “o jardim do Éden, afirmavam, era um paraíso preparado para o homem, no qual Deus conferiu à Adão o domínio sobre todas as coisas vivas (*Genesis*, I, 28)” (THOMAS, 2010, p. 22). O mito da criação, narrado em Gênesis, modela a paisagem, determina simbologias e significados aos animais e às plantas, aos rios e a todos os “elementos naturais”. Os significados negativos associados à serpente podem ser revelados como um dos mais representativos.⁶³

A ideia de que a natureza é criação divina e deve atender às necessidades humanas estava na essência dessa interpretação do predomínio humano, lugar central do plano divino. “As criaturas não foram feitas para si mesmas, mas para uso e o serviço do homem”, teria dito um bispo do tempo de Jaime I (THOMAS, 2010, p. 23). Por outro lado, a crueldade em face de animais, igualmente a sua submissão, foi por vezes criticada por teólogos e intelectuais, usando passagens da Bíblia ou exemplo de Santos que tiveram atitude simpática aos animais. Atitudes coerentes foram identificadas em panfletos e sermões contra a crueldade aos animais entre os séculos XV e XIX, resumidas como: “o homem, dizia-se, está plenamente autorizado a domesticar os animais e a matá-los para servir de roupa e alimento. Os animais domésticos mereciam comida e descanso; sua morte devia ser tão indolor quanto possível” (THOMAS, 2010, p. 216-217). Assim, justificativas oriundas da Bíblia e proferidas por sacerdotes há muitos séculos são usadas para mediar a relação do homem com os animais ou mesmo com as florestas ou com os rios.

As ideias de natureza em Bacuriteua são produtos de projeções humanas no mundo natural, fortemente influenciada por valores, crenças e esperanças que dão significado aos elementos e à relação (experiência) que o sujeito estabelece com o ambiente, assim como, esses significados são utilizados para explicar também o mundo ao seu redor. As narrativas de André Tavares, Orivaldo Silva e Manoel Paixão⁶⁴ são exemplares neste aspecto e ao demonstrarem concepções de natureza que estão atreladas a valores e significados peculiares apresentam uma estrutura básica. Sempre que falam da perenidade do caranguejo usam de um

⁶³ Keith Thomas dá vários exemplos relativos a significados e classificações (considerando-os, por exemplo, selvagens ou domésticos ou, no caso das plantas, ervas daninhas e domésticas) que damos aos animais e às plantas com base na Bíblia e na religiosidade, de um modo geral. A associação de animais aos demônios é recorrente também na Amazônia, além da serpente, é comum chamar alguém com um comportamento desaprovado de “cavalo do cão”, ou mesmo, de “cão”, que representaria o demônio.

⁶⁴ Utilizo aqui as três narrativas seguidamente de propósito para que o leitor possa perceber a simetria entre as mesmas.

valor essencial que não é definido explicitamente, mas que costura toda a história, a simetria (PORTELLI, 2010). Nesse caso, ao serem contestados sobre a alta exploração do crustáceo, o que coloca em questão sua atividade, utilizam-se de argumentos religiosos, o mito da criação, que guarda uma importância não mensurável para sua cultura.

“não vai dizer assim que vai se acabar, porque foi *Deus* que deu essa produção pros pobre né?”(GAMA, 2010).

...hoje em dia é casa que você olha de lado e de outro é pra todo canto, então esse pessoal tem que comer todos os dias, tá entendendo, tá? Não é fácil não cara sustentar todo esse povo, só Deus mesmo né? Mas que Deus deixou não se acaba não, que o dia que se acabar o caranguejo se acaba o peixe, se acaba o sururu, se acaba o boi, se acaba a vaca e se acaba nós também, que nós também, que somos vivente da criação dele... (TAVARES DA SILVA, 2010).

Só quando Deus quiser, que nós mesmos, só assim como eu disse só se derrubar o manguezal é que aterra aí se acaba mais se não derrubar os paus do mangar nunca se acaba, só Deus mesmo quando ele quiser, né o caranguejo não é um peixe no mar, não se acaba assim como eles que não quer (PAIXÃO, 2011).

Repete-se, nas narrativas acima, a premissa de que Deus é o responsável pela criação e pelo fim dos recursos naturais, só a vontade divina decidiria pelo fim do caranguejo. O elemento divino é utilizado como justificativa de comportamentos e ações dos homens, retirando-se qualquer possível sentimento de culpa pela escassez do crustáceo que pudesse ser relacionado com a captura feita pelos mariscadores. Ao contrário, acreditam exercer um direito “divino”, argumentando com o mito da criação divina presente no texto bíblico.⁶⁵

Como infere Richard André (2005), o conceito de natureza, ao envolver uma série de premissas elaboradas por inúmeros agentes de várias áreas do conhecimento, pode ser objeto de disputa no campo simbólico. Assim, ao elaborar sua concepção de natureza o mariscador usa ideias relativas a seus valores e que justifiquem suas atitudes, comportamentos e convicções. Nesse sentido, a natureza teria sido criada, também, para o usufruto do homem como dádiva de “Deus”, havendo um predomínio do homem sobre o mundo natural a partir de fundamentos religiosos. As noções de paisagem estão intimamente ligadas à dinâmica técnico-cultural que o grupo social que interage com ela estabelece sobre esse lugar e esse

⁶⁵ Amarílis Maria Farias da Silva (2009, p. 74-75), em seu trabalho sobre a presença da mulher extrativista e seus saberes cotidianos na Ilha de Juba, em Cameté, Pará, ao evidenciar os saberes acerca da manipulação de plantas, em especial da andiroba (*Carapa guianensis*), como herança cultural dos povos da floresta, usou uma frase significativa de Ivanildes Garcia, moradora da Ilha de Juba: “[...] foi Deus quem criou a andiroba pra nós”, demonstrando que essa ideia da criação está presente em diversos cantos da Amazônia entre extrativistas, não só de animais, mas igualmente de plantas.

processo é conseqüentemente influenciado pelos valores culturais desse grupo, como sugere Silveira (2004, p. 75):

O trabalho sobre as paisagens está em paralelo às noções de natureza presentes entre as diversas sociedades, pois toda a ação humana em relação ao meio implica em certas categorias de pensamento compartilhadas pelo grupo étnico. Ou seja, envolve determinadas visões e sentidos atribuídos aos naturais que são comuns a uma sociedade em particular, considerando, obviamente, suas complexidades internas (divisões de classe, hierarquias, etc.). Tal situação reflete a dinâmica transformadora das características primeiras, medindo o modelamento de determinada paisagem, a partir do trabalho contínuo de domesticação da mesma através de ações técnico-culturais sobre o meio.

As observações referentes à natureza por parte dos mariscadores, todavia, não devem ser encaradas apenas como fruto de uma imaginação fantasiosa, muito menos como um delírio coletivo. O imaginário constrói a realidade e é construído por ela. O imaginário é um “museu” de todas as imagens passadas, possíveis, produzidas e a serem produzidas nas diferentes modalidades da sua produção pelo homo sapiens, um lugar de “entre saberes” (DURAND, 1996; 2011) e sua construção se dá a partir de um “trajeto antropológico”, num processo de assimilação e modelamento da representação do objeto pelos imperativos pulsionais do sujeito (DURAND, 1984, p. 38). Isso explica as percepções quanto à concepção perene e auto regenerável da natureza, como proposto por Mendonça (2009).

Outra possível interpretação para essa crença em uma natureza perene pode ser expressa pela função simbólica da imaginação. De acordo com Durand (1979), essa função simbólica revela-se como fator importante de equilíbrio psicossocial, uma espécie de eufemização. Sua função geral seria “negar eticamente o negativo”, o que quer dizer que ela é a negação do nada, da morte e do tempo, daí que a função da imaginação consiste em equilibrar biológica, psíquica e socialmente quer os indivíduos, quer as sociedades em detrimento da civilização tecnocrática e iconoclasta. Nesse sentido, seria óbvio o motivo da negação do desaparecimento do caranguejo, antes de tudo seria negar a fome, a miséria, o fim de sua atividade, da própria existência do grupo, pois é desta atividade que garantem sua reprodução.

Impulsionados pelos estímulos do meio, esse imaginário expressa o pensamento dos povos tidos como “primitivos”⁶⁶, que é, de acordo com Lévi-Strauss (1989), estimulado por

⁶⁶ É do conhecimento deste autor que o termo “primitivo” carrega consigo uma significação pejorativa e reflete um pensamento etnocêntrico muito difundido no passado, sobretudo no século XIX. Porém, optamos por utilizá-

uma “ânsia de conhecimento objetivo” e que, mesmo “não dirigido para realidades do mesmo nível daquelas às quais a ciência moderna está ligada, implica diligências intelectuais e métodos de observação semelhantes” (1989, p. 17). Essa “ânsia” pelo conhecimento é um estímulo ao sistema de compreensões, um “saber fazer” que evolui ao longo do tempo a partir de experiências e observações individuais e coletivas, mediadas pela cultura, considerando fatores ambientais, características comportamentais e a dinâmica ecológica, conformando um Conhecimento Ecológico Local (CEL), que no caso de Ajuruteua, foi muito bem descrito no trabalho de Denis Domingues (2008).

A distinção entre caranguejo “velho” e caranguejo “novo”, o conhecimento do ciclo reprodutivo, da dieta, da nutrição e do sexo do caranguejo são demonstrações de um conhecimento objetivo, como lembrou Lévi-Strauss, de sua ânsia por conhecimento no qual certamente aplicaram as “diligências intelectuais” e “métodos de observações” semelhantes aos da ciência moderna, pois “um conhecimento desenvolvido tão sistematicamente não pode ser função apenas de sua utilidade prática” (1989, p. 23). Dessa forma, considero que a construção social do manguezal evoca o conhecimento adquirido entre as diversas gerações de mariscadores e a constituição de um segmento *profissional* que por meio da aprendizagem busca desenvolver métodos mais eficazes no processo da atividade (REIS, 2007). Campos destacou a dinâmica sócio cultural na natureza e que os coletores de caranguejo “possuem ideias complexas e não sumárias desses campos (ecossistema costeiro) que são tão férteis, os quais, com suas cadeias naturais bem notáveis, traçam significativamente em linhas inteligíveis os seus quadros utilitários à sociedade que servem.” (2012, p. 387).

O modo como essa interpretação dos mariscadores é conduzida pode sugerir a muitos céticos que superestimam a orientação objetiva de seus pensamentos a julgar tais métodos como “primitivos” ou “selvagens”, na tentativa de desqualificá-los. No entanto, como mostrou Lévi-Strauss, essa questão configura-se como um problema de alteridade e ao cometer “o erro de ver o selvagem como exclusivamente governado por suas necessidades orgânicas ou econômicas, não percebemos que ele nos dirige a mesma censura e que para ele, seu próprio desejo de conhecimento parece mais equilibrado que o nosso” (1989, p. 17).

“O mês de setembro, outubro, dezembro é tudo caranguejo novo, que nem agora, nesse tempo agora. Está saindo só caranguejo novo, ainda não está gordo. Vai estar gordo

lo na mesma perspectiva de Lévi-Strauss (1989), quando tenta referir-se a culturas de grupos que são tidos, apressadamente, como atrasados, ultrapassados ou selvagens. Resolvi usar esse termo também para denunciar que ainda existem indivíduos que entendem o estudo do grupo de mariscadores como temática menos relevante, pois estes são vistos muitas vezes de forma etnocêntrica como população pobre, atrasada e que lhes restou somente a tiração de caranguejo como alternativa de “sobrevivência” (Reis, 2007).

agora, do mês de março em diante. É que é o caranguejo velho que a gente chama!”, explicou André Tavares da Gama sobre as condições nutricionais do crustáceo e seu ciclo biológico. Essa “observação exaustiva e com o inventário sistemático das relações e ligações pode, às vezes, chegar a resultados de boa postura científica” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 25).

Sobre a época do “defeso”, André Tavares da Gama explica com sua linguagem peculiar:

é tempo mesmo deles, quando chega àquela época, tudo isso foi... através que Deus botou, né? Aí quando chega aquele tempo ele se perde assim. Ele sai do buraco, vai brigar com o outro, aí pronto, ele se perde do buraco dele. Aí começa tá andando pra cá, pra acolá e na ocasião que a gente chega nós agarra, né? (GAMA, 2014).

De acordo com sua observação, durante a *andada* os caranguejos saem das tocas para “brigar”. Segundo ele, a “briga” ocorria por conta da disputa entre os caranguejos machos pelas fêmeas e, em seguida, acabam se perdendo, o que resulta suas andanças “pra lá, pra cá”. A busca de uma ordenação que considera o comportamento do animal relacionando-o ao mês, ao sexo e ao tamanho, equipara-se aos métodos científicos. Para Lévi-Strauss, “a explicação científica corresponde sempre a descoberta de uma “ordenação” – toda tentativa desse tipo, mesmo inspirada em princípios “não-científicos”, pode encontrar ordenações verdadeiras” (1989, p. 27). O conhecimento acerca do ciclo biológico reflete seu saber vasto acerca do ecossistema, a partir dessas observações tomam decisões sobre a época e os locais corretos da captura, tendo em vista que no discurso dos mariscadores não se capturam caranguejos fêmeas, *miúdos*, nem na época do defeso, sobretudo a partir da proibição do IBAMA.

Reinaldo Tavares da Silva (2014), observou com relação ao tempo de troca da carapaça do animal:

Quando ele tá, ele... sendo na mudança dele... se na mudança dele o período dele que mais é agora olha é janeiro, que nós passemos, que tá eles tão maduro, tão... ainda tá no ... de tirar e agora de outubro pra novembro que ele já tá novo já.

Os mariscadores, segundo Reinaldo Tavares da Silva, evitam retirar o caranguejo no momento da troca de carapaça, que ocorre entre os meses de maio e julho, aqueles que estão de *casco mole*, os caranguejos *novos*, encontram-se, geralmente, mais abaixo daqueles que já estão com a carapaça endurecida, chamados de caranguejos *velhos*. O costume, ao enfiar os braços nos buracos, é identificar os que estão com os *cascos* mais *endurecidos* para retirar. Ao

se deparar com aqueles que ainda estão com *cascos moles*, deixam-nos para a próxima captura.

Essas informações acerca do ciclo biológico comprometem também o preço do crustáceo e os lugares a ser explorados. Na época em que *estão de leite* (troca da carapaça) é mais difícil a captura, pois as *tocas* estão geralmente tapadas e os caranguejos com as carapaças moles não podem ser capturados, estão frágeis e podem ser mortos facilmente, especialmente se for usado o gancho. Porém, como esse ciclo não ocorre simultaneamente em todas as áreas de manguezal, por essas épocas os tiradores trocam informações entre si e procuram áreas onde os caranguejos ainda estão velhos. Maria Regina Ribeiro Reis chamou atenção para essa particularidade que envolve a atividade de “tiração de caranguejo”: de acordo com a autora, é fundamental “a experiência do tirador após um longo processo integrativo e adaptativo, baseado na transmissão cotidiana dos saberes (...)” (2007, p. 133).

José Monteiro da Silva (2014), ao falar do aumento da extração de madeira do manguezal após a construção da rodovia, demonstrou seu conhecimento acerca da dieta alimentar do caranguejo:

Pessoal tira muito pau e o caranguejo ele depende dos pau, das folha, que ele come folha, né? Então eles tiram muito pau e aí... adonde eles tiram aquele pau desaparece o caranguejo, porque não tem o que ele come, aí ele já vai pra outro setor, pra outro lado e é a única defeito que tem é aí nessa estrada é isso.

Saber que o animal comia as folhas, conhecimento compartilhado por diversos estudos científicos, como o de Ronaldo Adriano Christofolletti (2005), o levava a uma série de outras observações, como reconhecer as áreas em que havia muito caranguejo para retirar e as áreas mais “vasqueiras”, onde não encontraria muitos crustáceos. Esse fator o fez perceber os efeitos negativos que a estrada trouxe ao ecossistema. Sobre essa curiosidade, ou “ânsia de conhecimento” dos considerados “selvagens”, Lévi-Strauss anotou que “de tais exemplos, que se poderiam retirar de todas as regiões do mundo, concluir-se-ia, de bom grado, que as espécies animais e vegetais não são conhecidas porque são úteis; elas são consideradas úteis ou interessantes porque são primeiro conhecidas” (1989, p. 24).

Nesse sentido, o conhecimento de mariscadores não deve ser interpretado como mera reprodução mecânica de seus antepassados, mas como fruto de observações adquiridas em sua labuta cotidiana, na sua relação com o meio e nas interações sociais com seus pares, pois cada mariscador articula a sua história com a experiência do outro, tecendo redes coletivas de

memória (GUIMARÃES NETO, 2005). O saber é construído cotidianamente de forma dinâmica, eles partem de conhecimentos já produzidos, porém estão rotineiramente introduzindo novos saberes estando em contato com a natureza. Para Reis (2007), o mariscador não pode ser entendido como um profissional efêmero, pois ele possui um conhecimento riquíssimo sobre a diversidade do ecossistema de manguezal, no qual é considerado parte quando se refere a relação homem/mangal. “O homem é parte da natureza, por estabelecer uma relação necessária para criar e modificar o ecossistema, na medida em que modifica a si próprio ao adquirir bens para a satisfação das necessidades” (REIS, 2007, p. 129). Nas palavras de Silveira (2004, p. 73) “o homem simultaneamente representa e é a paisagem”, tendo em vista que, ao mesmo tempo em que emerge dele a ideia de paisagem, ele pode se revelar enquanto uma categoria do entendimento na hermenêutica do meio.

É interessante o caso de André Tavares da Gama, que somou suas experiências na labuta e seu imaginário ao conhecimento científico adquirido pelo contato com uma cientista Alemã que esteve com ele alguns anos atrás, configurando uma forma de atividade do *bricoleur*:

Olha... agora isso aí... eu não vou dizer que vai acabar porque isso... eu acredito que isso é mina! Porque o caranguejo... como agora eles estão é não deixando trazer a fêmea, né? E na época que eu trabalhei com a dona Karen, da Alemanha, ela bateu uma foto, ela disse que a conduraa, quando ela desovasse, mais ou menos dava trezentos e sessenta mil caranguejo, a conduraa. Quer dizer que a fêmea que produz, o macho não produz, ele faz só “cobrir” ela, mas eu tenho pra mim que não se acaba não! Que isso aí é mina, foi que Deus deixou pro pobre, não se acaba não. Vai ficar mais vasqueiro, mas se acabar, não! (GAMA, 2014)

André utiliza-se de observações produzidas a partir de seu imaginário e de sua experiência, mas não desconsidera os ensinamentos recebidos durante o tempo em que trabalhou com Karen Dieli⁶⁷ ao enfatizar que “a fêmea que produz, ele faz só cobrir ela”. Por outro lado, não deixa suas convicções de lado e ressalta: “mas eu tenho pra mim que não se acaba não! Que isso aí é mina! Foi que Deus deixou pro pobre, não se acaba não!”. Ao continuar nosso diálogo, André da Gama (2014) enfatizou que “os caranguejeiro não tira conduraa [...] os caranguejeiro profissional que nem eu, que nem meus filho não, não pega nenhuma, porque sabe que elas que produz.”. É bastante provável que a não captura da fêmea,

⁶⁷ Karen Dieli, alemã, da universidade de Bremen, Alemanha, estuda a dinâmica e gestão dos ecossistemas costeiros em Bragança, sobre a história de vida e ecologia funcional dos invertebrados marinhos e suas respostas às mudanças ambientais naturais e antropogênicas no nível individual, população e comunidade.

condurua, contudo, seja uma prática anterior ao contato dos mariscadores com cientistas e que essa percepção acerca da reprodução do crustáceo seja um costume de gerações anteriores a de André Tavares, pois essa prática é bastante recorrente entre os sujeitos que não tiveram contato com pesquisadores e com aqueles que já não exercem essa atividade por conta da idade avançada.

Jose Monteiro da Silva (2014), já não tira caranguejo, porém, diz ele: “logo no início da minha juventude era o caranguejo”, sustentou a família durante muito tempo com essa atividade e ao rememorar reitera sobre a fêmea, “essa a gente não mexe com ela, muitos não mexem com ela, meteu o braço no buraco que já conheceu que é ela, que agarra ela lá no fundo, aquele caranguejo, o pessoal já sabe que ela é uma condurua!”. Além disso, é mister considerar os vínculos criados entre o homem e o seu local de trabalho por meio da experiência, pois como apontou Ipojucan Campos, esses sujeitos “por meio da experiência, montam estratégias que lhes possibilitam estabelecer relações com o meio ambiente e estas proporcionam inevitavelmente vínculos de respeito entre o homem e o seu local de trabalho” (2012, p. 383).

Essa junção do conhecimento científico aliado aos conhecimentos dos tiradores nos reporta às “maneiras de fazer” do cotidiano, elucidadas por Michel de Certeau (2014). De acordo com Certeau, os usuários, a sua maneira, fazem “uma bricolagem com e na economia cultural dominante, usando inúmeras e infinitesimais metamorfoses da lei, segundo seus interesses próprios e suas próprias regras” (2014, p. 40). De acordo com Lévi-Strauss, esse “bricoleur” descreve comumente as características do pensamento mítico ou, como prefere chamar, ciência “primeira”, pois este é composto por “um repertório cuja composição é heteróclita e que, mesmo sendo extenso, permanece limitado; entretanto é necessário que o utilize, qualquer que seja a tarefa proposta, pois nada mais tem à mão” (1989, p. 32).

A expressão “cobrir”, usada por André Tavares, representa a função do caranguejo macho durante o processo de acasalamento entre os animais. Essa expressão é corriqueiramente usada na comunidade também para descrever a atuação “ativa”, a penetração, do homem durante a relação sexual.

Ao usar o termo *profissional*, entendo que André Tavares delimita uma categoria específica que detém um arcabouço de conhecimentos adquiridos em aprendizagens de várias gerações, que detém métodos, saberes e técnicas que não podem ser ignoradas e devem ser reconhecidas como qualquer outro profissional. Essa categorização serve, na oportunidade em que foi usado, como espécie de autodefesa ou diferenciação contra outros sujeitos que, ao utilizarem métodos que não são reconhecidos como sustentáveis – o uso do gancho quando o

caranguejo está mole ou a captura de fêmeas - e que são alvo de críticas das instituições responsáveis pela preservação do ecossistema, colocam a sustentabilidade de sua atividade em questão.

André Tavares, mesmo ciente das consequências que a captura da *condurua* pode causar à natureza, não abre mão de sua convicção mágico-religiosa baseada no mito da criação; o conhecimento adquirido com a cientista alemã, no entanto, passa a fazer parte de seu discurso em defesa de seus pares, retirando-lhes a responsabilidade da possível redução dos animais no manguezal. Ele usa de uma economia cultural dominante a seu favor, tira proveito, não só no discurso, mas reforça seu conhecimento e passa a incorporar a nova informação.

É interessante destacar o método de reconhecimento das fêmeas pelos mariscadores. De acordo com José da Silva (2014), apenas “meteu o braço no buraco que já conheceu que é ela, que agarra ela lá no fundo”. Reinaldo Tavares da Silva (2014) explica que “é porque o peito dela é mais largo, ela é dessa largura e o caranguejo, o peito dele, do umbigo, que a gente fala, é só um dedinho e a *condurua* é mais larga”, assim é só tocar que se reconhece a “*condurua*”. Ao meter a mão no buraco “já sabe que é ela, a furadinha dos picos dela é bem duidinha, mesmo!”. Essa ordenação das características do crustáceo aproxima o método de observação do pensamento do mariscador aos métodos de observação e reflexão da ciência moderna, pois “toda classificação é superior ao caos, e mesmo uma classificação no nível das propriedades sensíveis é uma etapa em direção a ordem racional” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 30).

Todos os tiradores que entrevistei afirmaram que sabem diferenciar o caranguejo macho da *condurua*, não detendo um conhecimento científico formal, utilizam-se de uma linguagem própria e métodos bem peculiares, cada um à sua maneira, fruto de “propriedades sensíveis”. José da Silva (2014) diz que a diferença entre eles é “por causa do dedo, o dedo dela é muita fininha o dedo dela, sabe? Mais curtinho de que o do caranguejo”. Já Reinaldo da Silva, destaca que o “peito dela é mais largo”. Certeau chamou atenção de que “cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais” (2014, p. 37). Por mais que esses conhecimentos estejam presente no imaginário coletivo, as narrativas quanto às explicações sofrem mutações em âmbitos individuais, ou seja, mesmo ao se referir aos conhecimentos socioculturais do grupo ele imprime suas marcas pessoais no que relata, assim, cada performance verbal será irrepetível.

Não são menos notáveis suas convicções quanto aos lugares que escolhem para coletar o caranguejo. José Monteiro da Silva (2014) explicou que:

a gente chega na paragem⁶⁸, a gente já sabe logo, quando tem o caranguejo os buraco ta... ta picado de buraco. É! É buraco de todo tamanho, aí ele vai escolhendo o tamanho do buraco que ele vai meter o braço ali. E agora tem paragem que você chega num lavado e você vê só um buraquinho aqui, outro lá culá⁶⁹, outro pra culá, aí já compassado. Mas tem pedaço que você dá que o bicho ta picado, aí o cara vai... o que o braço arcança⁷⁰.

À primeira vista seu método parece simples, contudo, quando acompanhei um grupo de tiradores durante a coleta, tentava observar a recorrência e o tamanho das tocas nos lugares escolhidos para a extração e não consegui visualizá-las. Observei bastante e não conseguia discernir os lugares que classificavam como “vasqueiros” e os que tinham bastante caranguejo, todos os lugares pareciam iguais quanto à quantidade de tocas e seus respectivos tamanhos. Diante do mesmo espaço enxergava uma paisagem diferente, distinta da visualizada pelos mariscadores, havia ali uma barreira cultural que impedia que tivéssemos a mesma visualização. Foi comum nas conversas entre os tiradores a indicação de onde deveriam ir e onde não deveriam, em que lugar havia caranguejo “graúdo”, “colorido” e “miúdo”⁷¹ e onde eram “vasqueiros”. “Moreno”, apelido de Pedro Paulo da Silva (**Figura 24**), alertou seus companheiros durante nossa ida ao manguezal que os igarapés menores são bons de caranguejo. Durante nossa viagem ele era constantemente zombado pelos colegas por sua grande habilidade ao “correr” no mangal, percorrer extensas áreas em busca do crustáceo e capturar mais caranguejos que os outros. Reinaldo da Silva (2014), ao descrevê-lo, disse: “esse nasceu pra lama!”.

⁶⁸ Paragem, para os mariscadores, representa o lugar escolhido no manguezal para tirar o caranguejo.

⁶⁹ A expressão “la culá” é uma gíria comumente usada em várias regiões da Amazônia para indicar um lugar distante, sem uma denominação específica.

⁷⁰ A palavra “arcança”, significa “alcança”, do verbo alcançar.

⁷¹ Essas expressões típicas da linguagem local são usadas para classificar a qualidade do caranguejo. “Graúdo” são os caranguejos maiores; “colorido”, são os de casco amarelados; e, por fim, os “miúdos” são os caranguejos menores.



Figura 24: Pedro Paulo da Silva, “Moreno”, saindo do mangue para despejar parte dos caranguejos capturados na canoa. Fonte: Oliveira, 2014.

Ao final da atividade, Moreno, como de costume, havia capturado mais caranguejo que os outros, 23 pêras (**Figura 25**) de um total de 93, em um dia em que estavam 5 tiradores. De tempo em tempo os companheiros zombavam de Moreno: “Tu vai acabar com o caranguejo!”.



Figura 25: pêras de caranguejos, o que equivale à 1302 crustáceos, capturados por 5 tiradores em 1 dia de coleta. Fonte: Oliveira, 2014.

Reinaldo Tavares da Silva (2014) explicou que sabe exatamente “onde dá o caranguejo graúdo e onde dá o caranguejo miúdo”. Para isso, usa da “experiência” na labuta e de suas observações: “porque a gente já sabe já, a gente... a experiência já! As vez... olha aí no... no... nessa região aí da ponte, tem muito mangal lá que a gente já sabe que não tem

porque o pessoal atoraram muito pau pra fazer curral. É assim...”. Nota-se uma elaboração do elo entre o passado e o presente, é nessa dimensão, afirma Campos (2012, p.388), referindo-se ao conceito de experiência proposto por E.P. Thompson (1981), que “se estabelece a proposição de que todo e qualquer momento histórico deve ser interpretado como uma intermediação, um resultado de aspectos históricos anteriores”. A **Figura 26** e a **Figura 27**, abaixo, mostram dois mariscadores em ação, quando escolhem a “paragem” exata para exercer sua atividade.



Figura 26: Mariscador Francisco Ferreira da Silva entrando no manguezal escolhido. Fonte: Oliveira, 2014.



Figura 27: Reinaldo Tavares da Silva procurando tocas entre as raízes para tirar o caranguejo. Fonte: Oliveira, 2014

Há, em suas convicções, um princípio de ordem, organização de suas informações, relações e exigências intelectuais, assim, é necessário atentar que “seu objeto primeiro não é

de ordem prática. Ela antes corresponde a exigências intelectuais ao invés de satisfazer às necessidades” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 24). Utilizam de seus conhecimentos para suas atividades práticas, porém, esse conteúdo vem de uma observação (**Figura 28**), de uma curiosidade advinda de exigências intelectuais anteriores.



Figura 28: Reinaldo da Silva fuma e observa o ambiente para escolher o lugar para coletar o caranguejo. Fonte: Oliveira, 2014.

Além do conhecimento do espaço, a atividade de mariscador exige um saber acerca do tempo das marés e das luas, saber a hora da preamar e da vazante para poder organizar sua saída de casa e sua volta, aproveitando o maior tempo de luz do sol possível.

Outro conhecimento que observei, sobretudo durante minha ida ao manguezal com mariscadores, foi o seu saber geográfico. Sabem exatamente por onde andam, conhecem os igarapés, praias, croas⁷² e comunidades por seus nomes, dificilmente se enganam e quando isso ocorre, logo um companheiro indica o caminho correto, conhecimentos que são indispensáveis ante os perigos a que estão expostos. Na figura abaixo, Reinaldo da Silva ocupa o posto de piloto da embarcação, condição ocupada pelos indivíduos que dispõe habilidades com o motor, com conhecimentos sobre a navegação e o espaço geográfico (**Figura 29**).

⁷² Elevação de terras nos rios e marés criando riscos à navegação.



Figura 29: Reinaldo da Silva (à esquerda) e Pedro Paulo da Silva durante a saída da pequena embarcação até o local de captura. Fonte: Oliveira, 2014.

O perigo, aliás, parece condição intrínseca à atividade, justificada pelo ambiente do manguezal, repleto de raízes, tocos, lama movediça, presença de animais selvagens como cobras, peixes com ferrões envenenados, mas também pelo esgotamento físico ou lesões musculares, o perigo do naufrágio (relatado durante minha ida a campo, como comum e corriqueiro), o risco de se perder no meio de uma paisagem repleta de mangueiros muito parecidos (foi uma das impressões que tive quando estive sozinho no manguezal, quando me afastava dos tiradores; além dos inúmeros relatos de experiências desse tipo). O fato de perder-se no manguezal, na ótica dos mariscadores de caranguejo, está sempre relacionado à presença de seres sobrenaturais que frequentam as florestas, neste caso específico, o (a) curupira e o temido Ataíde.

3.2 O mangal é muito visagento!

Marcus: Porque o senhor não dormiria lá?

Reinaldo: Porque eu não gos... Ixe! O mangal é muito visagento!

A paisagem amazônica, embelezada por rios e florestas, representa para o seu habitante, de acordo com Maria do Socorro Simões (2010), para além de um espaço de vida e trabalho num cotidiano repetitivo, mas um elemento mediador de uma ligação com o

maravilhoso e com o fantástico. Flávio Silveira (2004), porém, aponta que na paisagem há uma dinâmica “eco-antropológica” na qual as interações ecológicas representam um sustentáculo básico de uma rede de significados, possibilita que cosmologias específicas se originem num contexto particular configurado pela interação de grupos humanos e o meio biofísico. A bacia amazônica foi e continua sendo espaço para as mais maravilhosas estórias e encantados que fazem parte da vida do homem amazônico. Desses rios emergiram botos, iaras, cobras-grandes e vários outros encantados para conviver com o caboclo e com o homem da cidade, de forma indissociável⁷³. As florestas, por sua vez, conferem um lugar inigualável para outros tantos contos e lendas que preenchem a identidade cultural do lugar. Simões (2010, p. 11) exalta a floresta como “espaço sintetizador das aventuras, venturas e desventuras do homem” e “tem sido considerada o espaço/refúgio ideal de encantados, entidades mítico/místicas”. A floresta de manguezal (**Figura 30**), que estaria na intercessão entre o rio e a floresta, não é diferente, conforma mitos que preenchem o imaginário e regulam a vida e o trabalho de inúmeros sujeitos que vivem dos recursos oferecidos por esse ecossistema, como bem demonstrou a interlocução de Reinaldo na citação acima. De modo geral, a interação do mundo social com a potência subterrânea das imagens determinadas pelas paisagens cria um universo imaginário do qual afloram mitos, fabulações e lendas (Silveira, 2004).



Figura 30: O manguezal visto de dentro. Fonte: Oliveira, 2014

⁷³ Para enriquecimento do tema, conferir o trabalho de Márcio Couto Henrique (2008) intitulado “Folclore e medicina popular na Amazônia”, que analisa a partir do conto “filhos do boto”, de Canuto Azevedo, como os contos folclóricos estão saturados de elementos da realidade cultural e podem ser utilizados como testemunhos históricos. Além desse trabalho, conferir a tradução cultural da “lenda do boto” feita por Raymundo Heraldo Maués (2006).

Considerando o percurso antropológico da construção do imaginário, busco nesse tópico interpretar o imaginário social dos mariscadores em seu espaço social de trabalho, utilizando como referência seus mitos, que estão identificados com o imaginário, que compõem de forma contínua suas realidades cotidianas, sobretudo tentando interpretar suas crenças e comportamentos relativos aos encantados mais recorrentes na floresta de manguezal: o Ataíde e o (a) Curupira.

Mostrou Maués (2006) que os encantados da Amazônia estão intimamente associados com à prática xamanística da pajelança cabocla, possuem componentes de ordem mágico-religiosa e são pensados como seres humanos vivos, iguais aos outros, porém com a diferença de que possuiriam poderes sobrenaturais, por conta da sua condição “liminar” de encantado. Para este autor, os encantados, nas crenças populares amazônicas, estão divididos em duas categorias: “do fundo” e “da mata”. Os últimos estão relacionados às florestas, os casos mais recorrentes são “anhanga” e “curupira”; já os “do fundo”, estão relacionados aos rios, e por isso, seriam os mais importantes nas áreas litorâneas (Marajó, Salgado e Bragantina). Conhecidos como “bichos do fundo”, quando se manifestam como animais aquáticos (caso da cobra-grande e boto), são também chamados de “oiaras” quando surgem nas praias e nos manguezais, sob forma humana; ou “caruanas” quando se manifestam de forma invisível (MAUÉS, 2006).

A crença nos mitos pelos grupos menos privilegiados, até a década de 1970, segundo Ginzburg, era considerada por historiadores como algo periférico. Nesse meio tempo, porém, com a renovação historiográfica o movimento feminista e a redescoberta de culturas arruinadas pelo capitalismo essas “excentricidades” passaram a ser consideradas temas historiográficos mais que respeitáveis, cultivados até mesmo por aqueles mais relutantes em admitir tais mudanças. Logo, percebeu-se, entre alguns, como Keith Thomas, por exemplo, que mitos como os da feitiçaria poderiam dizer algo sobre os critérios de valor das sociedades que nela acreditavam, os limites que pretendiam manter e o comportamento dos instintos que imaginavam dever reprimir (GINZBURG, 2012). Essa decisão, que levou historiadores a se encontrar com os temas, além dos métodos e das categorias interpretativas dos antropólogos, foi percebida na análise de Peter Burke (2002) sobre o mito, quando este, usando-se da definição de Malinowski de mito como “histórias com funções sociais”, o definiu como “uma história com uma moral – por exemplo, o triunfo do bem sobre o mal – e personagens estereotipadas que – sejam heróis, sejam vilões – são maiores (ou mais simples) que a vida” (2002, p. 142). Levando em conta essas considerações, os mitos pertencentes à floresta de

manguezal conformam elementos importantes para a compreensão dos valores, do comportamento, dos limites e das tradições dos mariscadores de Bacuriteua.

Em sintonia com Burke, o historiador das religiões, Mircea Eliade, ressalta que “a função mestra do mito é a de fixar os modelos exemplares de todas as ações humanas significativas, como, aliás, já foi constatado por inúmeros etnólogos” (1977, p. 334), daí esses encantados que habitam o manguezal serem ferramentas essenciais para o entendimento da realidade dos sujeitos sociais que ali exercem sua labuta.

Como exemplo dessa perspectiva, é interessante citar o trabalho de Márcio Couto Henrique (2010) que analisou o exercício de tradução cultural realizada pelo general Couto de Magalhães, na sua obra *O Selvagem*, de uma lenda indígena específica, *O jabuti e a anta do mato*. Baseado em Lévi-Strauss (1989), o autor enfatiza a preocupação do general em “estudar estas coisas debaixo do mesmo ponto de vista de quem as imaginou” (MAGALHÃES, 1940, p. 163 *apud* HENRIQUE, 2010, p. 70), mesmo que este não tenha escapado das interpretações que refletem o pensamento de seu tempo histórico, assim sua tradução esteve limitada em uma perspectiva romântica e evolucionista, ao invés de pensá-las enquanto um sistema bem articulado, com classificações e superior ao caos. Isso o impediu de perceber o “apetite de conhecimento objetivo” contido na lenda – como a habilidade do narrador de situar a lenda no tempo e no espaço considerando as características da região onde é feita a narrativa –, e o diálogo de concepções culturais diferentes – nesse caso, a indígena e a cristã, que configuraria a forma de atividade do *bricoleur*. Essa interpretação de Henrique evidencia elementos de uma paisagem, da dinâmica de um grupo social, comportamentos, crenças e valores indispensáveis para compreender esse grupo.

Por meio da compreensão do significado desses encantados, podemos nos aproximar de uma melhor interpretação das interações entre os sujeitos e a natureza, os significados de alguns comportamentos, de escolhas e de concepções acerca do mundo natural. Para esse intento, explorei a rica produção originária das ciências sociais (sobretudo dos antropólogos sociais) e, a despeito de concepções que veem nessas ciências abordagens contraditórias, achei mais útil tratar como complementares, mesmo que na sociologia prevaleça um estudo da sociedade humana com ênfase em generalizações sobre sua estrutura e desenvolvimento e na historiografia, ao contrário, privilegie-se o estudo das sociedades humanas no plural, pois apesar dessa diferença fundamental toda mudança é estruturada e as estruturas se alteram (BURKE, 2002).

O mito nos remete a um “processo de estruturação” que está sempre em constante mudança, é provável que um historiador os considere produtos da cultura, que vão mudando

lentamente na longa duração. O acesso a essa cultura ou a estruturação e, conseqüentemente, ao melhor entendimento do mito, é condicionado pelo estudo empírico, tendo em vista que “supondo-se que elementos idênticos tenham sido retidos aqui e ali, a experiência prova que pode ter sido por razões diferentes e que, inversamente, elementos diferentes preencham por vezes a mesma função” (LÉVI-STRAUSS, 1983, p. 152). Levando em conta essa consideração, foi essencial “estar lá”, tal qual o “novo antropólogo” proposto por Malinowski: “acocorando-se junto à fogueira; olhando, ouvindo e perguntando” (CLIFFORD, 1998, p. 26). Porém, busquei valer-me da etnografia a fim, não de explicar, mas de interpretar as histórias ou “estórias” sem calar os informantes, dando voz a eles, introduzindo suas falas no texto, pois estou ciente de que durante o processo etnográfico há uma constante negociação de duas culturas ou mais, um “diálogo” ou mesmo uma “polifonia” (CLIFFORD, 1998). No campo, além da “heteroglossia”⁷⁴, é necessário estar atento aos sinais, aos mitos, rastros, indícios no homem e na natureza que possam nos dar pistas, o fio condutor do entendimento da realidade do mariscador e da sua relação com o meio, pois há marcas culturais no espaço passíveis de serem lidas como escrituras da sociedade que ali se instalou, trabalha, dá sentido e interage com o ambiente (SILVEIRA, 2004).

Entendo que não é possível que, mesmo estando lá, no mangue, possa compreender e enxergar a paisagem tal como um mariscador, pois ela é uma construção cultural (SILVEIRA, 2004). No entanto, é importante perceber a imensa diversidade de sons e imagens que formam o mangue, elementos que instituem uma realidade fantástica e mágica, que enriquecem a imaginação, instigam estórias, lendas e mitos. O mito, como já anotamos, é uma espécie de modelo às várias ações humanas significativas, sempre que se trata de fazer alguma coisa de vivo, de animado, de ordem biológica, psicológica ou espiritual recorre-se ao mito. A vida no manguezal é regulada por uma série de mitos que orientam seus frequentadores, seus comportamentos, hábitos e atividade. Qualquer que seja a sua natureza, o mito é sempre um precedente, um exemplo; não só em relação às ações do homem, mas quanto a sua própria condição (ELIADE, 1977). As escolhas dos lugares e do tempo em que se deve “mariscar”, as estratégias utilizadas no interior do manguezal para não perderem-se, os sons e os rastros que ouvem no mangue, para os tiradores de Bacuriteua, sempre está relacionado não só com as limitações físicas do ambiente, mas também pela presença dos seres encantados, elementos simbólicos. Quando estive lá, junto aos mariscadores, presenciei, por exemplo, indicações dos

⁷⁴ De acordo com James Clifford (1998, p. 19), “heteroglossia” foi o termo cunhado por Mikhail Bakhtin para descrever um processo de comunicação entre pessoas de culturas diferentes através da linguagem, em que as pessoas interpretam as outras e a si mesmas, numa diversidade de idiomas.

lugares onde o Ataíde e a (o) Curupira teriam aparecido e estes lugares eram geralmente descartados para a atividade. Assim, buscavam outras *paragens* onde não corresse o perigo de encontrá-los. Do contrário, se escolhessem um lugar em que um encantado já tivesse aparecido poderiam até ficar ali, desde que não permanecessem sozinhos. O comportamento e as escolhas são regulados por essas crenças.

Nos diálogos empreendidos com meus interlocutores, os perigos encontrados no manguezal foram temas corriqueiramente discutidos e as figuras do Ataíde e do (a) Curupira foram recorrentes. Indagado sobre a recusa em passar a noite no manguezal, Reinaldo da Silva (2014) respondeu: “Ixe! O mangal é muito visagento!”. Essas “visagens” são concebidas como uma força mágica aliada à espíritos malignos que, por outro lado, são consideradas, por alguns autores, mecanismos de proteção natural dos ecossistemas costeiros. Estes encantados, ao povoarem a mente dos pescadores, servem como instrumentos reguladores da vida e dos recursos oriundos dos ecossistemas marítimos e ribeirinhos (FURTADO, 1993; REIS, 2007). Nesse sentido, esse discurso aproxima as visagens da noção de preservação ambiental, tendo em vista que os locais onde foram “vistos” seriam poupados da exploração, o que facilitaria a renovação dos recursos daquela área.

As lendas, observou Henrique (2010, p. 66), “expressam a psicologia coletiva do grupo responsável por sua (r)elaboração e transmissão”, sendo importante ressaltar o equívoco ao se falar de “sobrevivência de usos, costumes, fórmulas jurídicas esquecidas, mortas”, pois, se elas existem, é porque têm significados ‘vivos’ para quem as expressa em suas narrativas” (2010, p. 66). Assim, ainda que a maioria dos mitos e lendas que encontrei em Bacuriteua sejam oriundas de histórias contadas pelos mais velhos, seus significados e ensinamentos continuam “vivos” para os mariscadores mais jovens, regulam seu *modus vivendi*, seus sentimentos e seu trabalho.

O Ataíde é a figura mais famosa e temida entre os encantados que habitam o manguezal. Consultamos alguns discursos sobre esse “personagem”, ao qual atribuem uma série de significados, que vão de um encantado que representa instrumento regulador do ecossistema (FURTADO, 1993; OLIVEIRA, 2005; PEREIRA, 2007; REIS, 2007) até uma “criação religiosa”, uma “forma” que tende a retornar a um arquétipo, que personifica as relações sexuais entre homens, o que não seria bem visto nas comunidades em que este “ser” estaria presente (SOUZA, 2013). Utilizando como suporte essas análises, procurei interpretar os relatos sobre o Ataíde em minhas interlocuções a fim de tentar compreender suas visões idílicas e a influência destas na relação do homem com o meio natural sem, contudo,

pretender uma interpretação completa e conclusiva sobre esse encantado, muito menos a intenção de esgotar o conteúdo e a função do mito.

A fim de interpretá-los, julgo que é essencial uma aproximação com os sujeitos, para tentar viver “experimentalmente” essa história exemplar, por meio do diálogo, da ida a campo, da participação em sua atividade compartilhando dessa experiência, mesmo tendo ciência de que jamais serei um deles. Essa “observação participante” “requer um árduo aprendizado linguístico, algum grau de envolvimento direto e conversação, e frequentemente um “desarranjo” das expectativas pessoais e culturais” (CLIFFORD, 1998, p. 20).



Figura 31: O Ataíde representado em um bloco de carnaval em Bragança, no ano de 2012. Fonte: Secretaria de cultura de Bragança, 2012.

As descrições físicas do Ataíde são sempre parecidas. Esse encantado, de acordo com Reinaldo da Silva (2014), é “um bicho muito perigoso”, “cabeludo” e grandão⁷⁵; para André Tavares da Gama (2014) “é um bicho invisível”, que tem mal cheiro, um “homão medonho que tem no mangal”; Manoel Soares da Paixão (2011), por sua vez, o descreve como um “homem grandão cabeludo” de uma “cara enorme e, curiosamente, de “rastro de um bebezinho”. José Monteiro da Silva (2014) descreve-o, também, como um “bicho invisível que vive no mangal”, já Orivaldo da Silva (2010), faz a descrição mais peculiar, que mesmo implícita em outras falas, tenta-se ocultar, concebe-o como “um bicho de pau medonho”. É importante pensar que essas características descritas sobre o encantado devem ser problematizadas, pois tais traços podem evocar significados de uma cultura específica ao mesmo tempo que explicita memórias individuais. Considerando tais descrições, o Ataíde

⁷⁵ Idem.

seria uma espécie de ser antropomórfico, talvez uma mistura de macaco com homem de grande porte, de órgão sexual avantajado, como se refere Orivaldo da Silva, com “pau medonho”.

As descrições do Ataíde feitas pelos informantes condizem com as características gerais dos encantados “do fundo”, registradas por Maués (2006), um “homem grandão”, um “oiara”, ou um “bicho invisível”, um “caruana”, caracteres que reforçam a crença na existência de seus poderes sobrenaturais. Maués destacou a incorporação dos encantados “caruanas” em pajés, com a finalidade da participação em rituais de cura, situação essa que não foi verificada no caso do Ataíde. Porém, o fato de estar invisível e pertencer ao manguezal não deixa de o colocar em paralelo com os “caruanas” apresentados por esse autor.

No trabalho de Camila Souza (2013), alguns de seus interlocutores, além de citar essas peculiaridades, narraram tratar-se de “um homem pretão”, que anda acompanhado por uma mulher branca, loira e de olhos azuis; de acordo com essa autora, tais imagens “evocam, ainda, sentidos que sugerem para o cruzamento de culturas africanas, indígenas e europeia” e que o tamanho avantajado de seu órgão sexual pode evocar “um encadeamento de imagens, no qual, o africano é aquele detentor de um pênis avantajado, vigoroso”; e a mulher branca, de olhos azuis “é tida como parâmetro de beleza” (SOUZA, 2013, 45). Essas características evidenciam, ainda, o cruzamento de “raças”, a presença africana e europeia, que tem influências culturais nas formas de manifestação da pajelança cabocla, marca comum dos “caruanas” (Maés, 2006).

Essas representações, que por vezes evocam conexões entre bases morfológicas dos mitos, evidenciam, por outro lado, particularidades individualizadas nas narrativas, ou seja, componentes estranhos ao estereótipo comum do mito, mesmo que o arquétipo continue sendo o mesmo. A introdução desses elementos pode ser explicada por um processo natural de sobreposição de culturas, pois mesmo que habitem um espaço reduzido, que é o da comunidade, frequentam tempos e espaços diversos. Quando me refiro ao tempo, quero evidenciar as diferentes gerações as quais pertencem os interlocutores. André Tavares e Orivaldo da Silva, por exemplo, já não atuam como mariscadores, trabalharam em um manguezal mais antigo, por outro lado, Reinaldo da Silva e Manoel Soares continuam na ativa, enfrentam um manguezal atual, marcado por influências culturais desse tempo. Quanto ao espaço, é bom lembrar que o manguezal da região, segundo Fernandes (2000), é um dos maiores do planeta, assim, possibilita o deslocamento para distintas e distantes regiões. Cabe aqui ressaltar que “os materiais brutos que o meio ambiente natural oferece à observação e à

reflexão são, ao mesmo tempo, tão ricos e tão diversos que, de todas essas possibilidades, o espírito não é capaz de apreender senão uma fracção” (LÉVI-STRAUSS, 1983, p. 152).

Por outro lado, é bom lembrar que essas descrições de fisionomia dependem das circunstâncias dos ocorridos. As descrições de Manoel, que são de segunda mão, pois segundo ele, nunca viu e nem quer ver, foi contada por dois primos que teriam visto o “Ataíde”. Maués (2006) chamou atenção que esses eventos sempre ocorrem em um tempo ou espaço mítico, nunca no presente, no lugar ou na vida do próprio informante. De acordo com a versão contada por Manoel Soares, ele seria um “bicho cabeludo”, de “cara enorme” e com um “rastro de bebezinho”, esses traços me levam a imaginar as imagens que os animais do mangue, sobretudo o macaco, podem provocar no imaginário desses sujeitos. Esses animais são temidos e mal vistos pelos tiradores, tanto pelo prejuízo que podem causar, segundo eles ao comerem os caranguejos, como os sustos que promovem com sua movimentação repentina pela floresta de manguezal.

Concebê-lo como um “bicho invisível”, além de atribuir poderes sobrenaturais, pode significar a explicação de sons, ruídos, rastros e sinais não identificados por eles, uma vez que é comum ficarem sozinhos no meio da floresta, mesmo quando saem acompanhados, pois durante a coleta, costumam tomar rumos diferentes na procura das tocas. E durante esses momentos é comum ouvir o canto de pássaros, os galhos caindo, o som da maré, do vento batendo nas árvores e no mar, o som produzido pela circulação de animais e dos companheiros pela lama e pelos galhos, é uma mistura de sons que muitas vezes se torna indescritível até mesmo para quem é profundo conhecedor daquele espaço. Porém, como bem explicou Mircea Eliade (1977), o mito não pode ser tomado como simples projeção fantástica de um acontecimento “natural”, o que parece à mentalidade empírico-racionalista um processo “natural” revela-se, na perspectiva mágico-religiosa, como uma cratofonia (lugar de poder ou de sacralidade) ou uma hierofonia (o profano tornou-se sagrado); e é por meio desses espaços que a natureza se torna objeto mágico religioso. Para o mariscador, os acontecimentos, que por muitos são tomados como “naturais”, no manguezal são sempre resultado de uma experiência mágica, fabulosa, fantástica ou sobrenatural, uma obra divina ou de visagens.

Sobre esse aspecto do manguezal Camila Souza sugere:

Os meandros do mangue, com os seus labirintos de árvores detentoras de raízes aéreas e os cursos/canais d’água que variam seus tamanhos de acordo com o movimento das marés é uma paisagem instável, onde a matéria mole e pastosa reina impondo a instabilidade dos corpos, repleta de odores fermentantes e de sonoridades estranhas relacionadas a certos “movimentos” que vão desde os bichos, passando pelos estalos das fermentações do lodo

ocre e vivo, ou dos galhos que se quebram ante o peso das pisadas do Ataíde que está oculto, até os seus gemidos quando vaga pelo lugar assombrando os humanos durante a sua faina. O “mangal” representa uma “paisagem do medo”. (2013, p.44-43)

Essa paisagem do medo é campo fecundo para a produção do pensamento figurativo, ou figuração simbólica, produzidos pelos desejos e impressões do sujeito, a gênese recíproca que oscila entre o gesto pulsional ao ambiente ecológico e social e vice-versa (DURAND, 1984). Essa floresta absorve e catalisa o comportamento do mariscador, imprimindo ao lugar uma espécie de estilo de cultura e vida (SIMÕES, 2010).

O mito do Ataíde, assim como todos os outros mitos utilizados para explicar os eventos que ocorrem na natureza, jamais deve ser compreendido como obra de uma “função fabuladora” apartada da realidade, os mitos, assim como os ritos, oferecem modos de observação e reflexão que foram, e continuam, exatamente adaptados a descobertas de tipo determinado: “as que a natureza autorizava, a partir da organização e da exploração especulativa do mundo sensível em termos de sensível” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 31).

O Ataíde, segundo os interlocutores, costuma atacar os homens que andam sós e/ou à noite pelo manguezal, ele “mata”, “judia”, “faz aquilo que não presta”, “faz besteira pra pessoa”. Esses discursos podem revelar uma gama de significados diversos, sobretudo se levarmos em conta o contexto de “*entre vista*” em que eles foram ditos, ou seja, por trás das respostas está implícita a expectativa de quem interroga, “como um complexo jogo de espelhos cruzados que refletem o modo como ambos se imaginam e se usam respectivamente” (PORTELLI, 2010a, p. 220). Constate-se uma peculiaridade das fontes orais que é a performance em que esses discursos foram proferidos, o que me obriga a reproduzir as palavras das fontes orais conservando o máximo de sua sintaxe e estilo, pois até mesmo o caráter dialógico e imaginativo, longe de considerá-lo impureza, é um fato histórico em si, resultado do encontro dialógico. Porém, isso apenas não basta. Para compreendê-lo e retirar do entrevistado o máximo de informações necessárias é preciso também captar gestos, silêncios, pausas e qualquer pista ou sinal que possa representar aquilo que o interlocutor quer dizer ou silenciar.

A narrativa de José da Silva (2014) quando interrogado acerca da ameaça que o Ataíde representava é significativa quanto a esse aspecto das fontes orais e suas palavras, expressões e pausas revelam fatos que não quis dizer explicitamente, mas deu um jeito de deixar implícito: o estupro de homens, vítima comum do Ataíde:

Aí... porque ele é um bicho invisível, né? E aí ele mexe com a pessoa quando ele aparece pra uma pessoa, ele não aparece... ele não é um bicho que

aparece pra muita pessoa, ele aparece pra uma só, uma pessoa, duas pessoa e a função dele é *prejudicar* a pessoa, né? Ele aparece pra pessoa pra *pegar* a pessoa, aí ele vai já fazer *aquilo...* se não tiver quem acuda ele vai fazer *aquilo que não presta*.⁷⁶

Quando usa as expressões “prejudicar a pessoa” ou “pra pegar a pessoa”, quando faz uma pausa depois de dizer: “fazer aquilo...”, ou mesmo quando retoma e completa com a frase “fazer aquilo que não presta” tenta ocultar uma ação que é considerada tabu em sua comunidade (SOUZA, 2013), não se sente à vontade para falar sobre o assunto, especialmente para um estranho, não tem palavras para expor ao entrevistador. A voz tremida, a pausa entre uma frase e outra e, por vezes, no meio delas, denuncia uma tensão ocasionada pelo assunto. Em sintonia com Portelli (2010a), entendo que é preciso ler esses textos como uma autenticidade de diálogo e tensão, uma cooperação antagonista que rearticula as relações de poder.

Essa tensão está associada a um enunciado que sempre se repete nos relatos sobre o Ataíde que é o “nunca vi, mas conheço outro que viu”. De acordo com Souza, “o advérbio de negação “nunca” já nos aponta para a reflexão de que ver o Ataíde não é bom, pois, se pressupõe logo que, se alguém encontra com o Ataíde, algo ele faz à pessoa” (2013, p. 36). Essa reflexão é, de fato, válida quando se refere ao mito do Ataíde na localidade do Bacuriteua. José da Silva (2014) fez questão de repetir: “seu... dizendo eles, que eu não sei, né? Nunca vi!” Reinaldo (2014) fez questão de deixar claro no início da conversa: “rapaz teve um primo nosso que viu ele”; e no fim do diálogo: “eles falam, eles falam, quem já viu fala, né? Eu não quero nem vê, nunca na minha vida”. Manoel Soares da Paixão (2011), da mesma forma, enfatiza no início do nosso diálogo: “olha, eu nunca vi, mais eu teve dois parentes lá nesse Bonifácio, lá nessa fazenda, que eu tô falando, dois, é dois primos, primos-irmãos!”.

As narrativas são sempre semelhantes, o narrador nunca é o protagonista, sempre foi o outro que viu, não se compromete e reitera, como fez Reinaldo da Silva, “eles falam”. De acordo com Souza (2013), esse encontro, que sugere de imediato na cultura local que o sujeito foi “violado” pelo Ataíde, representa a imagem de uma relação homoerótica e por isso há intenso distanciamento do fato, pois esta relação não seria bem vista no seu grupo social.

Na contramão dessa perspectiva suscitada por Camila Souza, André Tavares da Gama foi o único interlocutor que, ao contrário dos demais, afirma ter visto e falado com o Ataíde. Aliás, sua narrativa apresentou outras questões distintas das demais narrativas que envolvem o

⁷⁶ José Monteiro da Silva, 28 de janeiro de 2014.

Ataíde, como: aparecer para mais de uma pessoa, aparecer na beira da estrada e conversar com sua potencial vítima. André da Gama (2014) narrou:

Isso aí, na época que eu trabalhava, já pra cá, eu cheguei vê. Foi! Eu cheguei vê! Ele não fez uma besteira pra nós porque eu tava acordado e os meninos tavam dormindo, a dormida era na beira da estrada. Há tempo pra cá a gente ia pra lá, pra vir no outro dia, aí a dormida era na beira da estrada. E nesse tempo lá na ostra nós se deitamos lá na beira da estrada, mas eu não dormi, receando, né? Na beira da estrada as vez passa o bom passa o ruim, né? E aí que quando nós... eu tava acordado lá, sentado, espiando, quando lá vem aquele homem... Eu olhei um homem muito medonho, muito medonho mermo, grandão mermo, aí eu só comigo... digo... pensei logo e disse: esse é o Athayde! Aí que quando ele chegou, ele disse: - Ê parceiro! Eu disse: - oba! Aí foi que ele disse assim: - O senhô tem água por aí? Aí eu disse: - Eu tenho! - Dá pro senhô arranja um pouco aí pra mim? - Dá! E os meus companheiro, meus filho, tavu tudo dormindo lá, era meus filhos que tava, tava dormindo tudinho lá. Aí eu agarrei, peguei uma cuia⁷⁷, e eu já tava desconfiando que era ele mermo né. Aí eu peguei uma cuia, botei um carote⁷⁸, assim na cuia e enchi de água e dei pra ele e aí eu disse assim: - Mal pergunta, da onde o senhor vem? Aí ele foi disse assim: - Ah, eu venho da Alemanha! - O senhor vem da Alemanha? - O senhor veio da Alemanha? - E pra onde o senhor vai agora? Ele disse assim: - Eu vim até aqui, daqui eu vou voltar! E ele bebeu a água na cuia, aí ele disse: - O pessoal tão dormindo? - Tão sossegando aí, mas eles não tão dormindo não, tão acordado! Eu já vou chamar eles que eu.. que nós temo que sair. Eu disse assim pra vê se ele afastava, né? Aí foi que ele voltou, pegou na ponte, que eu olhei já tinha sumido. Ele é invisível!

De acordo com Durand (1984), na base de todo mito se encontra uma dada “matriz arquetípica”, a qual se inclui na categoria verbal, isto é, da ação e do gesto: o verbo exprime a ação, no entanto, o mito é sempre transpessoal, transcultural e metalinguístico, pois como ressaltou Lévi-Strauss (1989), ele é o discurso que melhor se traduz, um processo mítico que manifesta-se pela redundância imitativa de um modelo arquetipo, oposta, conquanto, ao processo de uma demonstração analítica e a uma descrição histórica, ou mesmo de uma narrativa de causa e efeito (ARAÚJO; TEIXEIRA, 2009). O mito, ao transformar-se em narrativa, promove a performance do narrador, que nessas circunstâncias, “pode ficar imerso nas fontes da tradição, ser capaz de imprimir suas marcas pessoais no que relata e pode, ainda, referir elementos relacionados com os avanços socioculturais do grupo.” (SIMÕES, 2010, p. 8). Para Eliade (1977), essas “tonalidades” distintas da efabulação podem ser explicadas, também, pela coloração e pela orientação variável da sensibilidade popular.

⁷⁷ Vasilha feita do fruto da cuieira, da família das Bignomiáceas, depois de esvaziado o miolo. Muito utilizada na região bragantina para armazenar farinha de mandioca, beber água, isca de pesca e muitas outras utilidades.

⁷⁸ “Carote” é o termo que utilizam para se referir às garrafas térmicas em que guardam água para beber.

Como qualquer narrativa mitológica, a narrativa de André Tavares é rica pelo seu conteúdo, que é exemplar e, como tal, tem um sentido, cria modelos. Mesmo apresentando elementos novos em sua narrativa, como a conversa com o Ataíde sem ser violado e a estrada, por exemplo, demonstra que não está desligado dos estereótipos que um “encontro com o Ataíde” poderia significar para sua reputação perante a comunidade e, nesse sentido, faz questão de ressaltar que ele não “fez besteira”, porque ele estava acordado e não estava sozinho durante o encontro. Sua narrativa serve aos mais novos e aos outros companheiros como ensinamento de que não se deve ir só ao manguezal, não se pode dormir, é preciso estar atento às surpresas e aos perigos daquele lugar, pois “na estrada passa o bom, passa o ruim”, o que não diferencia a sua narrativa, grosso modo, das outras que ouvi. É bom salientar que, qualquer narrativa oral ou escrita “encerram elementos arquétipos, estereotípicos ou míticos” (BURKE, 2002, p. 143).

Por outro lado, não posso abster da tentativa de compreensão de vários elementos novos em seu relato. É significativo o fato de o encontro com o Ataíde ter ocorrido à beira da estrada, local de descanso e de circulação, um novo elemento na paisagem que se torna, assim como os outros, material bruto de observação e reflexão. Observou Lévi-Strauss (1983) que cada cultura constitui em traços distintivos somente alguns aspectos do seu meio ambiente e que não há como saber quais nem para que fins. Ele se serve deles para erigir um sistema entre uma infinidade de outros igualmente concebíveis.

Nesse caso, o que mais surpreendeu foi o diálogo entre André Tavares e o Ataíde, assim como o comportamento do último. Quando perguntado para onde iria, Ataíde teria respondido que iria para a Alemanha, o mesmo lugar de onde teria vindo. Quanto a esse diálogo, não consigo relacioná-lo a outra situação senão ao fato de alguns cientistas alemães, à exemplo de Karen Dieli, terem sido bastantes populares entre alguns pescadores em Bragança, desde 1999, quando houve a implantação do projeto MADAM (*The Mangrove Dynamics and Management Program - Manejo e Dinâmica em Áreas de Manguezais*), fruto de um acordo de cooperação entre os governos do Brasil e da Alemanha, assinado em 1996. Este projeto tinha por objetivo conhecer e compreender a estrutura e função dos ecossistemas costeiros, particularmente os manguezais. Sua novidade consistiu em utilizar para tal uma abordagem holística e multidisciplinar, que pretendia contribuir para que estes ecossistemas fossem utilizados pelo homem de forma sustentável. Para isso, desenvolveram várias pesquisas sobre aspectos físicos, geoquímicos e meteorológicos do ecossistema, estudos sobre a biologia, ecologia, estrutura genética e dinâmica das principais populações de vegetais e animais que habitam os manguezais e ecossistemas estuarinos e, naturalmente, sobre

atividades do homem, sua dependência econômica dos recursos naturais e as consequências ecológicas, sociais e culturais de suas atividades (SILVA; COSTA; SILVA, 2003).

A partir da implantação do projeto vários cientistas alemães chegaram à Bragança e, ao iniciar suas pesquisas passaram a estabelecer contatos de sociabilidade com vários trabalhadores que vivem dos recursos do ecossistema, entre eles os mariscadores. O próprio André Tavares da Gama relatou o contato que teve com uma pesquisadora alemã chamada Karen Dieli. A estudante o contratou várias vezes para levá-la até o manguezal, onde fazia sua coleta para a pesquisa e é bem provável que essa aproximação possa representar uma série de interpretações por parte dos sujeitos, sobretudo por serem oriundos de culturas bastante distintas. Porém, apesar de nos instigar a sugerir explicações, essa relação não basta para explicar o diálogo de André Tavares com o Ataíde e sua associação com a Alemanha.

Reinaldo da Silva (2014), em sua interlocução, relatou experiência parecida, pois também trabalhou para uma pesquisadora alemã, interlocução que trará, todavia, elementos importantes que podem ajudar a entender o diálogo de André Tavares da Gama com o Ataíde:

E tinha uma mulher que eu trabalhava na pesquisa com ela da Alemanha, dessa que a Karen trouxe, eu trabalhei com ela um ano certinho, com ela, ela dormiu três dias no manguezal “sozinha”, coisa que eu achei muita coragem daquela mulher que eu disse que: - eu não fico! Eu com outro eu já não fico!

Essa interlocução é reveladora no sentido de que evidencia uma prática importante entre os pesquisadores (passar a noite no manguezal) que pode suscitar algumas interpretações para o diálogo de André Tavares com o Ataíde. A soma dessas informações sugere, no meu ponto de vista, que é possível que André Tavares na realidade tenha confundido um pesquisador alemão com o encantado Ataíde. Segundo Reinaldo da Silva ela “dormiu três noites sozinha” e, sobre isso, é importante ressaltar a hora que André encontrou o Ataíde, na madrugada, momento em que seus companheiros dormiam e que, talvez, jamais André imaginasse que algum pesquisador pudesse estar ali. Soma-se a essas coincidências o fato de que vários pesquisadores estiveram na região fazendo pesquisas em todos os turnos, observando o comportamento e os ciclos biológicos da fauna e da flora específicas desse ecossistema que estavam previstos no projeto.

Além desse fato, as próprias características físicas dos alemães, geralmente muito altos, são semelhantes às descrições do homem visto por André Gama na beira da estrada “um homem muito medonho, muito medonho mermo, grandão mermo”. A linguagem que denota uma comunicação complicada com os habitantes locais é outro elemento complicador que pode suscitar outras interpretações que elucidem a origem do mito narrado pelo mariscador,

sem falar que os alemães retornaram para o seu país de origem após o encerramento do projeto, exatamente o que o “Ataíde” iria fazer: “Aí ele foi disse assim: - Ah, eu venho da Alemanha! – O senhor vem da Alemanha? - E pra onde o senhor vai agora? Ele disse assim: - Eu vim até aqui, daqui eu vou voltar!”.

É mister registrar aqui que minha intenção não é desconstruir a narrativa de André Tavares, mas sim aludir que o mito está intimamente ligado com a realidade e com o tempo e por isso está em constante mudança, um contínuo processo de estruturação. A presença dos alemães no manguezal e a convivência destes com os mariscadores, assim como a construção da rodovia, foram elementos inovadores que passaram a fazer parte da vida dos mariscadores e certamente enriqueceu o imaginário de muitos deles, como demonstra a narrativa de André Tavares da Gama.

Sobre essa reflexão, segue uma caracterização do mito proposta por Mircea Eliade, diz ele: “o mito, como símbolo, tem sua lógica própria, uma coerência intrínseca que lhe permite ser “verdadeiro” em muitos planos, por afastados que estes estejam do plano em que o mito originalmente se manifestou” (1977, p. 349). Por mais que haja a introdução de novas tonalidades e a perda de outras, sua estrutura, o ideal arquétipo e seu valor permanecem.

Outra revelação e ensinamento que o diálogo de André Tavares da Gama com o Ataíde oferece é a esperteza do mariscador ao conseguir enganar o encantado. Segundo ele, ao ser perguntado pelo Ataíde se seus companheiros estavam dormindo ele respondeu: “tão sossegando aí, mas eles não tão dormindo não, tão acordado! Eu já vou chamar eles que eu... que nós temo que sair.” Com essa resposta, teria enganado o Ataíde que, ao saber que seus companheiros estavam acordados, teria decidido ir embora: “Eu disse assim pra vê se ele afastava, né? Aí foi que ele voltou, pegou na ponte, que eu olhei já tinha sumido”. Mesmo em uma situação difícil, frente a frente com o perigo, André Tavares da Gama manteve a calma e com a sua inteligência, ao saber que se estivesse acompanhado não seria atacado pelo “bicho”, conseguiu se livrar do pior.

Com relação a esses arquétipos relacionados à natureza, me deparei à época da pesquisa com um material distribuído nas escolas do município de Bragança intitulado “Cadernos pedagógicos: lendas e mitos do bairro da Aldeia”, produzido por alunos da Universidade Federal do Pará como parte do projeto Grupo Universitário de Educação e Alfabetização de Jovens e Adultos (GUEAJA), coordenado pelos professores Sebastião Rodrigues e Joana D’Arc Neves, em julho de 2004. O material tem a clara intenção de valorizar a cultura local a partir da divulgação de mitos e lendas do bairro da Aldeia, um dos mais antigos de Bragança, que carrega esse nome por ter sido local de um aldeamento

indígena no passado, localizado próximo ao manguezal e ao rio Caeté. Entre as lendas e mitos que o material descreve, encontrei um intitulado “O monstro do mangue”, que chamou atenção por conta da proximidade que o mesmo tinha com as narrativas dos mariscadores. Eilo:

Outro acontecimento que assustava os moradores antigos do bairro da aldeia, era o fato de os animais apanharem durante a noite e de madrugada.

Tio Zé dizia que se escutava um barulho muito estranho, como se fosse pegadas que ninguém conseguia explicar, as galinhas e os galos carejavam muito e amanheciam sem as penas das asas, os cachorros e os gatos amanheciam feridos e, as vezes com as orelhas mordidas. O desespero dos moradores era total.

Conta Tio Zé, que tal fenômeno ocorria porque saía do manguezal um monstro muito feio que assustava e batia nos animais pelo fato de seus donos jogarem lixo no manguezal. (LOPES; RODRIGUES; FIGUEIREDO; BEATRIZ; DANIELLE; ARAÚJO, 2004).

A história do “monstro do mangue” é interessante para minha análise, no sentido de que se apresenta em conexão com as histórias do Ataíde que ouvi em Bacuriteua. Como o material produzido pelos alunos do curso de Pedagogia tinha fins estritamente didáticos para a Educação e Alfabetização de Jovens e Adultos, não desconsidero as adaptações realizadas. Certamente, por conta dessa utilidade, alguns elementos da história do Ataíde – isso se, de fato, o monstro do manguezal se inspirava nele - como o “pênis avantajado” e o seu costume em “fazer aquilo” seriam silenciados. No entanto, não é isso que me chamou atenção. O que enriquece o mito e sugere sua adaptação aos estímulos do meio foram as “ações” – o ataque aos animais por exemplo - operadas por ele e, por fim, o “motivo” que o teria levado a praticar as ações. Nessa versão, as galinhas e os galos amanheciam com suas asas depenadas, cachorros e gatos amanheciam feridos e o motivo de tais maldades seria a agressão à floresta pelos moradores do bairro ao jogar lixo no manguezal. O sofrimento dos animais domésticos e de estimação se apresentou como um fato novo, assim como a justificativa para tais ações, contudo, o ideal arquétipo é o mesmo – a proteção do meio ambiente contra a ação inescrupulosa do homem -, a estrutura mitológica se mantém, porém a narrativa está totalmente adaptada à realidade do narrador e dos sujeitos que teriam vivido tal experiência.

Não menos interessante é o paralelismo das histórias do Ataíde com as do boto. À primeira vista, parece até absurdo propor tal comparação, porém, como bem nos informou Eliade (1977) o mito pode degradar-se em lenda épica, em balada e em romance, ou então sobreviver, em forma diminuída, nas “superstições”, hábitos, nostalgia, entre outros, não

perdendo por isso sua estrutura nem o seu valor”. Portanto, os “encantados do fundo” apresentam, grosso modo, a mesma estrutura mítica e o arquétipo continua a ser criador, mesmo se degradando para outros níveis. O boto, assim como o Ataíde, são “bichos do fundo” que se transformam em seres humanos para seduzir pessoas comuns e manter relações sexuais com elas. Maués (2006, p. 21), após colher o relato de um pajé, anotou que “o ‘boto encantado’ [...] apresenta-se diante de suas vítimas sob forma humana, seduzindo-as e mantendo relações sexuais com elas”. Orivaldo da Silva (2010) relatou que “tinha um Ataíde no mangal, aí agarrava a gente, aí se transformava em um conhecido qualquer, eles falavam isso, eu nunca vi isso.” André Tavares da Gama (2014) se referiu ao encantado como “um bicho invisível, é um homem”. José Monteiro da Silva (2014) afirmou que “ele é um bicho invisível (...) a função dele é prejudicar a pessoa, né? Ele aparece pra pessoa pra pegar a pessoa, aí ele vai já fazer aquilo... se não tiver quem acuda ele vai fazer aquilo que não presta.”

Como na lenda do boto, o Ataíde se transforma em um homem, até em pessoa conhecida, como contou Orivaldo da Silva, com a finalidade de seduzir, enganar e, por fim, fazer “aquilo que não presta”, ou melhor, manter relação sexual com a pessoa. É lógico que há colorações distintas, personagens distintos – o boto, de modo geral, só ataca mulheres⁷⁹ enquanto o Ataíde só os homens -, porém, o fim é o mesmo, a cópula.

Outro paralelismo entre os mitos refere-se às doenças provocadas pelo contato com o encantado. De acordo com Raymundo Heraldo Maués (2006, p. 21) “os encantados são seres ambíguos que, assim como podem curar e praticar o bem, podem também provocar doenças e ‘malinar’ com as pessoas (isto é, provocar o mal, até mesmo a morte)”. No caso do boto, a doença é conhecida como o “ataque de boto”:

O ataque do boto, como vimos, tem como agente casual o encantado do fundo (caruana ou oiara) do sexo masculino. Ele se utiliza (ou se disfarça sob a forma) de um boto, que se apresenta como um belo rapaz, sempre com um chapéu na cabeça e todo vestido de branco. Seus motivos são a maldade e desejo sexual, sendo que a vítima não pode resistir-lhe (MAUÉS, 2006, p. 22).

O principal sintoma do ataque do boto é a anemia, pois segundo os relatos apresentados por Maués e, também o conto “Filhos do boto”, de Canuto de Azevedo,

⁷⁹ Henrique (2010, p. 986) destaca que as primeiras menções na literatura à figura do boto sedutor indicavam a existência, até o século XIX, de boto que assumia a forma feminina para seduzir homens, porém, ao longo do século XX a imagem do boto sedutor das mulheres se sobrepôs à versão do boto sob a forma feminina.

analisado por Henrique (2010), o boto, ao manter relação sexual com sua vítima suga o seu sangue. Para Maués (2006) não há a intenção do boto de causar o mal, apesar de que ele é causado se a pessoa não procurar um pajé. No caso do “ataque do boto”, existe ainda uma forma de “agrado”, o que é muito temido, pelo menos na região do Salgado, por conta do seu aspecto reprodutivo, a ocorrência dos chamados “filhos do boto”.

No caso do Ataíde não há reprodução, mas há doenças que podem resultar na morte da vítima. Segundo Reinaldo da Silva (2014), o Ataíde “mata mesmo, já matou gente aí no mangal, o bicho foi buscar o velho lá dentro do rancho”. Manoel Soares da Paixão (2014) contou a história de um primo, vítima do Ataíde, que morreu “assombrado” por ele:

Eu tenho uns primo, dois, um morreu, morreu assombrado desse... mas esse foi o Ataíde, lá no... no.. aculá no coisa, no Bonifácio. Se já foi lá? Já passou lá? Vai chegando lá na praia. Logo no... no... na.. na primeira vila, antes de chegar na primeira vila. É lá eles foram... foram... os dois tirar caranguejo – agora esses dias eu tava contando essa história aqui – aí eles foram, chegaram lá... é longe! Da beira da estrada pra lá, é um campo! É campo! Eles andaram no meio do campo e foram embora, inté que chegaram lá. Ai se ajeitaram lá na beira do mangue e saíram. Disque umas vinte braças que eles andaram, que entraram pra dentro... han! Menos de vinte! Disque quando viram deu aquele grito enorme bem perto deles, aí... aí se ficaram muito com medo. Aí um foi olhar, olhou inté enxergou o bicho, disque um... um... bichão enorme, cabeludinho, cabeludinho... *foi o que se assombrou...* Aí eles disseram “umbora sair daqui!” Aí eles se deitaram na lama e saiu se puxando, se puxando e com peito na lama e saiu se puxando até pegaram a beira dali, quando eles correram que chegou perto assim o bicho gritou de novo, aí eles correram e o bicho gritou mais lá no meio da ilha, mas eles chegaram na beira da estrada quase morrendo e disse “e agora pra nós ir embora pra casa que é só a tarde que o carro passa? E agora nos vamos pra este outro lado!” Aí foi pro outro lado, ainda amarraram parece que cinco cambada de caranguejo. Disso ele se *assombrou* e foi. Eu ainda foi avisitar esse rapaz, cabocão, forte ele... morreu! Morreu! Ainda passou uns dias, passou uns dias.

Segundo Manoel Paixão após o episódio seu primo teria ficado assombrado (doente) e em seguida falecido, o que para ele foi resultado da assombração do Ataíde, que ao gritar o teria assombrado. É comum nas cidades do interior da região bragantina, ouvir falar de doenças causadas por seres encantados, como já foi anotado por Maués (2006). O “ataque do boto”, a “flechada de bicho”, o “mau olhado”, o “quebranto”, a “assombração” do Ataíde ou do (a) curupira são justificativas para explicar doenças ocasionais. Muitos usam dentes de alho no bolso ou pendurados nas portas das casas para se proteger desses males.

Outro paralelo entre o Boto e o Ataíde que gostaria de destacar é a ambiguidade. Maués (2006) explica que o aspecto mitológico atribuído ao boto deriva de sua condição ambígua, assim como os animais que são considerados “reimosos” em muitas cidades amazônicas, tal qual o porco, descrito em Levítico (11:7) como um animal de casco fendido que não ruma, essa ambiguidade, que foge de qualquer esquema geral de classificação de sua categoria, faz com que ele seja considerado anormal, impuro, “reimoso” do ponto de vista simbólico. O boto é considerado em nossa região um animal extremamente ambíguo, um mamífero em forma de peixe que vive nas águas, para Maués (2006, p.19), “em parte, por isso, há tantos mitos e lendas a seu respeito”. O Ataíde pode, a seu modo, representar certa ambiguidade ao ser caracterizado ao mesmo tempo como homem e bicho, por vezes invisível e que sendo do gênero masculino prefere atacar homens, em vez de mulheres, fugindo de uma normatividade heterossexual e estabelecendo uma relação homossexual. Outra ambiguidade revelada nesse encantado refere-se aos motivos de seu ataque, que pode ser simplesmente para “judiar” da vítima, como foi relatado por alguns informantes, ou para proteger a floresta de ações inadequadas do homem, como foi narrado no caderno pedagógico “Lendas e mitos do bairro da aldeia”. Assim, o Ataíde pode praticar o bem, ao proteger o ecossistema de seus predadores e, ao mesmo tempo, o mal, ao provocar doenças e até mortes, como no caso do mariscador assombrado.

Outro mito que tem elementos folclóricos paralelos com o Ataíde – e até mesmo com o do boto - é o do (a) Curupira. A indefinição quanto ao artigo que definiria o gênero do encantado (“o” ou “a”), dificuldade apresentada pelos narradores, reflete, de certa forma, um paralelo com o Ataíde e com o boto: a revelação, na narrativa, da *coincidentia oppositorum*. Segundo Eliade (1977), *coincidentia oppositorum* é uma das maneiras mais arcaicas de demonstrar o paradoxo das realidades divinas. Como já foi aventado nas páginas anteriores, o Ataíde é descrito, a partir do ato de manter relação com outro homem, como “bissexual”⁸⁰ – assim como a maior parte das divindades da vegetação -, haja vista seu costume de atacar homens e fazer “aquilo que não presta”. Essa “coincidência dos contrários” é expressa também quando este, o Ataíde, se revela alternada e concorrentemente “benévolo” (ao proteger a floresta) e “terrível” (ao atacar os homens), o que está também em paralelo com o arquétipo representado pelo boto ao tornar-se sedutor e manter relação sexual com suas vítimas e, ao mesmo tempo, sugar o sangue das mesmas. Nesse sentido, anotou Eliade, “é

⁸⁰ Em todos os estudos que consultei sobre o Ataíde (Simões, 2010; Souza, 2013; Reis, 2007) e em todos os relatos adquiridos durante a pesquisa de campo não encontrei qualquer referência sobre um ataque do Ataíde a uma mulher.

justo dizer-se que o mito revela, mais profundamente do que revelaria a própria experiência racionalista, a estrutura da divindade, que se situa além dos atributos e reúne todos os contrários” (1977, p. 341).

Esse ideal arquétipo de proteção da floresta e, ao mesmo tempo, a capacidade de fazer o mal representa, igualmente, a estrutura que sustenta e costura a narrativa das histórias do (a) Curupira. Uma das mais representativas e, por isso, partirei dela, é a narrativa de José Monteiro da Silva (2014):

Marcus: Outro perigo do manguezal que eu ouvi outras pessoas falarem é sobre se perder, né?

José Monteiro: Ah é! Isso aí o povo antigo conta que isso aí é uma curupira, ela faz o camarada se perder e disque é uma curupira e um curupiro macho, uma fêmea e um macho.

M: O senhor já se perdeu no mangal?

J: Já! Já se perdi umas quantas vezes e se num fosse o companheiro eu num saía pra fora. Me perdia porque no mangal é o seguinte: quando ela quer judiar da gente, ela faz o manguezal acerrar⁸¹ o caminho, dá aquela raiz medonha, quando não é o espinho, é tudo é quanto é coisa dá, aparece, aí a gente não pode meter a cara, num anda, de jeito nenhum pra acertar o pra fora, pra onde sair. Nós, todo tempo fica alí, ela fica judiando da gente, entra pela noite.

No primeiro momento da interlocução José Monteiro da Silva destaca a presença de dois gêneros de Curupira no manguezal: um “Curupiro macho” e uma “Curupira fêmea”, a coincidência dos contrários, o paradoxo intrínseco às divindades (Eliade, 1977). Mesmo ao afirmar a existência de dois gêneros de um mesmo encantado, no decorrer da narrativa José da Silva se confunde, começa falando de *uma curupira feminina* e na mesma história se refere a esta como um *“curupiro macho”*, o que me levou a perceber que há uma dificuldade em definir o gênero do encantado ou que nesse ser estaria presente uma dupla identidade de gênero: “quando não, a gente trança uma raiz assim de mangue, né? Nós faz uma corda assim de raiz de mangue e bota pra *ela* desintrapalhar⁸², enquanto *ele* desintrapalha a gente sai”. No mesmo exemplo em que chama o encantado usando o pronome “ela”, mais a frente utiliza o pronome “ele”. Essa confusão está presente em muitas histórias que ouvi sobre o (a) Curupira,

⁸¹ A expressão “acerrar”, como foi usada por José, significa o (a) Curupira fazer, como um passe de mágica, aumentar a quantidade de árvores para que o sujeito se perca no manguezal. Na linguagem da comunidade, um lugar de mata fechada, onde não há caminhos feitos pelo homem, é chamado de um lugar cerrado, difícil de circular por conta da quantidade de árvores e plantas.

⁸² Desintrapalhar, na linguagem local, significa desfazer o nó ou o laço.

tanto nas entrevistas quanto nos diálogos informais que estabeleci durante minhas idas ao campo, mesmo que a figura feminina prevaleça na maioria das narrativas, vez ou outra ouvia referência a um Curupiro macho.

Maria Regina Ribeiro Reis (2007), ao fazer o levantamento dos encantados do manguezal bragantino, referiu-se a esse encantado levando em conta essa “coincidência dos contrários” usando o artigo “a” entre parênteses, depois do artigo “o”, antes do nome, para sinalizar essa característica e demonstrou num quadro sobre as opiniões dos tiradores acerca das visagens do manguezal a recorrência da confusão sobre a definição do gênero do (a) Curupira.

A história de José da Silva (2014) é rica também no que se refere aos elementos folclóricos que costuram o mito e que formam a estrutura geralmente presente nessa narrativa específica. O perder-se no manguezal é interpretado como uma “judiação” do (a) Curupira: “Me perdia porque no mangal é o seguinte: quando ela quer judiar da gente, ela faz o manguezal acerrar o caminho”. O manguezal, ao ficar “acerrado”, obra do (a) Curupira, torna-se um labirinto sem saída, até mesmo para os mais experientes dos mariscadores, que não conseguem achar o caminho de volta para os igarapés, onde ficam geralmente as embarcações que os levaram, ou mesmo para a margem da estrada, por onde adentraram no manguezal: “o caminho, dá aquela raiz medonha, quando não é o espinho, é tudo é quanto é coisa dá, aparece, aí a gente não pode meter a cara, num anda, de jeito nenhum pra acertar o pra fora, pra onde sair”. Ela “cega a gente”, contou Manoel Soares da Paixão (2011). Para Reinaldo da Silva (2014) “ela” “faz o cara se perder, faz de besta da pessoa, sabe lá como é aquele mistério ali.”. Perder-se entre os mangueiros e as tinteiras é bastante recorrente entre eles, é difícil encontrar um mariscador que não tenha passado por essa experiência e, para a maioria, que tem um domínio sobre esses lugares, não há outra explicação a não ser a “judiação” do (a) Curupira. Em nossos diálogos alguns narraram histórias sobre sujeitos que teriam passado mais de uma noite perdidos no manguezal, até casos de morte de indivíduos por terem sido “judiados” pelo (a) Curupira e que teriam ficado “tristes” até falecer, evento que pode ser encarado como um paralelo aos outros encantados da região amazônica. Manoel da Paixão (2011) relatou que “um rapaz que faleceu agora estes tempos, muito triste, outro homem (se perdeu) morreu, o homem, noite inteira, o dia inteiro e a noite inteira no manguezal, ele faleceu, ele passou uma noite e um dia.”

Ouvi outros relatos em que as doenças e mortes de mariscadores foram atribuídas aos encantados, sobretudo se o indivíduo antes da morte tenha se perdido no manguezal ou visto o Ataíde. Reinaldo da Silva (2010) contou que um companheiro seu, certa vez, “achou um

homem perdido todo trstinho no manguezal, ficou encolhidinho”. Orivaldo da Silva (2010) também relatou um caso de morte de um sujeito após perder-se no mangue por obra do (a) Curupira:

(...) Curupira, teve um homem daí de Bragança, de Bragança, ele se perdeu tá fazendo bem uns vinte anos, ele se perdeu pegando caranguejo aqui na beira dessa estrada aqui. Ele se perdeu aí, ele foi varar⁸³ na beira desse rio acular⁸⁴, do Taissi, ele. Um homem achou ele, parece que ele já tava caído o homem, caído que não dava mais conta. Aí pegaram o homem na canoa do Caratateua, os homens que acharam ele, aí embarcaram no carro, levaram pra Bragança, morreu, morreu o homem. Noite inteira, o dia inteira e a noite inteira no manguezal, ele faleceu, ele passou uma noite e um dia.

Os mariscadores têm suas estratégias para prevenir-se da astúcia do (a) Curupira, ensinamentos que são passados de geração em geração pelos mais “antigos” ou criados por eles mesmos em sua labuta diária. José Monteiro da Silva (2014) relatou que:

A gente as vez tem cigarro né, aí bota o cigarro e diz: - Olha tu quer fumar? Fuma! Eu sei que é tu que quer o cigarro! Pega! Pode fumar! Quando não a gente trança uma raiz assim de mangue né, nós faz uma corda assim de raiz de mangue e bota pra ela desitrapalhar, enquanto ele desintrapalha a gente sai. É curupira, basta dizer! Eu marcava o caminho! Marcava o caminho na saída, nós afincava, quando não, pegava o terçado descascava assim a siribera, que era pra não se perder na saída.

José da Silva atribui ao encantado características humanas, como o desejo de fumar e na tentativa de lhe agradar e livrar-se do “bicho” oferece-lhe o cigarro. Outra “saída” seria, como ouvi em muitos casos, trançar uma raiz de mangue, ou melhor, fazer um nó, para o (a) Curupira desatar e, enquanto ele (a) se ocupa, o mariscador pode livrar-se dele (a). Como trata-se de um “bicho” e não de um homem, mesmo que tenha vontade de fumar, ele seria enganado facilmente, “é Curupira, basta dizer!” (SILVA, 2014).

Manoel Soares da Paixão (2011) contou uma experiência pessoal, significativa, que teve com o (a) Curupira, ei-la:

Me perdi. [...] Duas vezes, uma vez foi só eu, outra vez foi com meu pai, meu tio e mais uns três companheiro lá no Araí. Nós entrou pra dentro do manguezal, tem vez que é a Curupira que cega a gente, faz besteira e rapaz é que a trilha de cinco homens, seis homens né, no Manguezal é grande e nós entramos pra lá, quando pra sair cadê a trilha? Não achemo mais. Aí fumo andar, já era tarde, e fumo andar, tinha um rapaz, que já faleceu agora estes

⁸³ “Varar” equivale na linguagem local ao significado da palavra “chegar”.

⁸⁴ A expressão “Acular” aparece como uma variação do “lá culá”, referindo-se também a um lugar distante, indeterminado nominalmente.

tempos, muito triste, faleceu, a mãe dele tem a foto dele todinha lá do homem, esse rapaz, no tempo do paneiro, aí ele tirava o paneiro debaixo do ombro botava aqui em cima da lama e levava na carreira aí por dentro do Manguezal, pra vê se saia fora sabe, que nada, no coisa ele voltava, pegava o paneiro, aí nós ia, andemo e viremo e andemo seis hora nós saímo fora, aí pra onde é canoa, aí fiquemo até que... É pra cá a canoa! Aí nós fumo dentro de uma canoa, já ia anoitecendo, quase nós fica no manguezal.

A narrativa de Manoel Paixão é significativa no sentido de que em sua estrutura há elementos folclóricos que se repetem nas narrativas do (a) Curupira, como a atribuir a ele (a) o fato de perderem-se e, mesmo indiretamente, a morte do rapaz, muito “triste”, que estava no grupo que se perdeu, conquanto, há uma novidade na narrativa que é o fato de estarem em grupo. A partir desses elementos que compõem as narrativas, entendo que este mito é um padrão amplo e compartilhado de cultura, realidades transindividuais que fazem parte de uma memória coletiva, porém essas realidades podem ser relacionadas e associadas com as experiências individuais, assim traços culturais coletivos adquirem um significado intensamente pessoal (PORTELLI, 2010c). Na maioria das histórias que ouvi durante minha pesquisa os indivíduos que se perderam estavam sozinhos, o que implicaria em um modelo exemplar, que é função do mito, de não ficarem sozinhos, mas sim, sempre em grupo. Porém, nesse caso, o fato de estar em grupo não foi suficiente para livrá-los da obra “mágica” do (a) Curupira.

Esse fato mostra que essas “histórias exemplares” servem para alertar os mariscadores mais novos dos perigos que o manguezal pode significar, que mesmo seguindo os passos dos mais velhos é preciso tomar cuidado e que, além de estar em grupo, é necessário também utilizar outras estratégias, como guiar-se pelos rastros, marcar os lugares afincando troncos de árvores pelo caminho, descascando árvores com o terçado, deixando sinais que possam lhes ajudar a encontrar o caminho de volta, além de táticas como dar nó em raízes ou oferecer um cigarro para o (a) curupira.

Orivaldo da Silva (2010) também relatou sua experiência com o (a) Curupira:

Eu moro ali na estrada velha, ali não tem um?! Fizeram lá na beira da estrada velha, ficava ali na entrada da piçarreira, fizeram lá um paredão assim de alvenaria, então rebocaram assim para vender gás e do outro lado tem casa grande tudo assim avarandada, ali pra trás tudo é mangal, o caranguejo só daquele graúdo, colorido. Ai eu tenho um compadre que mora lá, aí o caranguejo começou a andar, aí me convidou pra lá, compadre agarrou, entrou, pegou uns paneiros, “então bora!” Eu fui daqui, cheguei lá, aí nos entremos lá, nós entremos lá era mais de meio dia, depois do almoço. Andei por lá, nós andemos, quando foi umas três horas da tarde eu tava com três

caranguejo no paneiro, dentro do saco, ele tava com uns 10 caranguejo, eu sei que ele desapareceu de mim e eu chamava e ele nada de responder e aí eu agarrei, perdi a direção dele, acabando ele me chamava e eu não escutava, né? Aí foi embora e eu foi rodar, olha eu dei mais cinco viagens, aonde eu entrava eu rodava por lá todinho e saia no mesmo local, andava por ali todinho e acabava no mesmo local. “Será que essa curupira que tá me enrolando aqui?” Ai o pessoal, meu avô, diziam antigamente que o mangal tem tudo, né? Tem esse curupira, então ele dizia quando a curupira enrolava, fazia a gente se perder, disque pegava rede do mangue bem mole, né? Trosse ele assim e dá um nó, disque ela solta e ai eu fez isso, pois não levou cinco minutos acertei o caminho. Eu passeando na beira do caminho e dei umas quantas viagens não acertava, ai depois acertei e vim me embora, cheguei a boca da noite⁸⁵ aqui pois bem ali assim (apontando), a curupira é danada.

Assim como nas outras narrativas, a de seu Orivaldo da Silva repete o “mal” que o (a) Curupira promove ao fazer os mariscadores se perderem em seu território de trabalho, mas o que é interessante nessa narrativa é a época em que o encantado “judiou” deles, a época da “andada”. Durante esse período, como já foi ressaltado no capítulo anterior dessa dissertação (p. 71), ocorre a reprodução do animal, período em que as fêmeas saem das tocas em busca da reprodução e sua captura prejudicaria esse processo. Olhando por essa ótica, o (a) Curupira poderia ser interpretado (a) como um ser que estaria protegendo a reprodução do crustáceo, um instrumento regulador do ecossistema. Explica Eliade: “Já vimos que, fora dos atos estritamente religiosos, o mito serve igualmente de modelo a outras ações humanas significativas: à navegação e a pesca por exemplo” (1977, p. 334). O mito, como na narrativa de Orivaldo, é fruto também de observações anteriores, dos “mais antigos”, que serve de modelo para uma ação presente e longe de ter uma “função fabuladora”, distante da realidade:

[...] os mitos e os ritos oferecem como valor principal a ser preservado até hoje, de forma residual, modos de observação e de reflexão que foram (e sem dúvida permanecem) exatamente adaptados a descobertas de tipo determinado: as que a natureza autorizava, a partir da organização e da exploração especulativa do mundo sensível em termos de sensível. (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 31)

Esse valor do mito descrito por Lévi-Strauss é observável na narrativa de Orivaldo da Silva (2010) quando afirma: “aí o pessoal, meu avô, diziam antigamente”; ou na fala de José Monteiro da Silva (2014): “isso aí, o povo antigo conta que isso aí é uma curupira, ela faz o

⁸⁵ A expressão “boca da noite”, na linguagem local é utilizada para descrever o anoitecer, ou melhor, o início da noite, por volta das 18h, quando o sol se põe e começa a prevalecer a escuridão da noite na Amazônia.

camarada se perder”. Os ensinamentos dos mais antigos são reforçados com as experiências atuais que, por sua vez, são passadas para os mais novos. Esse saber é fruto de observação e aguçamento da sensibilidade de várias gerações de mariscadores, em que são incluídos novos elementos do tempo presente junto às estratégias que permaneceram ao longo do tempo.

Essa referência aos mais “velhos” mostra o lugar que a memória ocupa no *modus vivendi* desses sujeitos, que a partir dela imprimem seu comportamento social. A “experiência-memória”, não só nesse caso, é um instrumento de aprendizagem e intervenção. A “memória popular”, diante da falta do direito à escrita, têm a oportunidade de registrar sua história, de se lembrar dela, de vivê-la e utilizá-la. Emerge daí, lembrando a expressão de susto de Reinaldo da Silva quando se referiu ao manguezal “visagento”: “vixe!”, a importância dos gestos, assim como das palavras exatamente como foram ditas, que ressignificam o tempo e o espaço, produzindo imagens que circulam pela comunidade (GUIMARÃES NETO, 2005).

Por fim, as análises das visões idílicas e do imaginário de um grupo de mariscadores de Bacuriteua demonstrou a importância e a influência da natureza na construção da realidade desses sujeitos e que esse imaginário está relacionado a mitos que regulam seu *modus vivendi*. Assim, sua memória, seus hábitos, suas crenças, costumes e comportamentos que envolvem sua atividade no manguezal estão diretamente associados a sua interpretação dos acontecimentos naturais, especialmente por meio dos mitos que regulam sua interação com a natureza; e também com as mudanças ocorridas em sua sociedade ao longo do tempo, como a introdução da rodovia, a intensificação da pressão mercadológica sobre a demanda do caranguejo e o contato com outros indivíduos e culturas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que escrevo estas últimas considerações, surgem na internet, em *sites* de meios de comunicação e redes sociais notícias sobre o avanço do mar e a destruição de casas e pousadas na orla marítima de Ajuruteua. O “Diário On-Line”, versão virtual do jornal “Diário do Pará”, que 23 anos atrás noticiava a concretização do “sonho dos bragantinos”, destaca em sua manchete *on-line*, do dia 22 de fevereiro de 2015: “Maré alta provoca destruição em Ajuruteua”, explicando que “nos últimos dias, a alta da maré e a força da correnteza transformaram a paisagem bucólica do local”⁸⁶. Uma internauta comentou: “tomara que agora façam barracas mais bonitas para organizar mais a orla”. Outro leitor da página vai além: “é a natureza recuperando o que foi tirado dela”. Em sua página pessoal no *Facebook* um internauta se manifestou acerca do ocorrido: “o melhor que o poder público pode fazer por Ajuruteua é proibir a construção de casas na praia. Somos nós, humanos, quem estamos sobrando”⁸⁷.

Ao relacionar essas notícias com minhas discussões e leituras acerca da construção da rodovia PA-458 e a criação do balneário de Ajuruteua pude perceber o quanto os conceitos de natureza “utilitária”, pensada para atender os desejos humanos, ou de natureza “intocada”, separada do homem, ainda estão em voga e são comumente lançados para dirigir opiniões políticas sobre a natureza não humana.

A construção da rodovia em questão, como foi evidenciada ao longo do texto, envolveu diversos sujeitos, porém sua elaboração foi concretizada a partir de opiniões levantadas da cidade, de Belém ou de Bragança, por indivíduos que viam na natureza o motivo “edênico” de contemplação, um lugar aprazível e, portanto, de potencial turístico.

Em função disso, uma série de discursos e elogios, em jornais, revistas, livros e documentos oficiais buscaram reforçar a ideia de uma “natureza intocada”, “virgem” e “inexplorada”, privilegiando áreas naturais do ponto de vista estético, segundo “valores ocidentais” (BRUHNS, 2010), a fim de chamar atenção do poder público estadual e justificar a construção da rodovia PA-458.

No entanto, a utilização de conceitos e projeções sobre a natureza que destacavam apenas a “beleza do lugar” negligenciou a existência dos seus habitantes e das próprias necessidades ambientais do ecossistema, provocando, com o passar do tempo, várias alterações sociais e ambientais.

⁸⁶ Disponível em <http://diarioonline.com.br/notired-320492-6-.html>, acessado em 22 de fevereiro de 2015.

⁸⁷ Disponível em <https://www.facebook.com/walcyrkauer.alvesreis?fref=ts>, acessado em 22 de fevereiro de 2015.

Parte das alterações foi resultado da desconsideração do turismo enquanto sistema equilibrado, em que toda a engrenagem - moradores, a natureza em si, empresários e turistas - deve ter sua função específica e pensada pelo poder público para que tenha um funcionamento adequado, haja vista que em todo destino turístico há a presença de efeitos positivos e negativos da atividade (COSTA, 2013).

Não obstante, o equívoco esteve na fundamentação da percepção de natureza que justificou o projeto: a natureza como paisagem “natural” e “intocada”. Esses conceitos, de origem cultural, dirigiram um olhar dicotômico para a paisagem, onde cultura e natureza estariam isolados e não haveria a compatibilidade entre ambos, sendo considerados opostos.

A natureza é percebida enquanto “vantagem” sobre as regiões urbanizadas e também como um armazém, onde os recursos são infinitos e abundantes e estão disponíveis para o usufruto do homem. Uma grande riqueza natural, “dádiva de Deus”.

Doravante essa perspectiva, as necessidades do ambiente físico e dos moradores locais foram sorrateiramente esquecidas, a estrada foi construída sob o aterro de 26 km de manguezais, incluindo o aterramento de vários canais, causando a morte de milhares de espécies animais e vegetais. Além disso, impediu o processo de irrigação para um dos lados da rodovia e causou a invasão de especuladores imobiliários que ocuparam desordenadamente a faixa do litoral, ignorando a instabilidade desta em função do aumento e diminuição do mar. Por outro lado, cresceu a demanda pelos produtos extrativos, especialmente o pescado, condicionado pelo aumento concomitante de atravessadores que exploram mariscadores de caranguejo e pescadores artesanais abandonados pelo poder público.

Essa extração artesanal, que antes da rodovia se apresentava como sustentável, tornou-se predatória com a facilidade do transporte, com a inclusão de novas técnicas (como o gancho) e a pressão mercadológica, que passou a atender vários mercados em outras cidades e até fora do Estado.

Mesmo com o aumento da dinâmica na comercialização do pescado, a mão-de-obra local teve poucos benefícios econômicos. O crescente aumento de atravessadores, chamados marreteiros, mesmo que tidos como essenciais para a atividade, representou desvalorização do produto. Isso pode ser explicado pelo grande número de mariscadores na região, pois as poucas alternativas de trabalho, as altas taxas de desemprego, a má formação educacional e a baixa renda familiar impulsionam a ida da maioria dos jovens ao manguezal para coletar caranguejo ou aos rios em busca de outro tipo de pescado, promovendo grande oferta do produto.

Estafados do trabalho, em especial os mariscadores, ávidos pela necessidade da alimentação, sem condições de armazenar sua produção altamente perecível e com dificuldades para transportá-los, não veem alternativas a não ser negociar seus produtos com marreteiros, que lhes oferecem o menor preço possível pelo trabalho diante da grande oferta do produto.

A introdução da PA-458 alterou também costumes e hábitos a partir da introdução de novos elementos culturais nas comunidades “cortadas” pela estrada com a instalação da energia elétrica, de novos comércios, entrada de novos produtos industriais, acesso aos serviços públicos (escolas e hospitais, por exemplo) e o contato com turistas e pesquisadores.

É importante ressaltar, que as mudanças no ecossistema e a introdução da rodovia afetaram profundamente a dinâmica do trabalho dos moradores locais e são essas modificações que são vistas de modo positivo. A rodovia encurtou as distâncias, diminuiu o tempo de trabalho, estreitou os laços familiares, facilitou a comercialização do produto, aumentou a circulação de moedas e permitiu a ampliação das áreas exploradas, situações fundamentais, do ponto de vista desses nativos, para a melhoria da qualidade de vida.

Mesmo diante de uma realidade que não foi projetada para eles, mariscadores criam estratégias e técnicas, fabricam seus próprios instrumentos de trabalho cotidiano, aproveitam a ocasião e se utilizam dos elementos dispostos pelo poder em seu próprio benefício (CERTEAU, 2014). A estrada subsidiou a possibilidade de ir e voltar no mesmo dia, de comercializar seu produto assim que saem do mangue, ir e voltar no carro do “patrão” e não mais de canoa ao local de trabalho, ter acesso a produtos que ajudam a resistir às intempéries do ecossistema e diminuir seu desgaste físico.

Esses sujeitos demonstraram grande conhecimento sobre o ecossistema, criando vínculos afetivos com o meio, efetuando uma territorialidade. Essa relação, geralmente ignorada por projetos de desenvolvimento, produz práticas e saberes que são essenciais à preservação do ecossistema, seu uso sustentável está pautado em conhecimentos produzidos a partir da experiência de anos de interação com o meio. Reconhecem a nutrição, a evolução, o sexo e o sistema reprodutivo de animais e vegetais. Seus mitos elucidam práticas que auxiliam os sujeitos a viver no manguezal e, ao mesmo tempo, evitam o “cansaço” e a exploração demasiada de certas áreas, pois onde o Ataíde ou o (a) Curupira aparecem essa área passa a ser preservada até que o ecossistema se reestabeleça.

De modo geral, conclui-se que ao olhar para a paisagem é indispensável ter uma visão crítica e levar em conta todas as suas dimensões, humanas, físicas e simbólicas, conhecer as especificidades de cada uma dessas dimensões, atentar para o modo como percebemos essa

natureza. Nunca esquecendo que essa percepção não é universal e atemporal, é fruto de influências culturais históricas, dependem do grupo e do contexto em questão. Toda história deve problematizar as implicações da natureza nos fatos sociais, pois os homens não estão isolados, vivem em um ambiente e são, também, influenciados por ele. Qualquer intervenção política sobre a natureza ou estudo de qualquer área que seja deve ser pensada a partir da sua história, não só a partir da relação homem/natureza, afinal, a história da natureza é, alguns bilhões de anos anterior a história da humanidade.

5. REFERÊNCIAS

FONTES MANUSCRITAS CITADAS

CARTA OFÍCIO nº175/73, em 11 de junho de 1973, Livro nº 43, Assunto: Ofícios, gestor: José Maria Cardoso, Arquivo Público Municipal.

CARTA OFÍCIO nº05/73 de 8 de maio de 1973. Livro nº 43, Assunto: Ofícios, gestor: José Maria Cardoso, Arquivo Público Municipal.

LIVRO DE ATAS nº22, ano 1974 a 1976, p.18. Câmara Municipal de Bragança.

OFÍCIOS EXPEDIDOS (1975-1976). Requerimento apresentado à Câmara Municipal de Bragança em 27 de maio de 1975. Câmara Municipal de Bragança.

OFÍCIOS EXPEDIDOS (1975-1976). Ofício nº54/1975, expedido em 16 de maio de 1975.

REQUERIMENTOS nº 235/93 de 6 de dezembro de 2013. Livro nº (indecifrável), Ano: 1978, Assunto: Questionário para levantar dados para o plano de pronta ação do Município de Bragança, gestor: Emílio Dias Ramos. Arquivo Público Municipal.

FONTES IMPRESSAS

Cadernos Pedagógicos: lendas e mitos do bairro da aldeia. Bragança, Pará, julho de 2004.

Governo do Estado do Pará. *Mensagem à Assembleia Legislativa.* Apresentado em 1 de março de 1973. Governo Fernando José de Leão Guilhon. Belém, Pará, 1973.

Governo do Estado do Pará. *Mensagem à Assembleia Legislativa.* Apresentado em 01 de março de 1976. Governo Aloysio da Costa Chaves. Belém, Pará, 1976.

Governo do Estado do Pará, Pará. 15 anos em 4. *A Caminhada da Transformação.* Relatório, 4 Anos de governo Jader Barbalho, 1986.

Governo do Estado do Pará. *Síntese das atividades do período 1979-1983,* Departamento de Estradas e Rodagem, 1983.

Revista Bragança ilustrada, ano II, edição de março a junho de 1952, p.6.

Revista Pará+. Belém: Círios, n.79, março, 2008.

JORNAIS CITADOS

Acervo da Biblioteca Pública Arthur Viana

“A Província do Pará”, 1º caderno, Belém, 29 de janeiro de 1975, p.5.

“A Província do Pará”, 2º caderno, Belém, 9 de fevereiro de 1975, p.11.

- “A Província do Pará”, Belém, terça-feira, 10 de junho de 1975, p.6.
- “A Província do Pará”, 2º caderno, Belém, quarta-feira, 25 de junho de 1975, p.3.
- “A Província do Pará”, 2º caderno, Belém, 7 de outubro de 1975, p.3.
- “A Província do Pará”, 1º caderno, Belém, 9 de novembro de 1975, p.9.
- “A Província do Pará”, 1º caderno, Belém, 22 de janeiro de 1985, p.3.
- “A Província do Pará”, 1º caderno, Belém, 27 de dezembro de 1991, p.1.
- “A Província do Pará”, 1º caderno, Belém, 27 de dezembro de 1991, p.8.
- “A Província do Pará”, 2º caderno, Belém, 28 de dezembro de 1991, p.1.
- “Diário do Pará”, 1º caderno, Belém, 27 de dezembro de 1991, p.1 e 8.
- “O Imparcial”, Bragança, ano II, agosto de 1992.
- “O Semanário”, Bragança, ano I, nº18, 25 de abril a 2 de maio de 1995, p.2.
- “O Semanário”, Bragança, ano I, de 2 à 9 de julho de 1995.
- “O Semanário”, Bragança, ano I, nº27, 15 a 22 de Julho de 1995.
- “O Semanário”, Bragança, ano I, nº32, 22 à 29 de julho de 1995, p.1.
- “O Semanário”, Bragança, ano I, nº29, 5 a 11 de agosto de 1995.
- “O Semanário”, Bragança, ano I, nº34, 18 a 24 de Agosto de 1995, p.7.
- “O Semanário”, Bragança, ano I, 28 de outubro à 4 de novembro de 1995, p.2.
- “O Semanário”, Bragança, ano II, nº 42, 6 a 13 de janeiro de 1996, p.8.
- “O Semanário”, Bragança, ano II, 27 de julho a 3 de agosto de 1996, p.7.

Acerco Particular do Sr. Manoel Nazareno Aviz de Castro

- “Jornal do Caeté”, Bragança, 30 de abril de 1979, p.4.
- “Jornal do Caeté”, Bragança-Pa, 26 de julho de 1980, p.6.
- “Jornal do Caeté”, Bragança-Pa, 17 de julho de 1982, p.3.

FONTES ORAIS

Entrevistas

ALVES, Benedito Faustino da Silva. 21 anos de trabalho no mangue, coletor de caranguejo. Entrevista realizada em 24 de maio de 2010.

DA SILVA, Reinaldo Tavares. “Seu bolo”, ofício de coletor de caranguejo. Entrevistas realizadas em 21 de junho de 2010 e 22 de maio de 2014.

GAMA, André Tavares da. Idade 57 anos casado, ofício de coletor de caranguejo. Entrevistas realizadas em 12 de maio de 2010 e 28 de janeiro de 2014.

GOMES DA GAMA, Elinaldo. 24 anos, filho de seu André, ofício de coletor de caranguejo. Entrevista realizada em 12 de maio de 2010.

GOMES DA GAMA, Maria Ironilde. Casada, 55 anos, doméstica, esposa de mariscador. Entrevistas realizadas em 12 de maio de 2010 e 28 de janeiro de 2014.

PAIXÃO, Manuel Soares da. 66 anos, casado, ofício de coletor de caranguejo. Entrevistas realizadas em 24 de maio de 2011 e 28 de janeiro de 2014.

SILVA, José Monteiro da. vulgo “seu Delegado”, 61 anos, casado, atualmente pescador, ex-coletor de caranguejo. Entrevista realizada em 28 de janeiro de 2014.

TAVARES DA SILVA, Orivaldo. “Seu Fuzil”, solteiro, idade 53 anos, ofício de coletor de caranguejo. Entrevista realizada em 21 de junho de 2010 e 28 de Janeiro de 2014.

Conversas informais durante as pesquisas de Campo realizadas 29 de maio de 2014 e 22 de novembro de 2014 (Pesquisa etnográfica)

Francisco Ferreira da Silva, vulgo “Pop star”;

José Monteiro da Silva, vulgo “Delegado”;

José Pedro da Silva, vulgo “Zé Raimundo”;

Pedro Paulo da Silva, vulgo “Moreno”;

Raimundo Farias da Costa, vulgo “Formiga”;

Reinaldo Tavares da Silva, vulgo “Bolo”.

SITES CITADOS

<http://www.setur.pa.gov.br>, acessado em 07 de março de 2014.

<http://www.paraturismo.pa.gov.br>, acessado em 07 de março de 2014.

<http://www.youtube.com/watch?v=TmE5rhhEzG8>, acessado em 21 de março de 2014.

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=203996>, acessado em 18 de fevereiro de 2014.

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=150170>, acessado em 8 de abril de 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: contexto, 2010, pp. 155-202.

ANDRÉ, Richard Gonçalves. Um olhar sobre si mesmo: representações do conceito de natureza. **Revista História Hoje** (São Paulo) V. 3, pp. 1-9, 2005.

- ARAÚJO, A.F.; TEIXEIRA, M.C.S. **Gilbert Durand e a pedagogia do imaginário**. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 44, n. 4, pp. 7-13, out./dez. 2009.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. 8ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2013.
- BARBALHO, Jader. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Governo do Pará. Março de 1985.
- BARROS, D'Assunção. **A expansão da história**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.
- BORDALLO DA SILVA, Armando. *Contribuição ao Estudo do Folclore Amazônico na Zona Bragantina*. Belém: Falangola Editora, 1981.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças dos velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- BOTTON, A. **A arte de viajar**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- BRAGA, Daniel Souza. **Catadores de caranguejo do Delta do Parnaíba: estereótipos, lutas simbólicas e preconceitos (1960-2010)**. Parnaíba:Vozes, Pretérito & Devir, ano I, volume I, nº 2, 7 p., fevereiro, 2013.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **As faces da memória**. Campinas: Centro de Memória da UNICAMP, 1996.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre história**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico**. São Paulo: Martins Fontes Paris: A. Colin, 1949, 3 Vols. – original: 1949; edição ampliada:1966.
- BRUHNS, Heloisa. O ecoturismo e o mito da natureza intocada. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**. Maringá, v. 32, n. 2, pp. 157-164, 2010.
- CAMPOS, Ipojuca Dias. Cotidiano no manguezal: coletores e estratégias de sobrevivência na natureza. **História Oral**, v. 15, n. 1, pp. 381-407, jan.-jun. 2012.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela e ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). **Enciclopédia da floresta: o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CARVALHO, Elena Almeida de. **Impactos ambientais na zona costeira: o caso da estrada Bragança-Ajuruteua, estado do Pará**. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em Ciências Ambientais (PROCAM) – Universidade de São Paulo, 2000, 82p.
- CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 13, nº38, 20p., 1998.
- CASTRO, Edna. Amazônia: sociedades, fronteiras e políticas. **Caderno CRH**, Salvador, vol. 25, n. 64, pp. 9-16, jan./abril., 2012.

- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. A arte de fazer.** 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. As especiarias da Amazônia. **BrHistória; para entender o Brasil de hoje.** São Paulo, Ano 1, n° 1, 2007.
- CHAVES, Aloysio da Costa. **Aspectos geo-humanos do vale do Gurupi.** Belém: UFPA, 2001.
- CHIARADIA, Clóvis. **Dicionário de palavras brasileiras de origem indígena.** São Paulo: Limiar, 2008.
- CHRISTOFOLETTI, Ronaldo Adriano. **Ecologia trófica do caranguejo-uçá *Ucides cordatus* (Linnaeus, 1763) (Crustacea, Ocypodidae) e o fluxo de nutrientes em bosques de mangue, na região de Iguape (SP).** Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias. Jaboticabal, 2005, 127p.
- CIPRIANO, Diego Mendes. & MACHADO, Carlos Alberto da Silva. **Algumas reflexões sobre o estudo da História Ambiental da/na cidade.** In: 12º Encontro de Geógrafos de America Latina - EGAL, 2009, Montevideo. EGAL 2009, 2009.
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- COSTA, Helena Araújo. **Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____, Warren. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica.** (Tradução: Eduardo Brandão) – São Paulo: NOBEL. 1989.
- D'EVREUX, Yves. **Viagem ao norte do Brasil: feita nos anos de 1613 a 1614.** Tradução César Augusto Marques. São Paulo: Siciliano, 2002.
- DE OLIVEIRA, João Pacheco. Formas de dominação sobre o indígena na fronteira amazônica, Alto Solimões (1650 a1910). **Caderno CRH**, Salvador, vol. 25, n. 64, pp. 17-31, jan./abril. 2012.
- DERGAN, João Marcelo Barbosa. **História, memória e natureza: As comunidades da ilha do Cumbu-Belém-Pará.** Universidade Federal do Pará (Dissertação de mestrado). Programa de pós-graduação em história social da Amazônia (PPHIS), Belém, 2006, 217p.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **Ecologia humana e planejamento costeiro.** NAUPAUB/USP. São Paulo, Brasil, 2001.

_____, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

DOMINGUES, Denis. **Análise do conhecimento ecológico local e do sistema produtivo como subsídio para gerar instrumentos de gestão da atividade de exploração do caranguejo-uçá (*Ucides Cordatus Linneaus, 1763*) nos manguezais da reserva extrativista marinha Caeté-Taperaçu, Bragança-PA**. Universidade Federal do Pará (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental, Bragança, 2008.

DO VALE OLIVEIRA, Marcelo. **Trabalho e territorialidade no extrativismo de caranguejo em Pontinha de Bacuriteua**. Bragança-PA: UFPA (Biologia Ambiental, Dissertação de mestrado), 2013, 131p.

DRUMMOND, José Augusto. Entrevista com o professor José Augusto Drummond sobre história ambiental. **História Agora**, Rio de Janeiro, 6ª edição, p. 10, 19 de março de 2007.

DUARTE, Regina Horta. Eu quero uma casa no campo: a busca do verde em Belo Horizonte, 1966-1976. **Revista Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 28, pp. 159-186, jan./jun. 2014.

_____, Regina Horta. **História e natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. Lisboa: Arcádia, 1979.

_____, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. Lisboa: Presença, 1989.

_____, Gilbert. **Campos do imaginário**. Lisboa,: Instituto Piaget, 1996.

_____, Gilbert. **O imaginário: ensaio acerca da ciência e da filosofia da imagem**. 5ª ed., Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

ELIADE, M. **Tratado da história das religiões**. Lisboa: Cosmos, 1977.

ELLISON, A. Mangrove restoration: do we know enough? **Restoration Ecology**, 2000, 8(3): 219-229.

FERNADES, Marcus E. B.; FERNADES, Jairo S.; MURIEL-CUNHA, Janice; SEDOVIM, Waldellice S.; GOMES, Ivanete A.; SANTANA, Daniela S.; SAMPAIO, Dionisio S.; ANDRADE, Fernanda A. G.; OLIVEIRA, Francisco P.; BRABO, Lucineia B.; SILVA JUNIOR, Milton G.; ELIAS, Marcos P. Efeito da construção da rodovia PA 458 sobre as florestas de mangue da península bragantina, Bragança, Pará, Brasil. **UKARI**. Vol. 3. Nº1, 2007, pp .55-63.

FERNANDES, Marcus E. B. **Os manguezais da costa norte brasileira**. Maranhão: Fundação Rio Bacanga, 2003.

FERREIRA, Lucélia C. Carvalho. **Impactos socioambientais causados pelo fluxo turístico na praia de Ajuruteua – Bragança/PA**. UFMA, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1988.

FURTADO, L. G. **Currulistas e redeiros de Marudá: Pescadores do litoral do Pará**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____, Clifford. “Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico”. IN: **O saber local, novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GINZBURG, Carlo. **História noturna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____, Carlo. **O fio e os rastros, o verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____, Carlo. “O Inquisidor como antropólogo”, IN: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero. V. 1, nº 21, pp. 9-20, set.90/fev.91.

_____, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Angela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil”. In FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. “Personagens e memórias – Territórios de ocupação recente na Amazônia”. In: CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **História em cousas miúdas: capítulos de história social e crônica no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005, pp. 519-546.

HAESBAERT, Rogério. Epílogo: hibridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva geográfico-cultural integradora. In: SERPA, Angelo (org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Sobre nexos entre espaço, paisagem e território em um contexto cultural. In: SERPA, Angelo (org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008.

HENRIQUE, Marcio Couto. Folclore e medicina popular na Amazônia. **História, Ciências e Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, n.4, out.-dez. 2009, pp. 981-998.

_____, Marcio Couto. O soldado-civilizador: Couto de Magalhães e os índios no Brasil do século XIX. In: ALVES, Claudia; NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **Militares e educação em Portugal e no Brasil**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Quartet, 2010, pp. 45-83.

- _____, Marcio Couto. “Ser educador: uma experiência modificadora de si”. In: **Educativa**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 189-202, jan./jun. 2010 (14 p.).
- HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estud. av.** [online]. 2002, vol.16, n.45, pp. 37-61.
- LACERDA, Franciane Gama. “Entre o sertão e a floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses na Amazônia (1896-1916)”. **Revista Brasileira de História**, vol. 26, nº51 (2006), pp. 197-225.
- LARA, Rubén & COHEN, Marcelo. Sensoriamento Remoto. In: Fernandes, M.E.B. (ed.). **Os Manguezais da Costa Norte Brasileira**. Fundação Rio Bacanga. São Luís. 2003, 142p.
- LENOBLE, Robert. **História da ideia de natureza**. Lisboa – Portugal: Edições 90, 1969.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas, SP: Papiros, 1989.
- _____, Claude. **O olhar distanciado**. Lisboa – Portugal: Edições 70, 1983.
- LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira**. Brasília: Paralelo 15, Universidade de Brasília, 1999.
- MACARINI, José Pedro. **A política econômica do governo Médici: 1970-1973**. *Nova econ.* [online]. 2005, vol.15, n.3, pp. 53-92.
- MACIEL, N. C. Manguezal, por que preservar? **Eng. Ambient.**, 2 (5):31-37, jan., 1989.
- MAFFESOLI, Michel. **O poder dos espaços de representação**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, nº 116, 1994.
- MANESCHY, Maria Cristina. **Ajuruteua**, uma comunidade pesqueira ameaçada. Belém: UFPA. CFCH. 1993a.
- _____, Maria Cristina. “Pescadores nos manguezais: estratégias, técnicas e relações sociais de produção na captura de caranguejo”. In: FURTADO, Lourdes; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiuza de. (Org.). **Povos das águas: realidade e perspectiva na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993b.
- _____, Maria Cristina. Sócio-economia: trabalhadores e trabalhadoras nos manguezais. IN: FERNANDES, M. E. B. (Org.). **Os Manguezais da Costa Norte Brasileira**. Maranhão: Fundação Rio Bacanga, 2005, pp. 135-164.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. **História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.

- MAUÉS, Raymundo Heraldo. Simbolismo e o boto na Amazônia: religiosidade, religião, identidade. **História oral**, v.9, n.1, p.11-28, jan-jun. 2006, pp.11-28.
- MCGRATH, David. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. Belém: **Novos cadernos NAEA**, vol 2, nº 2, dezembro, 1999.
- MEDEIROS, Celso Luiz Ramos de (org.). **Toda a poesia de Jorge Ramos**. Brasília: C. L. R. de Medeiros, 2010.
- MENDES, A. C.; SILVA, M. S.; SANTOS, V. F. Análise do meio físico para gestão ambiental das ilhas de Algodal e Atalaia (NE do Pará). In: Prost, M. T. R. C.; Mendes, A. (Eds.). **Ecossistemas Costeiros: Impactos e gestão Ambiental**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, Brasil. 2001.
- MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. É mina, não acaba nunca: percepções sobre a natureza em três povoados da baía do tubarão – MA. In: **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2009, Rio de Janeiro. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2009, pp. 1-22.
- MENDONÇA, Luciana Ferreira Moura. **Do mangue para o mundo: o local e o global na produção e recepção da música popular brasileira**. Campinas-SP: UNICAMP (Tese de doutorado), 2004, 279p.
- MENEZES, Bruno de. Cadunga. IN: **Obras completas de Bruno de Menezes**. Belém: Secretaria Estadual de Cultura: Conselho Estadual de Cultura (Lendo o Pará), 1993.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia, Memória**. 1ª ed., São Paulo: contexto, 2010.
- MOURÃO, Leila. **Do açaí ao palmito: uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico**. Belém: Ed. Açaí, 2011.
- _____, Leila. História e natureza: do açaí ao palmito. **Territórios e fronteiras**. V.3, nº 2, jul./Dez. 2010, pp.74-96.
- NASCIMENTO, Josinaldo Reis do. **Efeitos de degradação dos manguezais sobre a diversidade e abundância da macrofauna betônica da Península de Ajuruteua, Bragança-Pa**. Bragança-PA: UFPA (Biologia Ambiental, Dissertação de mestrado), 2008, 50p.
- NUNES, Francivaldo Alves. **Sob o signo do moderno cultivo: Estado Imperial e agricultura na Amazônia**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011, 422p.
- OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista FAE, Curitiba, vol. 5, n. 2, p. 37-48, maio/agosto, 2002.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Formas de dominação sobre o indígena na fronteira amazônica: Alto Solimões, de 1650 a 1910. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, pp. 17-31, Jan./Abr. 2012.

ORTNER, Sherry. Uma atualização da teoria da prática. In: GROSSI, Miriam P.; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter. **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Blumenau, SC: Nova Letra, 2007.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho. **Terra adorada, Mãe gentil: Representações do feminino e da natureza no Brasil da Era Vargas (1930-1945)**. Belo Horizonte: UFMG (Dissertação de mestrado), 2009.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**. V. 24, n. 68. 2010.

_____, José Augusto. **Natureza e Projeto Nacional: As Origens da Ecologia Política no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1986 (Relatório Técnico).

PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon de. A Conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, V. 6. 2009.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, V. 5, nº 10, 1992, pp. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. A entrevista de história oral e suas representações literárias. In: PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010a.

_____, Alessandro. Absalon, Absalon! História oral e literatura. In: PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010b.

_____, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, vol.1, n. 2 (1996), pp. 59-72.

_____, Alessandro. O melhor limpa-latas da cidade: A vida e os tempos de Valter Peppoloni, trabalhador. In: PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010c.

_____, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, n.15 (abril de 1997), pp. 13-49.

REIS, Maria R. R. Manguézais, visagens e representações. In: SIMÕES, Maria do Socorro (org.). **Retornando às origens: caminhos para Bragança**. Belém: EDUFPA, 2007.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.) **Usos e Abusos da História Oral**. 8ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 16, pp. 31-49, jun. 2001.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SCIENCE, Chico. Da lama ao caos. In.: Chico Science & Nação Zumbi. **Da lama ao caos**. Recife: Sony Music, 1994. 1LP. Faixa 7 (4 min 31).

SILVA, Amarílis Maria Farias da. **Saberes cotidianos e azeite de andiroba: a presença da mulher extrativista, no contexto histórico das práticas socioculturais dos sujeitos da Ilha de Juba, Cametá-PA**. Universidade Federal do Pará (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em história Social da Amazônia, Belém, 2009, 356 p.

SILVA, Rommel Benicio Costa da; COSTA, Antonio Carlos Lola da; SILVA, Livia Rejane Gomes da. Desenvolvimento sustentável em ecossistema de manguezais. **Educação ambiental em ação**. On-line, Novo Hamburgo, RS, N°4, 21/03/ 2003. Disponível em: <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=132&class=21>. Consultado em 04 de dezembro de 2014.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar. In: CANCELA, Cristina Donza e SILVEIRA, Flávio L. A. (Org.) **Paisagem e cultura: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade**. Belém: EDUFPA, 2009.

_____, **As paisagens fantásticas e o barroquismo das imagens. Estudo da memória coletiva dos contadores de causos da região missioneira do Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado (Antropologia Social). UFRGS, 2004, 765p.

SIMÕES, Maria do Socorro. Lendas e mitos da Amazônia. **Revista Litteris Literatura**, n.5, julho, 2010.

SOFFIATI, Arthur. Da mão que captura o caranguejo à globalização que captura o manguezal. In: II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2004. **Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. Indaiatuba, 2004.

_____, Arthur. **A eco-história como fronteira entre natureza e cultura: o caso dos manguezais do norte do estado do Rio de Janeiro**. Simpósio Nacional da ANPUH, Florianópolis, 2000.

SOUSA, Elisamar Silveira de. **Amazônia atlântica: implicações socioespaciais da indústria de pesca no nordeste paraense**. Belém-PA: UFPA (Programa de Pós-Graduação em Geografia, Dissertação de mestrado), 2012, 138p.

- SOUZA, Camila da Silva. **Relações de gênero em Bacuriteua (Pa):** o imaginário homoerótico masculino entre os coletores de caranguejo. Bragança-Pa: UFPA (Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, dissertação de mestrado), 2013, 110p.
- TEOBALDO, Izabela Naves Coelho. A cidade espetáculo. Sociologia: **Revista do Departamento de Sociologia da FLUP**, Vol. XX, 2010, pág. 137-148, pp.138-139.
- THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural:** mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser.** Zahar, Rio de Janeiro, 1981.
- _____, Edward P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Antônio Negro e Sergio Silva (orgs.) 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- _____, Edward P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, P. **A voz do passado – História Oral.** 3. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- TUAN, Y. **Topofilia**, um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo.** Tradução André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011a.
- _____, Raymond. **O campo e a cidade:** na história e na literatura; tradução Paulo Henrique Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b.
- WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta:** uma história. Alto Juruá, Acre. São Paulo: Hucitec. 1999.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, 1991.